

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1983

Nº 34

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO
ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1983

Nº 34

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO**

ANO 1983

Nº 34

I N D I C E

Estudos e ensaios

Viagem de Maximiliano da Austria ao E.S. — Levy Rocha	5
Sociedade Dramática Particular Melpômene — Oscar Gama	11
Métodos de demografia histórica — Gabriel Augusto de Mello Bittencourt	21
História eclesiástica do Espírito Santo — José Schiavo	29
Bispado do Espírito Santo — J. P. Amorim	39

Discursos e conferências

Dois administradores — Manuel Milagres Ferreira ...	45
Discurso de Posse — Hegner Araujo	61
A seara ingrata — Evandro Moreira	63
Domingos Martins — Elmo Elton	73
O projeto Rondon como fator de integração nacional e apoio à extensão universitária — Domingos Go- mes de Azevedo	79
Homenagem a Carlos Xavier — Alberto Stange Júnior	87
Nosso agradecimento — Clovis Paes Barreto	93
E eles eram assim... Nelson Abel de Almeida ..	97 e 109

Documentos para nossa história

O Dr. Progresso acendeu o cachimbo na lua — Rubem Braga	131
Um depoimento sobre a história de Cachoeiro — Car- los Lindenberg	135
A Casa da Cultura de Domingos Martins — Elias Paganini	141

ESTUDOS E ENSAIOS

VIAGEM DE MAXIMILIANO DA AUSTRIA AO ES

Levy Rocha

O Arquiduque Ferdinando Maximiliano de Habsburgo, irmão do Imperador Francisco José I da Áustria, e sobrinho da Imperatriz do Brasil, D. Maria Leopoldina, até bem poucos anos atrás não constava nos registros da nossa historiografia capixaba. Não obstante, o retrato vivo de D. Pedro II que Heitor Lyra nos proporcionou num grande livro de história destaca na viagem ao ES unicamente o encontro que o Monarca teve com seu primo-irmão em fevereiro de 1860 com o propósito de se conhecerem.

O fato noticiado num cantinho perdido do **Jornal do Comércio** não seria bastante para romper o rigoroso incógnito que o Arquiduque fez questão de guardar durante toda a sua viagem no país recusando as cortesias e homenagens oficiais dos governadores das províncias e outras autoridades. Mas, a importância do acontecimento cresce pelas suas conotações na medida em que se alinham documentos históricos, tais como, apontamentos, cartas, jornais antigos dados como perdidos ou referências em livros raros.

O Arquiduque Maximiliano fora governador geral do reino lombardo-veneziano, vice-almirante e comandante em chefe da marinha austríaca. Casara-se em 1857 com Maria Carlota filha dos reis belgas, tendo deixado nessa viagem a Arquiduquesa na ilha da Madeira e seguido para o Brasil.

Os dois primos pareciam-se fisicamente, mas Pedro Calmon assinalou bem a diferença dos espíritos. Enquanto Maximiliano cultivava quimeras, D. Pedro II, um burocrata, se retardava no quotidiano, no administrativo, no real.

O Príncipe itinerante escreveu uma série de volumes — poesias, reflexões filosóficas, impressões de viagens — sete volumes ao todo, publicados postumamente, e ainda deixou um legado científico em dois volumes cuja organização confiou ao médico de bordo e naturalista, Dr. Henrich Wawra. Seu itinerário de viagem à Bahia onde esteve duas vezes visitando não só a capital e o Recôncavo como se embrenhando pelo mato virgem da região cacaueteira foi magnificamente analisado e comentado pela profª Moema Parente Augel que escreveu: **A Visita de Maximiliano da Aus-**

tria a Ilhéus, livro editado pela Universidade da Bahia. Graças ao estudo tão cativante, fui levado a me dirigir por correspondência ao Museu da Áustria onde obtive cópias xerografadas dos apontamentos inéditos — notas diárias de viagem, reduzidas, enigmáticas, constando do registro da estada de Maximiliano da Áustria no ES. A prestimosa tradução do texto em alemão (uma quase decifração paleográfica), feita pelo prof. Frederico Selde, completou minhas pretensões de divulgar o precioso texto do Arquiduque.

Antes, porém, rememoremos o acontecimento histórico. Na manhã de 7 de fevereiro de 1860, às seis horas e quatro minutos marcados no relógio do imperador, despedia-se ele dos capixabas em Vitória. Os vapores da esquadilha: **Apa**, **Amazonas**, **Paraense** e **Pirajá** ganhavam o rumo de Guarapari. Pouco além da barra, defrontavam com o vapor **Elisabeth** no qual o Arquiduque partira do Rio dia 5 para a surpresa daquele encontro. As embarcações se embandeiraram içando a bandeira austríaca em nota festiva do cortejo na mesma direção de Guarapari onde chegaram às 11 horas. A umas dez milhas a leste da praia, chamou a atenção do Imperador um vapor encalhado na ilha Rasa, o **Mucuri**. Naufragara em 31 de janeiro salvando-se passageiros, tripulantes e a carga de café mas a embarcação estava perdida.

Ao ancorarem, D. Pedro II desembarcou e seguiu para o porto. Mandou o **Pirajá**, vapor a rodas de modestas proporções ao encontro do seu augusto primo a fim de o conduzir ao **Apa** para levar cumprimentos a Teresa Cristina. Integravam o "Estado-Maior", do Príncipe, o pintor Joseph Selleny, o botânico Franz Maly, o capitão-de-marinha, ajudante de armas de Maximiliano, Wilhelm von Tegetthof e o médico particular do Arquiduque, Dr. A. Jilek. Juntara-se, no Rio, àquele luzido grupo o Ministro da Áustria, Conselheiro da Legação, Hipólito von Sonnleithner que servira de acompanhante de Maximiliano na visita feita em Petrópolis às jovens princesas Isabel e Leopoldina o que lhe propiciara ocasião de batizar um filho e tornar-se compadre do Príncipe.

O Imperador voltou ao **Apa** ao meio dia e meia e mandou cumprimentar a S.A. em seu navio levando-lhe as insígnias de grão-cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro. Logo depois recebeu a visita do Arquiduque prolongada até duas e meia da tarde.

As quinze horas e meia prosseguiram viagem para

Benevente onde chegaram perto das dezoito horas do mesmo dia. D. Pedro II mandou buscar Maximiliano da Áustria e seus acompanhantes para percorrerem a vila e descansaram na casa que fora destinada a sua recepção. Visitaram o Convento onde viveu e faleceu o Padre Anchieta. O estado de ruínas da antiga construção jesuítica causou-lhes péssimas impressões. D. Pedro II ficou mais decepcionado com a cadeia que ocupava duas salas do prédio cujo teto ameaçava desabar, e como as paredes não ofereciam segurança nenhuma para evitar a fuga dos presos, eles dormiam à noite no tronco.

O Arquiduque demorou-se no pequeno sobrado da hospedagem do casal imperial até as nove horas da noite mas foi dormir a bordo do seu vapor. Ostentava ao peito a comenda do **Cruzeiro**.

As sete e quarenta e cinco da manhã do dia seguinte toda a frota levantava âncoras e rumavam os excursionistas para o Itapemirim fundeando em frente ao desaguadouro do rio às nove e quarenta.

D. Pedro II foi a bordo do vapor austríaco seguido de grande comitiva cumprimentar o Arquiduque. Examinou os livros da biblioteca rica em descrições de viagens e obras de história natural, ganhou um livro de versos do Príncipe, examinou os "geniais" esboços do pintor Selleny o qual já passara pelo Brasil em outra viagem. A palestra versou sobre literatos italianos, Manzoni, Cesar Cantu e Giulio Carcano. A demonstração de cultura do Soberano deu ao seu primo impressão pouco lisongeira expressada em carta ao Imperador Francisco José. Na mesma, vem a Corte descrita de D. Pedro II com muito sarcasmo: "A conversa teria sido melhor se tivesse um navio de imigração e sua Corte ficaria muito mais à vontade na floresta ou no topo das palmeiras". A visita teve duração até as duas e meia da tarde quando o Imperador regressou ao **Apa** acompanhado do Arquiduque que foi despedir-se da Imperatriz. Na saída foi acompanhado pelo Ministro Sonnleithner que mudou de embarcação passando ao vapor Paraense a fim de regressar ao Rio.

O **Elisabeth** ao tomar o rumo da Bahia recebeu salvas de 21 tiros do **Amazonas** e do **Paraense**. Suas tripulações se mantinham nas vergas e convés acenando despedidas. Na mesma ocasião, precisamente às três e quinze da tarde, os Imperadores passavam para o vapor **Pirajá** e subiam a embocadura do rio com destino à Vila de Itapemirim.

Eis as transcrições das notas do Arquiduque Maximiliano da Austria, nessa viagem de dois dias: "7-2-60 — 7 horas, Espírito Santo. Formação montanhosa magnífica, semelhante ao Rio. Mandamos buscar piloto. Imperador bem em frente ao nosso nariz para Guarapari. Imediatamente me seguiu. Alcançou. Imperador defronte ao nosso nariz para terra. Mandeí Sonlleithner. Visitei a Imperatriz num vergenhoso navio a vapor comercial. Imperador mandou me buscar. Visitei-o. Descrição. Saída para Benevente. Imperador mandou buscar-me. Com ele para terra, após o por do sol. Entrando pelo rio. Recepção tola (hilariante). Crucifixo — Altar e folhas de palmeiras cortadas. Recepção fria. Imperador magoado (não gentil). Visita à igreja. Chiqueiro. Imperador não falou com ninguém. Assim chamada praia (margem). Lua maravilhosa. Fome e sede passaram. **Cruzeiro.** 8-2-60 — De manhã para Itapemirim. Chegada após às 9 horas. Imperador me fez uma visita. Examinados livros. Chuvas tropicais. Tédio no vapor. Arras (?) azul. Partida. Côte descrita. 9-2-60 — Mar cinzento bravio (rolando). Noite quente. Saco de carvão (escuríssimo)".

Limito-me a comentar o mau humor de D. Pedro II em Benevente. Ausentando-se da Corte por mais de quatro meses, alguns problemas da administração por certo causariam apreensões. A visão do pequeno vapor encalhado pertencente à Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri que fazia a linha marítima do Rio ao ES e sul da Bahia era um acidente a lembrar-lhe uma questão entre o Ministro Ferraz dos Negócios do Império e o diretor da Cia., Teófilo Ottoni. O Governo autorizara à Cia. um empréstimo levantado em Londres, mas o Ministro Ferraz impunha cessação dos privilégios da Cia. e reteve o dinheiro no Tesouro. Quando o Imperador regressava do Norte no caminho da nossa província capixaba correu o boato de que ele visitaria Caravelas e as colônias do Mucuri. Teófilo Ottoni animou-se, procurou arregimentar o povo em São José do Porto Alegre, Minas Novas, Filadélfia e Santa Clara pretendendo organizar uma homenagem a D. Pedro II. Foram encomendados carros especiais, consertadas estradas e melhor organizadas as estações de muda. O vapor **Mucuri** ficou de espera em Caravelas para seguir a esquadilha imperial mas "as esperanças eram por demais lisongeiras — escreveu Paulo Pinheiro Chagas, biógrafo de T. Ottoni) — "Desvaneceram-se todas na tarde de 25 de janeiro na barra de Carave-

las, e com mais presteza do que o fumo dos vapores da esquadra imperial, que deslizou veloz por aqueles mares e rápida desapareceu no horizonte. Mal nos foi dado avistá-la!" Teófilo Ottoni com a grande decepção escreveu em relatório para os acionistas: "Viagem de mau agouro para a Cia., porque o seu desfecho foi o naufrágio do vapor Mucuri, nas pedras de Guarapari ..."

Quanto aos demais pontos obscuros das notas da viagem do Arquiduque Maximiliano da Austria ao ES só ele mesmo seria capaz de elucidá-las com a verve de escritor e "os olhos de um romântico", segundo a prof^a Moema Augel, o que parece não ter acontecido ...

SOCIEDADE DRAMÁTICA PARTICULAR MELPÔMENE

Oscar Gama

A Sociedade Dramática Particular Melpômene desempenhou importantíssimo papel na história da cena local. Aristides Freire, que parece tê-la dirigido durante alguns anos, teve pelo menos três peças montadas por ela: **A Caridade**, **A Ferida Invisível** e **Amor de Perdição**. Além disso, graças ao esforço de seus associados é que veio a ser construído o Teatro Melpômene.

Em minha **História do Teatro Capixaba: 395 Anos** transcrevi parte de um pequeno ensaio de Maria Stella Novaes (que, integralmente, possuía onze páginas), onde entre outras informações preciosas, era mencionada a Sociedade Melpômene:

“E, dos velhos jornais, colhemos o noticiário das seguintes instituições do gênero: a Sociedade 7 de Setembro (1855), em Vitória; a Trepischore, na Barra de São Mateus, onde, em 1875, se inaugurou um Teatro; a Sociedade Dramática Particular, no Itapemirim (1857). (...) (§) Houve, na Capital, a Sociedade Dramática Particular Melpômene, que, de acordo com a Lei nº 1083, de 22 de agosto de 1860, recebia amparo do Governo. Seus estatutos foram aprovados a 10 de agosto de 1872”.¹

A época não me interessei em colher maiores dados acerca da Sociedade Melpômene porque, como eu ainda não havia localizado os textos “perdidos” de Aristides Freire, julgava ser ela apenas uma entre as muitas associações e grêmios que se dedicaram, no Espírito Santo, à arte dramática. Só há pouco tempo é que me lancei à pesquisa das suas raízes. Portanto. Encontrei a primeira notícia a seu respeito nos “Anúncios” do **Correio da Vitória** de 2 de maio de 1872:

"SOCIEDADE MELPÔMENE"

Devendo ter lugar, no dia 19 do corrente mês, a colocação da primeira pedra do teatro desta Sociedade, que será edificado no largo da Conceição desta Cidade; convida-se a todos os Srs. Sócios para comparecerem ao dito lugar às 4 1/2 da tarde a fim de abrilhantarem essa cerimônia.

Vitória, 1º de maio de 1872.

O 1º Secretário

Antônio Rodrigues Pereira".

Exatamente no lugar onde a pedra fundamental foi assentada, a 19 de maio de 1872, viria a ser erguido o Teatro Melpômene, cuja construção seria iniciada em 1895 e concluída em 1896. O texto de Maria Stella, no entanto, parece indicar, à primeira vista, que a Sociedade existia e era auxiliada pelo Governo desde 22 de agosto de 1860. Esta leitura, entretanto, não é a que Maria Stella consideraria correta, já que é ela mesma que nos informa que os seus Estatutos, sem os quais talvez não pudesse receber auxílio estatal, foram aprovados apenas em 10/8/1872. A preocupação dos sócios com a legalização fica patente no anúncio inserido no **Correio da Vitória** de 23/5/1872:

-
- 1 NOVAES, Maria Stella de. O Teatro no Espírito Santo. Apud GAMA, Oscar. In: — **História do Teatro Capixaba: 395 Anos**. Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo — Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981. p. 178-179. Ocorreu, possivelmente, uma falha tipográfica na palavra "Trepischore", cuja grafia correta era Terpsichone, grafia esta que, contemporaneamente, se alterou para Terpsícore. A propósito, Terpsícore é a musa da dança.

Manduca Evêncio faz referência a uma associação que não foi citada por Maria Stella, a Fênix Dramática, no artigo XIV da série **Homens do Passado**, escrito em 10/2/1956 e publicado em **A Gazeta** em data desconhecida (pois se trata de um mero recorte do jornal). Vamos transcrever os informes sobre essa associação oitocentista:

"Glicério Pereira Barbosa e mais três irmãos viram-se envolvidos

“S. MELPÔMENE”

Convida-se a todos os Srs. sócios desta sociedade para reunirem-se no domingo às 10 horas da manhã, em uma das salas do Colégio Espírito Santo, a fim de nomear-se uma comissão que se encarregue de organizar o projeto de estatutos para serem submetidos à aprovação de S. Ex^a o Sr. presidente da província, sem o que não pode a sociedade ser

no negro manto da orfandade antes de atingirem a adolescência. Eram eles Glicério e Virgílio Pereira Barbosa, Álvaro Leão Barbosa e Dorotéia Barbosa. Os dois primeiros foram acolhidos por um velho tio paterno, pequeno comerciante, austero e probo, e os últimos, por uma irmã bastarda casada com o português Domingos Pareda, mestre de navio e, mais tarde, negociante. Virgílio e Álvaro foram meus condiscípulos no Colégio Freitas, nesta cidade.

Rapazes caprichosos, inteligentes e aplicados, tornaram-se benquistos e úteis. Lembraram-se um dia de fundar uma sociedade teatral, para cujo objetivo conseguiram o concurso de outros rapazes. A maior dificuldade, porém, estava na obtenção de um teatro. Mas cheios de boa vontade, pertinácia e disposição para vencer, em pequeno espaço de tempo viram realizados os seus apelos. Lutavam, trabalhavam, e trabalharam mesmo a valer. De um comerciante português que, fracassando no comércio, voltara à profissão de alfaiate, conseguiram um vasto prédio, de construção paralisada mas provido de muito material de construção armazenado no mesmo prédio. Era de admirar-se o esforço empregado.

Arvorando-se a carpinteiros, pedreiros, pintores e cenógrafos, levaram, em relativo pouco tempo, a bom termo a sua ousada tentativa. O comércio local, para quem apelaram bastas vezes, não se mostrou surdo.

Constituíam durante o dia, e à noite, ensalavam. Assim puderam encenar diversas comédias cujo bom desempenho chamou sobre eles as simpatias gerais. Glicério era, em tudo, a abelha-mestra que fazia desdobrar-se aquela pequena colméia.

Dispondo de extraordinário poder de imitar gestos, timbre de voz, cacoetes e tiques, Glicério acionava os músculos faciais de tal modo que retratava o indivíduo criticado. Aproximava-se uma festa da padroeira que prometia ser muito concorrida, e a **Fênix Dramática**, cônica do seu valor, ensaiava o **Fantasma Branco**, drama de Joaquim Manoel de Macedo e algumas comédias de grande comicidade. Eis que chega a esta então Villa da Barra de São Mateus um moço gaúcho, chefe do escritório de grande casa exportadora de café

considerada legalmente instituída, conforme determina o decreto nº 2711 de 19 de dezembro de 1860.

Vitória, 20 de maio de 1872

O 1º Secretário

Antônio Rodrigues Pereira”.

Finalmente, no Correio da Vitória de 30 de maio de 1872, os sócios são convocados para discutir e votar os Estatutos já elaborados pela comissão. Basílio Carvalho Daemon descreve parte dos acontecimentos que acabei de narrar, acrescentando um dado que reforça a importância da Sociedade Melpômene na construção do futuro teatro:

“(1872) — A 3 de dezembro desse ano fina-se, nesta capital

do Rio de Janeiro (...). Jerônimo de Oliveira e Silva, chamava-se o guasca, sentiu-se isolado na quietude da aldeia que, pela vez primeira, visitava.

(...) Na véspera da festa foram os três palestradores assediados por duas senhoritas que passavam cartões para o espetáculo à noite. (...)

(...) Às oito horas da noite achavam-se os três confortavelmente instalados na primeira fila quando se fez ouvir o aviso de “tomarem seus lugares”. O teatrinho estava à cunha. Içado o pano, achava-se Glicério no meio do palco para fazer um aviso ao público. Aplausos e palmas estrugiram da platéia, ruidosas e animadoras. Glicério, sorridente, calmo e completamente controlado, agradeceu, numa curvatura elegante e distinta, a saudação recebida. Jerônimo, surpreso com o que via, concentrou toda a sua atenção de grande observador no desenrolar das cenas. Ao terminar o espetáculo pedia insistentemente aos amigos que o apresentassem a Glicério e aos seus auxiliares. (...) (Jerônimo) convidou Glicério para ir para o Rio a fim de entrar para o teatro de amadores e familiarizar-se com a platéia da grande metrópole e depois entregá-lo ao empresário Heler, terminando: quero que o Brasil me deva a lapidação de um grande diamante e o teatro brasileiro passe um dia a orgulhar-se de possuir mais um João Caetano ou um Vasques. Todas as despesas correrão por minha conta até o dia em que você assine o contrato no Rio. Nada, absolutamente nada, lhe faltará afirmava Jerônimo. Glicério, que tudo prometeu, tudo faltou. Embriagado por um namoro com a filha duma fazendeira abastada, fugiu no dia destinado ao embarque. (...)

(...) Com o casamento de Glicério debandaram os componentes da Fênix Dramática. (...)

Concelção da Barra, 10-2-56.

MANDUCA EVENCIO”.

em a casa de morada de seu sogro, o Engenheiro Manoel Feliciano Muniz Freire. (...) Por iniciativa sua projetou-se o levantamento de um teatro, para o que já havia obtido um terreno no largo da Conceição, onde foi assentada a primeira pedra e feito o alicerce, e ainda da Assembléa Provincial obteve o auxílio de 10:000\$000 que foi autorizado pela Lei Provincial nº 44 deste mesmo ano". 2

Justifico minha afirmativa anterior: esse Manoel Feliciano Muniz Freire, responsável pela tentativa frustrada de criação de uma casa de espetáculos, era pai de José de Melo Carvalho Muniz Freire, que governaria o Espírito Santo de 1892 a 1896 e, depois, de 1900 a 1904. Explica-se, assim, que, ao assumir a presidência do Estado, José de Melo Carvalho Muniz Freire tenha decidido realizar o sonho paterno, erguendo o Teatro que denominou de Melpômene em homenagem à Sociedade de que seu pai era membro. Além disso, como o seu governo findaria a 23 de maio de 1896, ele fixou o prazo de 20 de maio desse ano (prazo este que seria desrespeitado) para o término das obras.

Apesar da valiosa informação que nos transmitiu, enganou-se, porém, Basílio Carvalho Daemon acerca do valor do auxílio que seria prestado à Sociedade Melpômene que o texto da lei nº 44, de vinte e sete de novembro de 1872, transcrito a seguir, estipula em apenas seis contos:

"Artigo 1º — Fica concedido à Sociedade Dramática Particular denominada "Melpômene" o empréstimo que solicitou de seis contos de réis (6:000\$000) em quatro prestações semestrais para a construção de um teatro nesta Capital, com sessenta palmos de frente e cem de comprimento, conforme o plano já organizado.

Artigo 2º — A sociedade prestará fiança idônea que garanta o emprego da quantia emprestada e a conclusão do teatro, no prazo de dois anos, salvo força maior concludentemente provada.

Artigo 3º — A sociedade ficará obrigada a dar anualmente dois benefícios, em favor das obras da Igreja Matriz desta Capital, enquanto subsistir o referido empréstimo.

2 DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo. Sua Descoberta, História Cronológica, Sinopse e Estatística; Descoberta, História e Estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória, Tipografia do Espírito-Santense, 1879. p. 402.

Artigo 4º — O teatro ficará expressamente hipotecado à fazenda provincial para indenização do empréstimo realizado, no caso de dissolução da mencionada sociedade, por qualquer que seja o motivo”.³

Este empréstimo, no entanto, não deve ter sido recebido, pois a lei nº 29, de novembro de 1875, volta a fornecer a quantia de seis contos de réis para os mesmos fins descritos na lei nº 44:

“Artigo 1º — Fica desde já concedido à Sociedade Dramática Particular — Melpômene — o auxílio de seis contos de réis em prestações trimestrais e iguais, para a aquisição do terreno e edificação do teatro da mesma Sociedade.

(...)

Artigo 3º — O novo edifício construído para servir de teatro será utilizado pela Sociedade enquanto esta funcionar; passando a ser considerado próprio provincial desde que a Sociedade se dissolva”.⁴

Voltemos a Maria Stella de Novaes, que, em seu trabalho já citado, afirma que a Sociedade Dramática Particular Melpômene, de acordo com a lei nº 1083, de 22 de agosto de 1860, recebia amparo do Governo. Tal assertiva deve-se, obviamente, a um erro tipográfico, já que não existe nenhuma lei nº 1083 no ano de 1860. A lei nº 305, publicada a 13 de julho de 1857, tem características semelhantes às que a historiadora relata para a lei 1083:

“Artigo 1º — Fica garantido por espaço de 10 anos o juro anual de 7 por cento a qualquer empresário, ou associação, que estabelecer um teatro público nesta capital.

Artigo 2º — O juro, de que trata o artigo antecedente, começará a contar-se desde que o teatro for dado por pronto, e funcionar; fazendo o presidente da província avaliá-lo para se conhecer a soma despendida, e que deve servir de base ao pagamento do mesmo juro,

3 Livro das Leis da Província do Espírito Santo; Contendo as Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa na Sessão Ordinária de 1872. Vitória, Tipografia do Espírito-Santense, 1872. Tomo XXXV. p. 74-75.

4 Leis da Província do Espírito Santo; Contendo as Leis e Resoluções Promulgadas pela Assembléa Legislativa em sua Sessão Ordinária de 1875. Vitória, Tipografia do Espírito-Santense, 1875. Tomo XIX. p. 65-66.

o qual cessará, se o empresário ou associação deixar de dar espetáculos, sem motivo justificado". 5

Esta lei 305 obteve algum resultado, pois no **Livro das Leis da Província do Espírito Santo** do ano seguinte, 1858, a Sociedade Dramática Sete de Julho passa a receber 300\$000 do Estado (Capítulo 2º, **Da Despesa Provincial**, Título 9º):

"§ 7º — Auxílio à Sociedade Dramática — Sete de Julho — com a obrigação de dar um benefício à Santa Casa de Misericórdia da capital, desde já ... 300\$000". 6

Em 1860, a Sociedade Dramática Sete de Julho passa a ter uma companheira, a União Capixaba, como se lê no Capítulo 2º, **Da Despesa Provincial**, Título 9º:

"§ 8º — Auxílios aos teatros União Capixaba e Sete de Julho, com obrigação de darem um espetáculo a benefício da Santa Casa da Capital... 600\$000". 7

Se retornarmos ao trecho de Maria Stella que inclui no princípio deste pequeno ensaio, veremos que ela parece afirmar que a Sociedade 7 de setembro existe desde 1855. Há um outro engano aqui. O Grêmio Dramático Particular 7 de setembro só viria a ser criado em 7.9.1889, como comprova um anúncio seu em **O Estado do Espírito Santo** de 7.9.1890:

"G. D. P.

SETE DE SETEMBRO

-
- 5 **Livro das Leis da Província do Espírito Santo**; Contendo as Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa na Sessão Ordinária de 1857. Vitória, Tipografia Capitaniense de P. A. D'Azeredo, 1857. Tomo XIX. p. 7.
 - 6 **Livro das Leis da Província do Espírito Santo**; Contendo as Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa na Sessão Ordinária de 1858. Vitória, Tipografia de P. A. D'Azeredo, 1858. Tomo XX. p. 60.
 - 7 **Livro das Leis da Província do Espírito Santo**; Contendo as Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa na Sessão Ordinária de 1858. Vitória, Tipografia de P. A. D'Azeredo, 1860. Tomo XXII. p. 35.

HOJE! 7 de Setembro Hoje!

Esplêndido festival de gala, comemorativo da gloriosa data da proclamação da INDEPENDÊNCIA DO BRASIL e do 1º aniversário do Grêmio”.

Acredito, particularmente, que Maria Stella tenha confundido a Sociedade Dramática Sete de Julho que, em 1858, recebia 300\$000 do governo, com o Grêmio Dramático Particular 7 de Setembro, ao qual ela se refere como Sociedade 7 de Setembro. A semelhança entre os nomes Sociedade Sete de Julho e Sociedade 7 de Setembro é evidente, sendo até mesmo desculpável o lapso cometido pela escritora.

Para finalizar, transcreverei o artigo **Teatro**, publicado no **Comércio do Espírito Santo** de 22.5.1896, a respeito do Teatro Melpômene. O leitor deve atentar para o papel desempenhado pela Sociedade Dramática Particular Melpômene e por Manoel Feliciano Muniz Freire na decisão de se construir o teatro. Na **História do Teatro Capixaba: 395 Anos** forneci a data de 22 de maio como sendo a da inauguração do Teatro Melpômene, o que contraria José Teixeira de Oliveira (veja sua **História do Estado do Espírito Santo**, 2 ed., Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975, p. 416) e Maria Stella de Novaes (veja a **História do Espírito Santo**, Vitória, Fundo Editorial do Espírito Santo, s. d.), que optam pelo dia 21 de maio. O articulista do **Comércio do Espírito Santo** nos auxiliará também nesse ponto, pois mencionará a forte chuva que, caindo no dia 21, fez com que a inauguração fosse transferida para 22 de maio:

“Seu nome (Teatro Melpômene) guarda a tradição da modesta associação dramática particular **Melpômene**, que teve no estimável Dr. Muniz Freire, pai do atual presidente do Estado, o mais vigoroso auxiliar, que chegou a realizar o lançamento da primeira pedra no local hoje ocupado imprópriamente pelo novo teatro.

Não fosse o desvelo filial de S. Ex^a, pretendendo assim honrar a memória do ilustre morto, menos dispendiosa teria sido a importância de 102 contos que a tanto montam as desapropriações realizadas, compreendida a da capela da devoção de Nossa Senhora da Conceição da Prainha.

(...) O teatro é totalmente de pinho, a começar de seus alicerces sobre que descansam cruzetas alcatroadas.

A sua construção é elegante e a sua fachada bem delineada, sua disposição interna bem engenhosa, guardadas todas as prescrições da arte moderna.

É iluminado por 150 lâmpadas elétricas que parecem-nos não oferecer luz bastante a suas proporções, a não ser que houvesse ontem pouca acumulação da eletricidade precisa. No centro há falta de um foco, essencial para o efeito exigido pela vista do espectador.

Para uma emergência de ocasião há número regular de saídas; parece entretanto haver escapado a providência adotada nos teatros modernos, fazendo que as portas da frente não ofereçam resistência no caso de acumulação do povo.

O palco tem espaço suficiente para encenação de qualquer peça, havendo oito camarins para comodidade do pessoal artístico. O foyer vasto e elegante está proporcional à lotação calculada.

Nas varandas das gerais, no centro e acima do camarote oficial está escrito o nome do glorioso maestro Carlos Gomes, ao lado direito (o) do mavioso Verdi, à esquerda o do inspirado autor dos Huguenotes.

Permita-se-nos o reparo que fazemos, vendo omitido o nome de João Caetano, que honra demasiadamente a escola dramática; a preocupação pelo acabamento dessa obra que **devia estar pronta no dia 20** pode desvanecer tão injusto esquecimento.

Ontem, em consequência da chuva que caiu em grossas batedeiras desde as 5 horas da tarde até a hora em que escrevemos, 9 horas da noite, não foi possível haver o espetáculo inaugural”.

Além disso, confirmando a minha tese acerca do cancelamento do espetáculo do dia 21, acha-se, no mesmo **Comércio do Espírito Santo** de 22 de maio, um anúncio convidando o público para a **estréia** da Companhia Júlia Plá, que **inaugurará** o teatro. Este anúncio é quase uma cópia de outro que havia saído no **Comércio do Espírito Santo** do dia anterior (21), diferindo, é óbvio, apenas na data colocada abaixo do nome do teatro:

"TEATRO MELPÔMENE

HOJE Sexta feira 22 do corrente HOJE

ESTRÉIA da Companhia Espanhola

JÚLIA PLÁ

Inauguração do Teatro

PROGRAMA

1º Hino Nacional

**2º A sinfonia da grandiosa ópera do maestro brasileiro
Carlos Gomes**

O GUARANI

3º A popular ópera cômica em 3 atos

MASCOTE

**Desempenhada pelas Sras. Júlia Plá, Allende, Lopez
e os Srs. Carrasco, Ferradas, Navarro Martinez, Mau-
leou, Montoro e coro de ambos os sexos.**

O espetáculo principiará às 8 1/2".

MÉTODOS DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Gabriel Augusto de Mello Bittencourt

**Professor do DH/CEG/UFES, membro do IHGES
e pesquisador do Laboratório Associado ao CNRS-
PARIS/França.**

Demografia Histórica.

1. Origens.

Embora a Demografia já conte com alguns séculos de existência, a Demografia Histórica, uma das tendências atuais da historiografia brasileira, conta com apenas poucos anos.

Sua gênese prende-se à problemática do após-Guerra. Por um lado, o chamado "Mundo Subdesenvolvido" com tendências à queda brusca de mortalidade e conseqüentemente, desde então, a um acelerado ritmo de crescimento demográfico, fruto da importação de tecnologia promotora do controle artificial da morte.

Do outro lado as nações industrializadas do Velho Mundo de mortalidade e de natalidade baixas.

Procurava explicar então de uma forma generalizante, a "teoria de transição demográfica", "neomalthusiana". Segundo esta teoria as populações humanas apresentaram inicialmente uma "taxa agrícola" de crescimento demográfico caracterizado por altas taxas de fecundidade e natalidade, que se traduzia em um crescimento em equilíbrio. Entretanto, com o crescimento industrial, as taxas demográficas apresentavam tendências a mudanças — iniciando-se pela redução da taxa de mortalidade seguindo-se a de fecundidade. Nessa defasagem transitória haveria uma fase de "transição demográfica" até o restabelecimento do equilíbrio nas "taxas industriais" — crescimento populacional normal lento.

Como os países subdesenvolvidos lutavam para atingir a emancipação econômica, industrializando-se, recomendava-se lhes controle artificial e brusco da fecundidade, posto que seu crescimento demográfico era artificial fruto da importação tecnológica que promovia o controle artificial da morte (vacinas, DDT, etc.).

Esse modelo, que era proposto a partir do estudo das regiões que primeiro se industrializaram, era questionado principalmente pelos historiadores e cientistas sociais em geral que primavam por bases históricas mais sólidas e melhor estabelecidas cientificamente.

Por outro lado, a partir da crise de 1929/30 desenvolveu-se a história econômica, parcialmente quantitativa à procura da totalidade econômica nas flutuações de curta e

longa duração seguindo as lições de Simiand, Labrousse ou Fernand Braudel, primando-se pela necessidade de entender o homem total.

Assim, com a ascensão das demais ciências sociais, nos anos de 1950, a História, que se enquadrava dentro das preocupações do desenvolvimento econômico, auxiliada pela cibernética, amplia-se sensivelmente nos últimos anos. O tempo economizado com o computador é essencial. Permite a utilização de uma massa documental até agora pouco utilizável pelos métodos convencionais da pesquisa histórica. Inicia-se então a utilização da nova técnica, de outras ciências da história, privilegiando, nesse contexto, a Demografia Histórica.

Dessa maneira, a França que há muito apresentava uma pirâmide de idade invertida, e uma fecundidade baixa, começou a preocupar aos historiadores, que queriam conhecer e calcular rigorosamente as tendências históricas da reprodução humana desse país. Entre esses sobressaía-se Louis Henry.

2. O Campo da Demografia Histórica.

O método de Henry, aplicado na reconstituição de famílias na França, inicialmente, e, logo, na Inglaterra e nos outros países, permite a medida com precisão e rigor da natalidade, da mortalidade, e da reprodução humana dos tempos históricos e ainda com perspectivas comparativas, em séculos iguais ou distintos; aldeias, continentes e outras civilizações em estágios variados de desenvolvimento e/ou estruturas sociais variadas.

Hoje, a Demografia Histórica vale também pela formidável contribuição de seus produtos paralelos. As fichas de famílias à base nos registros da cristandade ou nos censos nominais pré-estatísticos ou outras séries fundamentais gerou a história quantitativa de níveis da sociedade e da cultura ou das atitudes do comportamento e das sensibilidades coletivas diante da vida, da morte, do amor, da pobreza, da infância, da doença, das estruturas sócio-econômica, etc. . .

Logo, as primeiras preocupações e sistematizações metodológicas da Demografia Histórica nasceu em Paris.

A iniciativa é tomada em 1952 por Pierre Goubert. Esse historiador projeta um estudo sistemático de demografia do século XVIII, na França, com base nos registros eclesiásticos de batizados, casamentos e óbitos, mas, conforme dissemos, é com Louis Henry que surge o principal modelo, o primeiro manual de Demografia Histórica, em 1956.

Intrigado com a problemática da natalidade francesa, liga-se ao historiador e arquivista Michel Fleury e elaboram um método minucioso de levantamento e de análise de antigos registros, objetivando transformá-los em dados básicos para o estudo da fecundidade e mortalidade de micropopulações, previamente testado a prática desse método com famílias já reconstituídas por genealogias bem estabelecidas.

Daí para diante os trabalhos multiplicaram-se sendo estudadas, principalmente, aldeias e paróquias da Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII.

A análise das fichas do modelo Henry-Fleury, explicitaram com rigor o sistema europeu do casamento e mais recentemente a demografia retrospectiva européia já vai deixando os estudos rurais e atacando as cidades.

A demografia histórica urbana é, entretanto, bem mais difícil. Nesse campo a quantidade de documentos a manejar é muito grande, a falta de estabilidade dos moradores das zonas urbanas da Europa Moderna é um outro fator de dificuldade. Daí a grande discussão e intensas experiências de alguns centros da atualidade no sentido de encontrar técnicas e métodos que melhor se adaptem aos estudos das grandes massas documentais.

Nesse contexto o uso do sistema de amostragem e o recurso do computador vêm sendo preconizados e experimentados para a reconstituição de famílias e inclusive estocagem de dados de registros paroquiais.

No âmbito geográfico, logo as preocupações similares e os métodos transpõem a fronteira francesa. Na Inglaterra, T. Hollingsworth aplica as técnicas no estudo da nobreza britânica em três séculos que já possuíam genealogias estabelecidas. O grupo da escola de Cambridge adapta e enriquece os métodos franceses aos documentos paroquiais anglicanos.

Este grupo preocupa-se sensivelmente com pesquisas internacionais e comparativas, privilegiando o estudo demográfico e social da família e do agrupamento doméstico em três séculos e em várias partes do globo e, ainda, o estabelecimento de programas de processamento eletrônico utilizáveis para aplicação do método de "reconstituição de famílias e tratamento demográfico-estatístico dos dados". O grupo preocupa-se ainda com a mensuração do nível de instrução de populações pré-industriais e sua correlação com a Revolução Industrial britânica.

Na Itália houve a constituição de vários núcleos de pesquisa de Demografia Histórica. Há inclusive um órgão cen-

tral de estímulo e apoio aos estudos de demografia histórica, o Comitato Italiano per lo Studio de lla Demografia Storica — Roma, que vem patrocinando inúmeras pesquisas efetuadas pelas universidades italianas.

O caráter multidisciplinar da pesquisa histórico-demográfica mostrou-se desde o início como resultado do enfoque científico. A convicção crescente da essencialidade do embasamento demográfico em qualquer estudo histórico de natureza social, econômica ou cultural respalda o sucesso da nova ciência e, por sua vez, as mudanças populacionais não poderiam ser compreendidas isoladamente mas sim dentro de uma totalidade orgânica.

Nos grandes centros de pesquisa, grandes projetos surgem de grupos de centros de composição diversificada. No campo da Demografia Histórica, no Institut National de Études Démographiques de Paris, trabalham em equipe demógrafos, economistas, médicos, estatísticos e, no Laboratoire de Démographie Historique da École des Hautes Études en Sciences Sociales, onde há uma predominância maciça de historiadores já se juntam elementos de outras áreas.

Paralelamente ao método Henry e suas variáveis, procura-se conhecer outros métodos que vêm sendo aplicados com êxito para estudo de populações precárias do mundo em desenvolvimento e das populações do passado. Destaca-se aqui, o projeto da Universidade de Princeton, que pelo modelo de Coale-Demeny objetiva a reconstituição rigorosa da fecundidade européia, suas formas e condições de mudanças a partir do século XIX.

A Demografia Histórica, transpondo fronteiras vem estimulando também pesquisadores e instituições do Leste da Europa, de nações asiáticas, da África e das Américas. No Congresso Internacional de Ciências Históricas de Moscou de 1970, ficou-se sabendo de sua acolhida na União Soviética. Húngaros, tchecos, romenos, alemães orientais e poloneses, vêm apresentando importantes resultados de pesquisas com utilização dos métodos da Demografia Histórica em suas regiões.

Na Ásia cientistas regionais vêm publicando notáveis trabalhos sobre o passado demográfico como por exemplo sobre o Japão Tokugawa ou sobre a Índia e o Paquistão ou sobre a China.

No continente africano destacou-se o trabalho de J. Ganiage, "La population européenne de Tunis au milieu du dix-neuvième siècle. Étude démographique" (1960).

Na América, os EUA, que dispõem de censos nacionais

em intervalos regulares desde 1790, podem dedicar-se a estudos nacionais e regionais da estrutura e das mudanças populacionais, "através de instrumentos de análises próprios da demografia corrente, com apenas ajustes de correção de sub-registros". No Canadá francês, a população e o povoamento vêm sendo trabalhado pelo Departamento de Demografia da Université de Montreal e, na América Latina, os estudos de Demografia Histórica aparecem na Argentina, no México, na Costa Rica e no Chile.

Neste último, os esforços da equipe da Universidade de Concepcion do Chile, aliado à ação da Dra. Maria Luiza Marcílio, terminaram por convencer à direção do CELADE Centro Latinoamericano de Demografia sobre as necessidades e possibilidades da Demografia Histórica da América Latina. A partir daí vem o organismo apresentando alguns resultados positivos.

3. Demografia Histórica no Brasil.

No Brasil, como nos países da América Latina, a documentação, quando conservada em arquivo público ou particular, quando organizada, mantém a concepção arquivística-histórica do século passado e métodos de há muito ultrapassado. A publicação de catálogos simples e de preferência, críticos ganha atenção especial e importância de atualidade para o auxílio ao pesquisador.

O uso das informações dos censos, listas de habitantes, listas de parcelas da população, dos registros paroquiais, de escolares, das listas fiscais, de inventários, de testamento, etc..., já podem contar com orientações metodológicas de caráter universal. Os dados empíricos, exigem, entretanto trabalho e arquivo.

Quem primeiro demonstrou as imensas possibilidades do potencial das listas de habitantes do Brasil colonial, foi Luis Lisanti e, a aplicação pioneira dos métodos de Henry-Fleury, consubstanciou-se no trabalho de Maria Luiza Marcílio, **A cidade de São Paulo. Povoamento e população 1750-1850**, São Paulo, Pioneira, 1973, publicado anteriormente em 1968 pela Universidade de Rouen.

A partir daí, trabalhos similares começaram a surgir assim como também os cursos de pós-graduação específicos

na área. Por outro lado, seções específicas em Congressos e as próprias Fundações de amparo à pesquisa vêm dando particular atenção aos projetos do setor.

Em quase todos importantes acontecimentos no setor da Demografia Histórica percebe-se a participação ativa e incansável de Maria Luiza Marcílio, cujo prestígio conseguiu reunir no seu trabalho **Demografia Histórica**, São Paulo, Pioneira, 1977, os nomes da mais alta expressão mundial da comunidade científica voltada para a Demografia Histórica.

4. Fontes.

4.1. Oral.

Seminário com Maria Luiza Marcílio, no Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1 de outubro de 1980.

4.2. Impressas.

HENRY, Louis, Técnicas de análise em demografia histórica. Curitiba, Univ. Federal do Paraná, 1977.

MARCÍLIO, Maria Luiza, A cidade de São Paulo. Povoamento e população: 1750-1850. São Paulo, Pioneira, 1973.

—(Org.) **Demografia histórica. Orientações técnicas e metodológicas.** São Paulo, Pioneira, 1977.

HISTÓRIA ECLESIAÍSTICA DO ESPÍRITO SANTO

JOSÉ SCHIAVO

Uma das mais antigas freguesias criadas no Brasil foi a do Espírito Santo, que possuía a esse tempo uma única vila — Vila Velha. Foi seu primeiro vigário o Padre João Dormundo, nomeado em 13 de janeiro de 1541 (Cf. **Documentos Históricos**, t. XXXV, pg. 65). Dependia do Arcebispado de Lisboa, pois só em 1550 criou o Papa Júlio III o Bispado da Bahia com jurisdição sobre todo o Brasil.

Foi seu primeiro bispo o famoso Dom Pêro Fernandes Sardinha (1552), que contendeu com o Governador Duarte da Costa. Em 1556 o bispo viajou para a Europa. O navio em que ia naufragou nas proximidades do litoral de Alagoas. Salvo com outros tripulantes, foram aprisionados e devorados pelos ferozes índios Caetés.

Em 1550 ficou sujeita a paróquia do Espírito Santo à diocese da Bahia. Em 19 de julho de 1575, a pedido de El-Rei Dom Sebastião, criou o Papa Gregório XIII a Prelazia do Rio de Janeiro pela bula "In supereminenti militantis Ecclesiae", tendo sido designado seu primeiro bispo Dom Bartolomeu Simões Pereira.

Nessa época passou a freguesia à jurisdição da Prelazia do Rio de Janeiro a exceção de S. Mateus que, devido a se encontrar mais próxima da Bahia, continuou pertencendo a esta diocese.

Dom Bartolomeu, sentindo findarem os seus dias, retirou-se para o Espírito Santo, onde assistiu aos últimos instantes do venerando Padre José de Anchieta, vindo ele próprio a falecer ali em 1591.

Em 22 de novembro de 1676 o Sumo Pontífice Inocêncio XI elevou a Prelazia do Rio de Janeiro à condição de bispado pela bula "Romani Pontificis pastoralis sollicitudo". Em 15 de dezembro de 1819 o bispo Capelão-Mór Dom José Caetano da Silva Coutinho conferiu à freguesia de Vitória a prerrogativa de Arciprestado, ficando o seu titular como Vigário Forâneo da Vara, que abrangia as diversas paróquias e capelas existentes na Capitania. Não obstante teve o Arciprestado a sua séde inicial em Campos, havendo sido designado seu primeiro Arcipreste o Padre João Torquato Martins de Araujo.

?
Como?

A Vila de Campos dos Goitacazes integrava então a comarca judiciária do Espírito Santo e esta se estendia das margens do rio Macaé até às do Rio Doce, formando com o Espírito Santo um único distrito eleitoral. Daí terem sido alguns ilustres campistas representantes do Espírito Santo na Assembléa Geral do Império.

Figuram entre os arciprestes alguns proeminentes vultos do clero capixaba. Dentre eles vários eram políticos e homens de letras, como foram os Padres Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, Francisco Antunes de Siqueira, João Clímaco de Alvarenga Rangel, Inácio Felix de Alvarenga Sales, João Luís da Fraga Loureiro e José Gomes de Azambuja Meireles. Este último ocupava o posto em 1874 no derradeiro quartel do Império.

Na condição de Arciprestado continuou o Espírito Santo até 15 de novembro de 1895, quando foi criada a diocese de Vitória.

II

A paróquia de Vila Velha teve por orago, conforme se sabe, não o Divino Espírito Santo cujo nome se estendeu da Vila à Capitania, porém Nossa Senhora do Rosário, cuja devoção, consoante a opinião mais comum, foi introduzida por S. Domingos de Guzman que viveu entre 1170 e 1221.

A freguesia da Vitória foi dedicada, como na maioria das antigas paróquias espiritosantenses, a Nossa Senhora da Conceição.

A "Vila Nova do Espírito Santo", que foi a primitiva denominação de Vitória, recebeu a seguir a de "Vila da Vitória" decorrido algum tempo desde a última arremetida do gentio contra os colonizadores ali refugiados.

Quando fala, por exemplo, o historiador PIZARRO nos começos da Capitania, refere-se sempre à "Vila da Vitória" e somente emprega a expressão "Vila de Nossa Senhora da Vitória" quando alude à freguesia canônica. Pode-se verificar isto no t. II de suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 2ª ed. pgs. 8/34. Mais tarde subentendeu-se o nome da freguesia e passou-se a dizer "Vila de Nossa Senhora da Vitória" equivalente a "Vila de Nossa Senhora (da Conceição) da Vitória", abreviadamente "Vila da Vitória".

Com a instituição posterior da festa de Nossa Senhora da Vitória pelo Papa S. Pio V em 1571, ficou consagrada a denominação e passou então a Santíssima Virgem a ser ve-

nerada sob esta invocação como padroeira da Capital. A festa fazia-se então com desusada pompa no dia 8 de setembro, data que depois se tomou como sendo a da fundação de Vitória.

A própria Assembléia Legislativa Provincial colocava anualmente no orçamento verba para sua realização. Com o tempo a festividade perdeu o antigo brilho e foi ficando esquecida.

Ainda no regime regencial que se seguiu à abdicação do 1º Imperador, tomou a Assembléia a iniciativa de restabelecê-la. E assim vemos uma lei provincial promulgada pelo Presidente da Província em 1837, que resa o seguinte:

“José Tomaz Nabuco de Araujo, Senador do Império e Presidente da Província do Espírito Santo, faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Resolução seguinte: Art. 1º — Fica restabelecida a Festividade de Nossa Senhora da Vitória Padroeira da Capital da Província que será feita, como antigamente, pela Câmara Municipal. Art. 2º — Nas respectivas Leis e Orçamentos das Câmaras se marcará anualmente a quantia para essa festividade. Art. 3º — Ficam revogadas as Leis em contrário. Dada no Palácio do Governo da Província do Espírito Santo aos dezesseis de Dezembro de 1837, décimo sexto da Independência e do Império”.

Com a vinda em 1886 do 1º Bispo do Espírito Santo Dom João Batista Corrêa Neri, devoto de Nossa Senhora Auxiliadora, cujo culto havia introduzido em Campinas onde fôra Vigário, e por influência salesiana, ao tempo em que não tinha a Ordem santos de sua Congregação, foi substituída a antiga invocação e a Catedral Metropolitana passou a ter por Orago Nossa Senhora Auxiliadora.

As demais localidades espiritosantenses tomaram a denominação da freguesia canônica à medida que iam sendo criadas, e essa mesma invocação prevalecia para a freguesia civil.

Competia ao Governo criar essas freguesias, provêr o culto de suas Igrejas e pagar a cônica a seus vigários, de conformidade com o privilégio do padroado outorgado aos Reis de Portugal pelo Papa Adriano VI (1522-1523).

Devido à participação ativa dos portugueses no Oriente Asiático, esse Papa conferiu ao Rei Dom João III a prerro-

gativa do Grão Mestrado da Ordem de Cristo, estendendo esse privilégio a seus sucessores.

Em 1551, quando os primeiros Jesuítas aportaram no Espírito Santo, o Papa Júlio III incorporou à Coroa de Portugal, além do Grão-Mestrado da Ordem de Cristo, os de S. Tiago e S. Bento de Aviz. Foi devido a isso que, desfrutando desses privilégios, cabia aos Reis de Portugal e mais tarde aos Imperadores do Brasil, criar freguesias; fazer apresentação de párocos e de bispos; conceder benefícios eclesiásticos e arrecadar dízimos, com a obrigação de provêr o culto e pagar a cônica a seus ministros. Assim a instituição civil das paróquias e a manutenção do culto público faziam-se por iniciativa do governo através de verbas para esse fim destinadas, como vemos em diversos atos governamentais no período colonial e nos dois reinados que se lhe seguiram.

Com o advento da República, baixou o Governo Provisório o Decreto n. 119-A de 7 de janeiro de 1890 proibindo a intervenção da autoridade civil nos assuntos eclesiásticos, declarando a liberdade de cultos e extinguindo o sistema de padroado existente no regime anterior. Abriu-se em consequência nova era na história da Igreja no Brasil. A administração dos negócios eclesiásticos ficou entregue às arquidioceses repartidas em bispados sufragâneos sob cuja dependência ficaram as paróquias canonicamente providas pela autoridade religiosa competente.

III

Em 15 de novembro de 1895, pela bula "Sanctíssimo Dómini Nostri", criou o Papa Leão XIII a Diocese do Espírito Santo desmembrando-a da de Niterói, ficando ambas sufragâneas da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

A espera desse dia foi de 360 anos (decorridos entre 1535 e 1595).

Não devem ser aqui olvidados os nomes de três inclitos sacerdotes espirito-santenses que assás se esforçaram e contribuíram para essa criação: Monsenhor Antonio Alves Ferreira dos Santos, Monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha e Monsenhor João Pires do Amorim.

Criada a diocese, foi designado seu Administrador Apostólico Dom João Fernando Thiago Esberard, 1º Arcebispo do Rio de Janeiro (1894-1897). Foi a seguir nomeado 1º Bispo da recém-criada diocese o Cônego João Batista

Corrêa Neri, zeloso e dinâmico Vigário de Campinas (SP).

Nascido nessa cidade a 6 de outubro de 1863, fez seus estudos no Seminário de S. Paulo, ordenando-se presbítero em 11 de abril de 1888. Em seguida foi Vigário de Campinas, Cônego honorário em virtude de Carta Imperial de 6 de setembro de 1889 e Vigário Forâneo. Elevado a bispo, foi sagrado em 1.11.1896 e empossou-se em 23 de maio do ano seguinte, e à frente da diocese se conservou durante cinco anos. Em 19 de março de 1901 foi transferido para a recém-criada diocese (hoje arquidiocese) de Pouso Alegre e sete anos depois retornava à primitiva paróquia, agora na qualidade de bispo. Ali permaneceu durante dezessete anos até seu falecimento aos 57 anos de idade, ocorrido em Lindóia (onde se encontrava em tratamento de saúde) em 1.2.1920.

Com a saída de Dom Neri foi escolhido seu substituto Dom Fernando de Sousa Monteiro, que se empossou em 4.3.1902 e regeu a diocese durante catorze anos (1902-1916).

Irmão de dois Presidentes do Estado — Jerônimo Monteiro (1908-1912) e Bernardino Monteiro (1916-1920); cunhado de um terceiro Presidente — Florentino Avidos (1924-1928) e tio materno do Dr. Carlos Monteiro Lindenberg, por duas vezes Governador do Estado do Espírito Santo (1947-1951 e 1959-1962), foi Dom Fernando o primeiro capixaba que teve a dita de ocupar em seu Estado a sede episcopal.

Filho do Cap. Francisco de Sousa Monteiro e de sua esposa. D. Henriqueta Rios de Sousa, nasceu, como os demais irmãos, na "Fazenda Monte Líbano" no município de Cachoeiro de Itapemirim em 22 de setembro de 1866. Fez os estudos preparatórios e teológicos no famoso "Colégio do Caraça", em Minas Gerais. Ingressou na Congregação dos Padres Lazaristas e foi receber as ordens sacras em Paris, em 25 de março de 1888. De volta ao Brasil foi designado professor do Colégio seminarial S. Vicente de Paulo, em Petrópolis, dali se passando ao Seminário S. José do Rio de Janeiro, onde veio surpreendê-lo a bula de Leão XIII, datada de 12 de agosto de 1901, que o preconizava bispo do Espírito Santo.

Após uma vida de intensa atividade, toda ela dedicada ao serviço de Deus e da Igreja, veio a falecer no Rio de Janeiro, onde se encontrava em tratamento de saúde, aos 50 anos de idade, em 23 de março de 1916.

Para substituí-lo foi designado Dom Benedito Paulo

Alves de Sousa, bispo titular de Orisa, homem voltado para a Religião e para as letras. Empossado em 19 de maio de 1918, regeu a diocese até 1933. Deve-se-lhe a construção, que não logrou terminar, da nova Catedral de Vitória.

Dom Benedito nasceu em Santos (SP) em 25 de janeiro de 1873. Durante a sua estada no Espírito Santo, ele incentivou a cultura literária. Foi um dos fundadores da Academia Espírito-Santense de Letras em 1921, e seu primeiro presidente.

Em 18 de março de 1932 foi nomeado seu auxiliar o bispo Dom Luís Scortegagna, natural do Rio Grande do Sul, nascido aos 24 de outubro de 1881 em Santa Maria da Boca do Monte. Ordenou-se presbítero em 30 de novembro de 1908, tendo sido sagrado bispo em 31 de julho de 1932. Nesse mesmo ano, a 11 de setembro, empossou-se como coadjutor de Dom Benedito que, afadigado por inúmeros trabalhos, veio a resignar o bispado, transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde faleceu em comêço de março de 1946.

Dom Luís concluiu as obras da Catedral e permaneceu à frente da Diocese pelo espaço de 18 anos. Após isso enfermou, vitimado por complicações renais e teve de submeter-se a diversas operações cirúrgicas. A última delas foi no Hospital da Beneficência Espanhola no Rio de Janeiro, onde veio a falecer ao 1º de dezembro de 1951 às 15,45 horas.

Com o seu desaparecimento foi designado seu substituto Dom José Joaquim Gonçalves, que vinha já coadjuvando-o. Nascido em Jaboticabal (SP) em 21 de outubro de 1917, ordenou-se presbítero em 8 de dezembro de 1941. Em 18 de fevereiro de 1950 foi agraciado com o título de Camareiro Secreto do Papa Pio XII. Em 11 de abril de 1951 foi promovido a Cônego da Catedral e do Cabido Diocesano de S. José do Rio Preto. Eleito Bispo titular de Helos e Auxiliar de Dom Luís em 22.8.1941, recebeu em 8 de dezembro de 1941 a sagração episcopal. Nomeado afinal seu substituto, empossou-se em 19 de março de 1952 e regeu a diocese durante cinco anos. Em 14 de março de 1957 foi transferido para Ribeirão Preto (SP) na qualidade de bispo auxiliar dessa diocese, tendo a Santa Sé designado seu substituto na sede episcopal de Vitória o bispo dom João Batista da Mota e Albuquerque.

IV

Natural de Niterói (RJ), onde nasceu em 2 de setembro de 1909, ordenado sacerdote a 25 de abril de 1933, foi durante vários anos vigário da paróquia de Nossa Senhora da Glória no Rio de Janeiro. Eleito em 29 de abril de 1957, recebeu a sagração episcopal em 25 de julho desse mesmo ano. Em 26 de maio de 1958 foi elevado a Arcebispo Metropolitano juntamente com a sede arquidiocesana agora denominada "Victoriensis Spiritus Sancti"

Ao mesmo tempo foram criados no Estado dois bispados sufragâneos — um em Cachoeiro de Itapemirim, outro em S. Mateus.

Para titular do 1º foi designado o bispo Dom Luís Gonzaga Peluso, para ali transferido em 25 de julho de 1959. Para o segundo, Dom José Dalvit, sagrado em 29 de junho de 1919, ordenado presbítero em 10 de abril de 1943, natural de Pressano di Lavis na Itália, tendo permanecido na diocese até 1970, quando lhe sucedeu Dom Aldo Gerna FSCJ.

Dom Luís Gonzaga Peluso, nascido em Bragança Paulista em 8.7.1907, ordenou-se sacerdote em 25.10.1931. Foi eleito Bispo de Lorena em 13.6.1946. Afastou-se do cargo de Bispo Auxiliar de Vitória em 1º de setembro de 1981.

Dom Aldo Gerna nasceu em Ponte Valtelina no Norte da Itália em 7 de maio de 1931. Foi ordenado sacerdote em 22 de dezembro de 1956 e eleito bispo de S. Mateus em 24.5.1971, tendo recebido a sagração episcopal em 1º de agosto desse mesmo ano.

Já sessenta e três anos haviam decorrido desde que fôra criada a Diocese quando Pio XII, pela bula "Cum territòrium", de 16 de fevereiro de 1958, a elevou a Arquidiocese. Passou então Vitória a ser uma das vinte e cinco províncias eclesiais do Brasil.

O Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi veio especialmente ao Espírito Santo para proceder à instalação solene. Reconhecidos ao Sumo Pontífice, os capixabas erigiram-lhe uma estátua no centro da cidade e de uma praça a que foi dado o seu nome.

Com a criação das duas sedes sufragâneas, ficou o Espírito Santo eclesiásticamente repartido em uma sede metropolitana e dois bispados, abrangendo a arquidiocese 21 municípios, outros tantos a diocese de Cachoeiro e a de S. Mateus constituída de doze municípios.

Estão subordinados à Arquidiocese de Vitória: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Anchieta, Aracruz, Baixo Guan-
du, Cariacica, Colatina, Domingos Martins, Fundão, Gua-
rapari, Ibitiraçu, Itaguaçu, Itarana, Linhares, Pancas (parte),
Santa Leopoldina, Santa Tereza, Serra, Viana, Vila Velha e
Vitória.

Possue a Capital 8 paróquias: a da Catedral, Goiabeiras, Jucutuquara, Maruipe, Praia Comprida, Praia do Suá, Santo Antônio e Vila Rubim. O número de paróquias da arquidiocese é de 49.

Compreende a Diocese de Cachoeiro de Itapemirim 21 municípios com o total de 19 paróquias, 3 das quais na cidade, além de um Curato, que é Bom Jesus do Norte. São os seguintes os municípios abrangidos pela diocese; Alegre, Apiacá, Atilio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Conceição do Castelo, Divino de S. Lourenço, Dorcas do Rio Preto, Guaçu, Iconha, Itapemirim, Iúna, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muniz Freire, Muqui, Piúma, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul e S. José do Calçado.

Constitue-se a diocese de S. Mateus dos seguintes municípios: Barra de S. Francisco, Boa Esperança, Conceição da Barra, Ecoporanga, Mantenópolis, Montanha, Mucurici, Nova Venécia, Pancas, Pinheiros, S. Gabriel da Palha e S. Mateus.

Em 1965 foi nomeado Bispo Auxiliar de Vitória Dom Luís Gonzaga Fernandes nascido no município de Marcelino Vieira, no Estado do Rio Grande do Norte a 24 de agosto de 1926. Foi ordenado presbítero em 8 de dezembro de 1950, eleito bispo titular de Mididi e sagrado em 5 de dezembro de 1965. Em 1981 foi transferido para a diocese de Campina Grande, no Estado da Paraíba, afim de suceder ali ao 3º bispo daquela diocese Dom Manuel Pereira da Costa. Com

sua saída foi designado para suceder-lhe o capixaba Dom Silvestre Luís Scandian, da Congregação do Verbo Divino, descendente de imigrantes italianos, nascido em Iconha em 31 de dezembro de 1931.

Foi ordenado presbítero em 3.8.1958 e eleito bispo de Araçuaí, em Minas Gerais, em 6.1.1975, tendo sido sagrado em 22 de fevereiro de 1975.

Empossou-se no cargo em 5 de novembro de 1981 e vem desempenhando o munus episcopal em seu berço de nascimento.

É este em traços gerais o histórico da Igreja Católica no Espírito Santo, de 1535 até nossos dias.

Deixamos de apreciar aqui a obra heróica e evangélica dos Jesuitas, cuja amplitude transcende mesmo dos limites da antiga Capitania para integrar a grande história nacional.

BISPADO DO ESPÍRITO SANTO

J. P. AMORIM

O Arciprestado do Espírito Santo foi criado em 15 de dezembro de 1819.

Compreendia toda a região espírito-santense, com exceção da Freguesia de São Miguel do Veado, pertencente ao Bispado de Mariana.

Em 1880, na primeira visita que Dom Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, fez ao Espírito Santo, o advogado Celso Bonfim extraiu do seu relatório o seguinte trecho, publicado na "A Gazeta" de 2 de novembro de 1968. "Se eu mais cedo me tivesse lembrado da sagração e os trabalhos tivessem andado mais depressa, o ato teria começado mais cedo, e como começou com dia, com dia poderia ter findado. Mas tudo foi feito muito bem, e com certo aparato, para o que tem jeito o bom Padre Teles. Cantou-se o que o Pontifical manda cantar, e o Evangelho foi no fim cantado pelo cônego Amorim".

Cônego Amorim (continua o Dr. Bonfim) é o conhecido Monsenhor João Pires de Amorim, o grande batalhador pelo progresso religioso do Espírito Santo, a cujos esforços devemos principalmente a criação do nosso Bispado e cuja atividade, neste sentido, foi muito bem registrada por Joaquim Pires de Amorim no livro "Um dos Primeiros Habitantes de Cachoeiro" (2a. edição pags. 28/32).

Com numeroso séquito, Dom Pedro Maria de Lacerda voltou ao Espírito Santo em 1886, trazendo como seu secretário o jovem padre Antônio Alves Ferreira dos Santos, de tradicional família cachoeirense.

Quando a comitiva chegou à povoação de Alto Guan-
du, escreveu a professora Stella de Novaes — História do Espírito Santo — : Nesse ano, ali esteve Dom Pedro Maria de Lacerda, que, pelos esforços de Monsenhor João Pires de Amorim, visitava o Espírito Santo. Monsenhor Amorim, da Capela Imperial e membro de ilustre família espírito-santense, era justamente considerado, no clero, pelos predica-
dos — inteligência e virtude. Foi vigário geral do Rio de Janeiro.

Em maio de 1894 o "Cachoeirano", noticiava a chega-

da à Fazenda Mutum de Diogo Pires de Amorim, os seus irmãos Monsenhor Amorim e Dr. Emiliano Pires de Amorim, juiz de direito em Minas Gerais. Depois de repousarem uns dias na referida propriedade rumaram para Vitória.

No "Cachoeirano" de 24/6/894, lemos: A 17 do corrente seguiram com destino a capital do Estado os srs. reverendo monsenhor João Pires de Amorim, dr. Emiliano Pires de Amorim, e sua exma. consorte e Diogo Pires de Amorim e uma sua filha.

Consta-nos que o revdmo. monsenhor João Pires de Amorim, em sua viagem a Vitória, pretende entender-se com o sr. dr. Muniz Freire, sobre o estabelecimento de um bispado neste Estado".

Era um grande passo para a criação de nossa diocese. O presidente Muniz que iniciou o seu governo em maio de 1892, mereceu o justo registro do historiador José Teixeira de Oliveira: Inaugurou-se, com este, uma fase de arrojadas realizações na terra capixaba".

Foram construídos: O primeiro trecho da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, a Escola Normal, o belo Teatro Melpômene, o Quartel da Polícia, o Hospital de Isolamento na Ilha do Príncipe e o projeto de abastecimento de água do Rio Jucu, tendo até construído uma caixa na Vila Rubim. Para o interior do Estado, promoveu a imigração italiana e fez as rodovias do município da Serra e também de Afonso Cláudio.

Em outubro de 1894, Vitória recebia a honrosa visita de Dom Francisco Rego Maia, bispo de Niterói, clérigo muito dedicado ao nosso Estado.

Fazemos esses registros para não omitir os paladinos da fundação de nosso bispado. Nesse mesmo ano era nomeado arcebispo o padre Euripedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha, ilustre filho de Riacho. Assumiu a paróquia de Vitória em 27 de janeiro de 1895.

O eminente padre Pedrinha, escritor, poeta, orador, professor e político era muito chegado ao monsenhor Amorim, fôra seu auxiliar no Rio de Janeiro.

A 15 de novembro de 1895, quando se comemorava em todo o Brasil o sexto ano da proclamação da República, os espírito-santenses com grande contentamento recebiam a notícia da criação de sua diocese. O padre Pedrinha, pelos relevantes serviços era elevado a monsenhor.

Em 9 de fevereiro de 1896, o conceituado órgão da

imprensa vitoriense, COMÉRCIO DO ESPÍRITO SANTO, deu a seguinte nota: O meu ilustre e prestimoso amigo, exm^o monsenhor João Pires de Amorim, que com o mais entranhado afeto tem sempre se esforçado pelo progresso religioso e moral da terra espírito-santense, fez-me a comunicação que abaixo transcrevo de "verbo ad verbum" acerca do novo Bispado do Espírito Santo.

Rio, 30 de janeiro de 1896

Prezado monsenhor Eurípedes Pedrinha

Desejo-lhe o gozo de boa saúde. Graças a Deus está criado o Bispado do Espírito Santo.

O Sr. Arcebispo D. João Esberard, recebeu já a Bula, em a qual marca o prazo de seis meses para tornar-se efetiva a instalação dessa nova diocese, cujos limites são os mesmos do Estado.

Fica portanto incluída a Freguesia de São Miguel do Veado, que atualmente pertence ao Bispado de Mariana.

Queira pois V. Revdm. como filho do Estado e como digno arcipreste e pároco dessa capital, receber as jubilosas congratulações que agora dirijo a todos os espírito-santenses, por este tão faustoso acontecimento que, não só honras, mas muitas prosperidades, mesmo materiais, vai levar a esse futuro Estado.

Não sei, nem procuro saber, quem será o novo Bispo, mas desde já declaro V. Revdm. (autorizando-o a fazer uso desta minha declaração) que nunca aceitarei bispado algum, e muito menos esse do Espírito Santo. Faço esta declaração, porque não quero que, à vista do interesse que tenho demonstrado na criação desse Bispado, pareça a alguém que trabalho "pro domo mea", e não faltam pessoas que assim pensam.

Deverá organizar aí uma comissão central e esta nomear comissões parciais para todas as freguesias e comarcas.

Há poucos dias conversando com o Sr. Arcebispo, este autorizou-me a escrever-lhe em nome dele sobre este negócio, mostrou-me a Bula, na qual o Santo Padre manda que os fiéis concorram para a côngrua sustentação do novo Bispo.

Estou certo que V. Revdm. tudo fará para honra e glória do seu Estado natal, prestando assim relevante serviço à igreja de Deus.

Disponha do seu colega e amigo
Monsenhor Amorim."

O espírito de renúncia de monsenhor Amorim era notório. Cientificado em 1893, de haver Leão XIII o indicado para bispo de Curitiba, imediatamente escreveu ao Núncio Apostólico que, por motivos de consciência, não aceitava.

Pensamento similar era o do monsenhor Pedrinha. Viajava sempre para o Rio de Janeiro e juntamente com o monsenhor Amorim conferenciavam com o representante da Santa Sé, com o Sr. Bispo de Niterói e com o Sr. Arcebispo. Entrevistado a 19 de maio de 1896, pelo "Comércio do Espírito Santo", declarou o monsenhor Pedrinha: Dentro de um mês espera-se será nomeado o primeiro prelado da igreja espírito-santense; não tomará porém posse enquanto não houver uma residência episcopal própria e os recursos necessários para as primeiras despesas do Bispado".

Escreveu mais tarde o monsenhor Pedrinha que faltava o patrimônio, condição "sine qua non!". Apesar dos pedidos de Dom Rego Maia e de monsenhor Amorim, relutou a princípio e acabou cedendo por ser grato aos dois amigos.

Como professor da Escola Normal, o monsenhor Pedrinha solicitou licença sem vencimentos e percorreu todo o Estado angariando fundos.

Felizmente a 8/6/1896, o monsenhor Amorim telegrafava: "Bispo de Espírito Santo, cônego Neri, vigário de Campinas".

Monsenhor Pedrinha na qualidade de arcepreste deu conhecimento às autoridades e à imprensa.

Dom João Batista Neri chegou a Vitória em 18 de maio de 1897 e tomou posse da Diocese a 23 do mesmo mês. Apesar do curto prazo à frente de nossa igreja e com pouco recurso, fez boa administração.

Transferido em 1901 para Pouso Alegre, teve como substituto Dom Fernando de Souza Monteiro, o primeiro capixaba a alcançar um bispado.

O monsenhor Pedrinha teve ainda brilhante atuação na política. Deputado estadual em quatro legislaturas consecutivas, de 1898 a 1910, tendo presidido o Congresso Legislativo em 1906.

Logo que se ordenou, veio ao Espírito Santo visitar sua família. No livro "Tímidos Ensaios", da sua autoria, relata à página 446: Pretendia demorar-me ali dois meses apenas e demorei-me quatro, satisfazendo assim à vontade de minha querida mãe. Ao despedir-me do Exmo. Monsenhor

Amorim, então vigário capitular, disse-me este: Não se compromete de modo nenhum a ficar lá, pois eu o quero aqui".

Passados que foram três meses, ele me escreveu convidando-me a voltar ao Rio de Janeiro.

Confesso francamente que se não houvesse prometido, não teria coragem de deixar minha família e sobretudo minha mãe, já em adiantada idade.

Nem interesse pecuniário, nem outros quaisquer interesses, a não ser a obediência ao meu legítimo superior, teriam força para tão dolorosa separação".

Nessa época (1891), o então padre Pedrinha foi processado por ter realizado um casamento sem a precedência da solenidade civil. Defendido brilhantemente pelo Dr. Afonso Cláudio, o processo ficou sem efeito.

O monsenhor Amorim tendo se entendido com o ministro Lucena, telegrafou-lhe: Diário Oficial publicou hoje aviso governo, dizendo casamento religioso pode ser antes do civil."

Escreveu o monsenhor Pedrinha que esta foi a única luta sustentada por ele na terra capixaba, tão gloriosa que recebeu muitas felicitações de Dom José Barros e de Dom João Esberard.

Monsenhor Amorim, que era presidente do Cabido Metropolitano, faleceu no Rio de Janeiro a 13 de junho de 1914 e Monsenhor Pedrinha a 11 de fevereiro de 1919.

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

DOIS ADMINISTRADORES

Manuel Milagres Ferreira (*)

Ao termos conhecimento de nossa possível admissão ao convívio dos que integram este Instituto Cultor da História e das tradições do Espírito Santo, não foi pequeno o íntimo alvoroço experimentado — por reconhecermos restrita a nossa presença na esfera do estudo dos fatos históricos de nossa terra.

Foi, assim, com temor e sob forte ansiedade que passamos a aguardar a homologação do nosso nome proposto à magnanimidade dos Srs. membros deste grêmio intelectual.

Surpreendentemente fomos aceitos membro efetivo da entidade — mas ainda se nos afigura difícil vencer a primeira etapa, justamente esta que teremos de cumprir neste momento, perante esta augusta assembléia onde pontificam os cultores do saber, mas, sobretudo, se encontram os amigos de coração transbordante de boa vontade!

O nosso estado de espírito e a nossa vacilação revelam que reconhecemos ser apenas o presuntivo “historiógrafo” do pequeno município do centro-oeste capixaba — o inesquecível e amado Baixo Guandu — ao qual devemos, inegavelmente, a honra e o prazer de nossa presença nesta augusta casa.

Em consequência, a despeito da natural euforia, que quase excede à nossa humildade, assumimos, com firmeza, o compromisso de retribuir a confiança dos companheiros a quem nos juntamos agora.

E, no intuito de o conseguir efetivamente, revigoraremos o ânimo para o folhear constante das obras de autores patricios, cujas páginas retratam o mais longínquo passado de nossa terra, zelosamente e com o maior carinho — desde a designação, a 1º de julho de 1.534, do primeiro donatário das “50 léguas de frente a partir da capitania de Porto Seguro”, separados pelo Rio Mucuri; — O Desembarque do

(*) Discurso de posse no IHGES.

donatário Vasco Fernandes Coutinho na enseada de Vila Velha a 23 de Maio de 1.535 — “Domingo do Espírito Santo” — Efeméride que deu origem ao nome da terra nesse dia ocupada pelo capitão Luso.

Referimo-nos atrás a escritos de autores conterrâneos, cujas páginas registram os acontecimentos históricos do “Espírito Santo Capitania, Província e Estado — Numa profusão de informações compondo acervo demasiado extenso para ser desenvolvido em oportunidade tão solene, quando os textos devem ser comprimidos ao máximo e devem obedecer ao tema anunciado adredemente.

No entanto, permita-nos a Nobre Assistência que nos refiramos, lamentando o registro, à quase total ausência desses bons compêndios da história espírito-santense nas pequenas bibliotecas acaso existentes no interior do Estado.

Em número e qualidade existem tais obras nas livrarias ou com seus próprios autores — mas não chegam às mãos da numerosa classe estudantil de hoje, carente de leituras respeitantes aos nossos antepassados e ao seu caminhar através dos tempos, ao seu labor e às suas muitas privações, na conquista do progresso.

E não só de livros há carência, mas também de jornais — hoje e sempre apreciáveis fontes de informação e a base das pesquisas e dos estudos que já se fizeram e que o homem intencará em todos os tempos.

O resultado dessa imprevisão é por todos sentido: — Raros elementos de consulta e poucos conhecimentos disponíveis fora da capital do Estado. E, ainda, desestímulo à pesquisa e à edição de obras e estudos de interesse local, indispensáveis à história cívica.

**Excelentíssimas Senhoras
Meus Senhores.**

Transposto o tempo dedicado à introdução, condensada a fim de não entediar muito a quem aqui compareceu a ouvir um pouco de história, cumpre-nos declarar os assuntos selecionados para esta alocução: — Homenagens a:

— Jerônimo de Souza Monteiro

E

— José de Melo Carvalho Moniz Freire

— Vistos, ambos, como Políticos — Administradores e Estadistas — que, sem dúvida, o foram de modo exponencial !

* * *

Acode-nos à mente o entusiasmo do rapazola, inexperienced e bisonho guanduense, chegado a esta capital em fevereiro de 1.909 — quando empolgavam o Estado os Atos e decisões firmes do Presidente Jerônimo Monteiro.

E o garoto riodocense viu-se envolvido pela meninada vitoriense, pelo rufar dos tambores da “Banda Marcial”, pela suavidade dos hinos cantados no alto da colina e a cadência dos passos ritimados dos alunos, à entrada e à saída das classes — uns e outros como se fossem arranjos premeditados para atraírem a criançada ansiosa por motivações criadoras.

Tanto que, e a seguir, a frequência escolar registraria índices jamais tão animadores, nas escolas desta ilha de Duarte de Lemos !

Nada conseguiu apagar inteiramente da memória do entusiasta principiante de fevereiro de 1.909 — até hoje — os movimentos e os acordes da “Banda Infantil”, sob a batuta do Capitão João de Barros (gordão, corado e de grandes olhos vivos) cuja firmeza fizera de Alonso de Oliveira eficiente aluno-Regente da “Filarmônica” estudantil — para cujo êxito, aliás, muito contribuíram estes cidadãos, cujos nomes declinamos com prazer: — Placidino Passos (assíduo, aprumado e de gestos comedidos); Eduardo de Andrade e Silva e Odilon Santos (dominando os luzídios “bugle” e “pistons”; Fernando Oliveira (com a agilidade nos dedos e tornado exímio clarinetista); Henrique Coutinho Aguirre e a sua duríssima requinta; Luiz Edmundo Malisek (de grande “verve” e contador de piadas “inocentes”); Norberto Silva e o seu enovelado “contra-baixo”, envolvente; Ivan Oliveira (hábil pianista) que era solicitado a sustentar, nos dias festivos, com o bojudo e incômoco “bombo”, a cadência de marcha escolar; Fernando Rabelo, que foi o animador do colega e amigo Manoel Milagres (este que teria sido o menos eficiente clarinetista da “Banda Juvenil” !

* * *

Até aqui, umas poucas reminiscências do polo de onde se irradiaria a reforma do ensino, levada a cabo pelo educador paulista Carlos Alberto Gomes Cardim — contratado pelo Presidente Jerônimo Monteiro para introduzir entre nós novo sistema, novos métodos de educar, tal qual os praticados em São Paulo e reconhecidos como eficientes.

Em nosso Estado a **Escola-Base**, de onde partiram pa-

ra o interior inspetores escolares, instruídos e esmeradamente treinados para os novos rumos do ensino, tornou-se o “molde” — O estabelecimento “modelo”, devidamente aparelhado para alcançar o elevado objetivo educacional. Tornou-se o paradigma e recebeu o nome de seu criador e realizador: a “Escola Modelo Jerônimo Monteiro” — da qual o grande espírito santense não ocultava a íntima alegria de ser o patrono, a ponto de, sempre com sorriso, repetir:

— “A minha escola modelo” !!!

O mesmo poderia dizer o eminente cidadão — se o desejasse — quanto aos demais inúmeros benefícios, de toda ordem, ofertados à sua gente capixaba, por ele, Jerônimo Monteiro — gênio empreendedor, esclarecido, resolutivo, promotor original do progresso organizado que sacudiu o torrão natal até então semi-adormecido;

Fora meta do eminente patricio, entre outras cogitações, a formação integral do povo de sua terra — indo muito além do simples “ler — escrever — contar”.

Tornou obrigatório o ensino da geografia e da história, no Curso Primário; instituiu a Educação Cívica, despertou o culto à natureza e introduziu a Educação Física no currículo escolar.

O clima de entusiasmo escolar estimulou os professores e alunos — revelando-se nos cânticos e hinos patrióticos, nas canções de elogio às “Árvores” e às “Aves”, nas homenagens cívicas, na ordem e na disciplina quase tipo militar, na conduta individual e no comportamento coletivo da juventude, que se mostrava vibrante e garbada!

Outros setores do ensino ganharam soluções à altura de suas necessidades: — Foi reconhecido o “Ginásio do Espírito Santo” e foi aparelhada devidamente a “Escola Normal” — esta que seria a responsável pela formação dos futuros mestres.

Pertenceram, igualmente, à competência do eminente Jerônimo Monteiro os modernos estabelecimentos de ensino implantados em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, o Edifício da Assembléia Legislativa (hoje “Palácio Domingos Martins”) e tantas obras de valor ainda hoje em destaque, como P. Ex., a reforma e adaptação do antigo “Colégio dos Jesuítas”, desde 1760 ocupado pelo Governo como Sede da Administração — à frente do qual o Presidente Jerônimo mandou fosse

construída monumental escadaria que até hoje revela o apurado gosto arquitetônico daquele homem público.

Jamais o capixaba haverá de olvidar os benefícios da água potável, que Jerônimo Monteiro fez jorrar ali na praça Oito de Setembro, da então sedenta ilha, num dos mais festivos dias de setembro de 1.909. E, sobretudo, não esquecerá o povo capixaba a implantação da eletricidade, levada aos lares e distribuída às ruazinhas da pequena capital, contribuindo para alegrar as famílias pelo embelezamento da cidade, pela instalação de transporte urbano mais rápido e pelas perspectivas do desenvolvimento industrial acelerar-se.

Este valioso fator de progresso coroou-se com a visita a Vitória do Presidente da República, Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, a quem coube paraninfar, a 21 de Julho de 1911, o ato de inauguração dos **Bondes Elétricos** da Viação urbana desta Capital.

Grande incentivador das indústrias, Jerônimo Monteiro mandara construir, na "Glória", Município de Vila Velha, uma Fábrica de Ladrilhos e outros artefatos de barro, produtos que se destinariam à construção civil, oficial e particular.

Lembrando-se do seu "Cachoeiro", o Presidente Jerônimo idealizara para o seu município verdadeiro "Parque Industrial" — Constituído de "Usina de Açúcar", "Serraria" de grande porte, Fábrica de Tecidos, Cimento, Papel e Óleos, quase todas em funcionamento ao término do seu mandato..

O arguto administrador visava o futuro, como verdadeiro profeta do desenvolvimento ou advinho, pois o seu conglomerado industrial do sul do Estado foi o precursor dos modernos "Centros Industriais" em implantação no Território Nacional, em nosso tempo, e do modesto Centro Industrial de "Carapina" que se consolida hoje.

Rememorando a primeira metade do quadriênio da administração Jerônimo Monteiro, podemos sentir, tal qual o presidente de ontem, a imensa alegria experimentada por S. Exa., quando a "Estrada de Ferro Leopoldina Railway" concluiu as obras de ligação "Cachoeiro-a-Matilde" — cuja inauguração permitiu recepcionar o então Presidente da República **Nilo Peçanha**, para o ato solene que a história assim registra (no dizer de Maria Stela de Novais):

"Cortar o laço à entrada da ponte ferroviária sobre o

Itapemirim, abrindo, assim, a passagem da composição que o trouxe a Vitória”.

* * *

O acontecimento marcante, ocorrido aos 27 de julho de 1.910, permite lembrar a data em que os vitorenses puderam realizar a sua primeira viagem direta, ao Sul do Estado e ao Rio de Janeiro, pela ferrovia que se inaugurava.

A cadeia extensa de benefícios extraordinários prestados ao seu Espírito Santo por Jerônimo Monteiro, queremos acrescentar mais dois valores:

Saneamento e Assistência Social.

O belo logradouro de recreação e lazer, que é o “Parque Moscoso”, e a importante unidade Hospitalar que é hoje a “Santa Casa de Misericórdia”, resultaram de trabalhos conjugados de saneamento e urbanização, da autoria de Jerônimo Monteiro.

Para conseguir tais objetivos, diante da complexidade dos problemas que se lhe apresentavam, dia a dia, aquele eminente capixaba opôs trabalho metódico e persistente, aliado a admirável senso prático. E foi assim que, da terra-planagem e parcial desmonte da colina onde, até então, existira decadente hospital, ganhou-se espaço bastante para comportar os novos pavilhões da “Santa Casa”, e, ao mesmo tempo, obteve-se a terra suficiente para cobrir o charco paludoso e terrível foco de doenças que era a baixada de extenso mangal.

Contra o palude surgiram canteiros floridos e o casario novo em ruas bem calçadas. E sobre o aplainado do monte foram inaugurados, a 18 de maio de 1.912, oito belos e confortáveis edifícios, projetados e dispostos de acordo com a mais avançada técnica então conhecida!

— Dezoito de maio de 1.912: — cinco (5) dias depois terminaria

“O Quatriênio de Ouro”

“A epopéia Jerônimo de Souza Monteiro”!!!

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores:

Dois minutos mais e finalizaremos esta descolorida, mas profundamente sincera, homenagem que desejamos prestar à memória e ao renome do incomparável coestaduanos

cachoeirense Jerônimo Monteiro, exemplo e modelo para os governantes que o sucederam!

Jerônimo Monteiro exerceu mandato de Deputado Estadual de 1.895 a 1.897 — quando renunciou para assumir uma cadeira na Câmara Federal. Concluída esta representação política, Jerônimo retirou-se para “Monte Líbano” — propriedade da família — e dali transferiu-se para a intensa vida de São Paulo — onde, tudo faz crer, teria completado a sua extensa bagagem de conhecimentos e a sua competência incomum, que revelara à frente dos destinos do Espírito Santo.

Uma vez finda a árdua tarefa de governar, **PREFERIU DESCANSAR DISTANTE DAS NINHARIAS E PRESSÕES POLÍTICAS, ACOBERTADAS PELA FRÁGIL LEGISLAÇÃO ELEITORAL ENTÃO VIGENTE.**

— — — — —

ESCOADOS VINTE LONGOS ANOS, A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO VOTO SECRETO E RESPECTIVO ADVENTO DA JUSTIÇA ELEITORAL, CANDIDATA-SE Jerônimo Monteiro ao PARLAMENTO, NAS ELEIÇÕES DE 1933 — AS PRIMEIRAS NO BRASIL REGIDAS PELAS NOVAS E RÍGIDAS DISPOSIÇÕES ELEITORAIS.

MAS NÃO SE APRESENTA ELE FILIADO A QUALQUER DOS PARTIDOS POLÍTICOS MILITANTES, APARECENDO CANDIDATO AVULSO — modalidade de candidatura hoje proscrita da legislação brasileira.

FERIDO O PLEITO, a 3 de Maio de 1933, a JUSTIÇA ELEITORAL, VERIFICANDO FRAUDADAS ALGUMAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, CONSIDEROU-O NULO, DETERMINANDO NOVA ELEIÇÃO.

O NOSSO INTEMERATO CIDADÃO MANTÉM A SUA CANDIDATURA E É NOVAMENTE VITORIOSO — DESTA FEITA POR LARGA MARGEM, À FRENTE DOS SEUS INÚMEROS CONCORRENTES DE TODAS AS AGREMIações PARTICIPANTES.

ESTAVA-SE EM 1933, dissemos, DECORRIDOS, PORTANTO, 31 ANOS DO BEM DISTANTE 1912. O RESULTADO DAS URNAS CONSAGRAVA. ASSIM, APOTEOTICAMENTE, o Arquitecto do “QUATRIÊNIO DE OURO!!!

FALECEU. PORÉM, o EMINENTE HOMEM PÚBLICO E NOSSO HOMENAGEADO, aos 23 de OUTUBRO — LOGO DEPOIS DE DIPLOMADO PELO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO. FRUSTROU-SE-LHE O RETORNO À CÂMARA DOS DEPUTADOS: FRUSTROU-SE O POVO DO ESPÍRITO SANTO. IMPEDIDO DE RECEBER NOVOS BENEFÍCIOS DAQUELE GRANDE CIDADÃO!

ENTRETANTO, A HISTÓRIA VEM REGISTRANDO QUE JERÔNIMO MONTEIRO ESTÁ SEMPRE PRESENTE NO CORAÇÃO, NA ESTIMA E NO PENSAMENTO DE TODOS OS QUE O SUCELERAM E DE TODO O POVO CAPIXABA, ATÉ A ATUALIDADE.

A SUA VIDA, CHEIA DE BONS E MARCANTES EXEMPLOS DE CIVISMO E HUMANIDADE, FAZ COM QUE AINDA SEJA VENERADO, NÃO OBSTANTE DECORRIDOS 45 ANOS DE SEU INFAUSTO DESAPARECIMENTO DO CENÁRIO CAPIXABA!

MONIZ FREIRE

Para este auspicioso momento, adotamos como segundo tema a vida pública de outro grande cidadão espírito-santense — o inesquecível JOSÉ DE MELO CARVALHO MONIZ FREIRE — e, para o elogio deste varão ilustre, pedimos a permissão da nobre e distinta assembléia.

Recordaremos o MONIZ FREIRE inteligente, de múltipla e profunda cultura, jornalista desde quando estudante em Vitória, em Recife e em São Paulo; o abolicionista da década de 1.880 — ao lado de Afonso Cláudio, de Cleto Nunes, de Aristides Freire, de Henrique Coutinho, de Antero de Almeida e tantos outros capixabas ilustres da Capital, de Cachoeiro e de São Mateus!

Lembraremos o MONIZ Vereador Municipal, Deputado Provincial e Presidente em dois períodos; o Provedor da SANTA CASA e, finalmente, o Senador — durante cujo mandato representou elevadamente a Terra Natal, a que começara servindo efetivamente já em 1889, aos 28 anos de idade, ao ser eleito Deputado à ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE!

Ressaltaremos o MONIZ FREIRE que, no Senado da República, pugnou pela adoção do Voto Secreto, à forma e modo revelados em seu histórico “Projeto de Lei Eleitoral” apresentado à Câmara Alta do parlamento brasileiro, aos 23 de julho de 1909.

HISTÓRICO, o projeto elaborado por Moniz Freire, porque fora a primeira tentativa na direção do Voto Secreto, em nosso país — e se a proposição houvesse sido convertida em lei teria enaltecido, desde então e de modo marcante, perante o Mundo, a cultura política de nossa gente!

Sagrando-se Moniz Freire, na Câmara Alta, orador fluente e equilibrado — tal qual noutras tribunas do país — poderia ter sido levado a ocupar altos postos na República

se fosse ele o porta-voz de um dos Estados de grandes bancadas no Congresso Nacional.

Pedimos vênha para lembrar que, ao ensejo das comemorações do PRIMEIRO CENTENÁRIO de nascimento de nosso ilustre biografado, em solenidade no FORUM da Capital batizado com o nome honrado daquele conterrâneo, o conferencista daquela comemoração, o Eminentíssimo Desembargador JOSÉ PAULINO ALVES, representando a Magistratura espírito-santense, referindo-se ao Moniz Freire “precursor do Voto Secreto entre nós”, confessou aos que o ouviam:

“Não é tarefa fácil falar a respeito dum homem de compleição intelectual tão vigorosa”.

“Só os estudos que fez no capítulo das finanças dariam para a sagração da genialidade”.

(fascículo publ., pág. 23)

Prosseguindo, o Desembargador JOSÉ PAULINO, após enumerar as atividades administrativas do homenageado, durante as duas gestões deste, concluiu:

“De tudo, de tudo eu gostaria de falar, sem esquecer as palavras do Embaixador SOUZA DANTAS ao Coronel Pedro José Aboudib, em PARIS, a respeito do ínclito Moniz Freire — porque essas palavras são consagradoras: “QUE GRANDE MINISTRO DARIA ELE”!

Expressão espontânea do Emérito Embaixador que, à época, era nosso representante na culta e aristocrática FRANÇA.

— — — — —

Não obstante sua ausência das lides republicanas contrárias à Monarquia, no pré 1889 — de cujas reuniões participavam seus mais íntimos companheiros da luta anti-escravagista — MONIZ FREIRE, Deputado Provincial, analisava com severas críticas a centralização político-administrativa imposta pelo Governo Imperial, que teimava em perpetuar, no Brasil em franco desenvolvimento, os mesmos métodos de dirigir e encaminhar a coisa pública usados no pequeno PORTUGAL! D’onde, aliás, nos vieram os homens, os hábitos e até o Iº Imperador!

Centralização obsoleta jamais recomendável a uma Nova Nação povoada de ponderável população que, já por duas vezes, se manifestara desejosa de liberdade de ação, desde 1790 e 1817.

Perdurava entre os Mandatários Políticos certo desinteresse pelas aspirações do nosso povo brasileiro — anomalia que, entre nós, já provocara indignação, pois em 67 anos decorridos do IPIRANGA a nossa Província experimentara nada menos que 56 Presidentes (quase um por ano) e todos estranhos a esta Terra. Houve até os que ficaram aqui apenas MEIO ANO, deixando-nos a impressão de não se terem ajustado aos ares destas plagas, dos nossos campos e montes semivirgens que, no passado, tanto acariciaram a Donatários, a Capitães e a Governadores, vindos d'além mar.

Era preciso incentivar o combate a esse procedimento desgracioso para com uma civilização illorescente. E MONIZ FREIRE, vitoriosa a libertação dos escravos pretos, acompanhou com simpatia a intrepidez dos companheiros empenhados nas ininterruptas lutas em favor da Província tão mal administrada por adventícios.

AFINAL, A REPÚBLICA!

Alegra-nos abordar, mesmo ligeiramente, os primeiros momentos do Novo Regime e seus reflexos em nossa terra — onde os sucessos da manhã de 15 de Novembro de 1889, que ocorriam no Rio de Janeiro, eram ansiosamente esperados.

O nosso Espírito Santo, preparado e aguardando o evento histórico, teve, logo logo, na pessoa do eminente compatriótico AFONSO CLAUDIO DE FREITAS ROSA, o seu Primeiro Presidente Provisório, nomeado no dia imediato ao da Proclamação da República.

Esta ocorrência deixa-nos a certeza da intimidade dos próceres locais com a chefia do movimento nacional triunfante.

Não obstante o contentamento, o entusiasmo, a euforia geral, pelo êxito da campanha republicana entre nós, os componentes do até então coeso PARTIDO REPUBLICANO não mais se entenderam. A história conta-nos o acirramento das divergências e da competição de interesses contrariados, que resultaram no aparecimento de duas novas agremiações políticas em substituição à anterior, e que foram: "União Republicana do Espírito Santo" e "Partido Republicano Construtor"!

Deste último faziam parte os GOMES SODRÉ, os SANTOS NEVES e outros — inclusive MONIZ FREIRE, na presidência, AFONSO CLAUDIO (Chefe do Governo Provisório) e seu Vice, HENRIQUE DA SILVA COUTINHO.

A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

Aguardava-se a instalação da 1ª Assembléia Estadual Constituinte, eleita a 20 de Abril de 1891, à qual seria submetido o “Projeto da 1ª CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DO ESPÍRITO SANTO” — projeto elaborado, é bom que se diga, por uma Comissão Especial de que MONIZ FREIRE participou e foi seu Presidente.

Instalada a CONSTITUINTE a 6 de Junho, elegeu ela o Presidente Interino, na pessoa do Coronel ALFEU ADELFO MONJARDIM e cuidou, daí em diante, do estudo do projeto da Constituição.

Segundo abalizadas e insuspeitas opiniões, o alto conceito de que desfrutou a PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA do nosso Estado se deveu à sagacidade jurídica de MONIZ FREIRE e de AFONSO CLAUDIO — o primeiro, membro da Comissão Especial e o segundo esmerado colaborador que foi.

O “2 de Maio de 1892 : nesta data, muito ligada à personalidade política do nosso homenageado, logo após a Proclamação da Nova Constituição, a ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE, sob o carácter já de verdadeiro Legislativo, elegeu o Primeiro Presidente Constitucional do Estado do Espírito Santo, o Dr. JOSÉ DE MELO CARVALHO MONIZ FREIRE — o qual, achando-se presente no recinto da Assembléia, prestou logo o juramento constitucional, não sem antes, verbalmente, renunciar ao mandato de Deputado à Assembléia Nacional.

No dia imediato (3 de Maio de 1892) assumiu as altas funções que, na véspera, lhe foram conferidas, por votação unânime dos 21 Congressistas estaduais, naquela memorável sessão parlamentar.

* * *

Se o saber e o entusiasmo do moço governante muito mereciam dos seus conterrâneos, d’ora em diante, como bem o escreveu o Eminente Desembargador Eurípedes Queiroz do Vale, caber-lhe-ia:

“... a insigne e difícil tarefa de preparar e lançar a infra-estrutura legal e jurídica do Estado para a vida republicana que se iniciava” (extr. de “O ESTADO DO ESP. SANTO E OS ESPÍRITO SANTENSES”).

E foi o que ocorreu: MONIZ FREIRE não só sistematizou toda a nova legislação como projetou e lançou a infra-estrutura econômica estadual.

Em seu discurso de posse, o Presidente Moniz Freire

se comprometera com a disciplina nos empreendimentos, manifestando-se textualmente:

“O Chefe do Estado deve, a priori, saber e traçar no Mapa do Estado a rede arterial de suas comunicações principais; aproveitar enquanto a questão não se complica, para resolver esses problemas...”

“O mais é administrar a reboque dos pretendentes e fiar nossa sorte à ganância dos especuladores...”

Não obstante as múltiplas realizações do Presidente Moniz Freire, em ambas as suas gestões administrativas, nós nos limitaremos a comentar as obras e serviços circunscritos à 1ª parte de seu discurso: “... SABER E TRAÇAR NO MAPA DO ESTADO A REDE DE SUAS COMUNICAÇÕES PRINCIPAIS” (naturalmente, referindo-se ao sistema de transportes dominante na época — a Estrada-de-ferro).

E ao iniciar a abordagem do magno problema já estari-a, por certo, o Eminentíssimo Administrador, ao corrente do melhor caminho a ser percorrido pela futura ferrovia de ligação das Capitais do nosso Estado e do de Minas Gerais — o que não acontecera com os estudos e concessões anteriores para: VITÓRIA a FILADÉLFIA (hoje Teófilo Ottoni) e sua sucessora PEÇANHA a VITÓRIA, reformulada, finalmente, para “VITÓRIA a DIAMANTINA”, com passagem por Peçanha.

As concessões anteriores foram caducando até surgir e ser realizado o empreendimento que deu origem à atual VITÓRIA-A-MINAS — como veremos adiante.

De outra parte, ordenou MONIZ FREIRE fosse levantado o traçado de uma via férrea em direção ao Rio de Janeiro (então Capital nacional), que servisse à região sulina do Espírito Santo — de cujo centro comercial (Cachoeiro de Itapemirim) já partia em direção ao grande Estado do Oeste o primeiro trecho ferroviário, até a Vila do ALEGRE (com reduzida derivação até Castelo), ferrovia denominada de Estrada de Ferro ESPÍRITO-SANTO — CARAVELAS.

Ocorreu, porém, que a essa altura dos acontecimentos do regime Republicano, aquela ferrovia (a ESPÍRITO SANTO-CARAVELAS) não mais contava com financiamentos, e, assim, ficou naquele percurso inicial!

Entretanto, MONIZ FREIRE, logo após a sua posse no Governo da terra natal, iniciou gestões para uma viagem oficial ao Estado Montanhês e, três meses depois, visitava em OURO PRETO o Presidente de Minas Gerais, Dr. AFON-

A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

Aguardava-se a instalação da 1ª Assembléia Estadual Constituinte, eleita a 20 de Abril de 1891, à qual seria submetido o "Projeto da 1ª CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DO ESPÍRITO SANTO" — projeto elaborado, é bom que se diga, por uma Comissão Especial de que MONIZ FREIRE participou e foi seu Presidente.

Instalada a CONSTITUINTE a 6 de Junho, elegeu ela o Presidente Interino, na pessoa do Coronel ALFEU ADELFO MONJARDIM e cuidou, daí em diante, do estudo do projeto da Constituição.

Segundo abalizadas e insuspeitas opiniões, o alto conceito de que desfrutou a PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA do nosso Estado se deveu à sagacidade jurídica de MONIZ FREIRE e de AFONSO CLAUDIO — o primeiro, membro da Comissão Especial e o segundo esmerado colaborador que foi.

O "2 de Maio de 1892" : nesta data, muito ligada à personalidade política do nosso homenageado, logo após a Proclamação da Nova Constituição, a ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE, sob o carácter já de verdadeiro Legislativo, elegeu o Primeiro Presidente Constitucional do Estado do Espírito Santo, o Dr. JOSÉ DE MELO CARVALHO MONIZ FREIRE — o qual, achando-se presente no recinto da Assembléia, prestou logo o juramento constitucional, não sem antes, verbalmente, renunciar ao mandato de Deputado à Assembléia Nacional.

No dia imediato (3 de Maio de 1892) assumiu as altas funções que, na véspera, lhe foram conferidas, por votação unânime dos 21 Congressistas estaduais, naquela memorável sessão parlamentar.

* * *

Se o saber e o entusiasmo do moço governante muito mereciam dos seus conterrâneos, d'ora em diante, como bem o escreveu o Eminentíssimo Desembargador Eurípedes Queiroz do Vale, caber-lhe-ia:

"... a insigne e difícil tarefa de preparar e lançar a infra-estrutura legal e jurídica do Estado para a vida republicana que se iniciava" (extr. de "O ESTADO DO ESP. SANTO E OS ESPÍRITO SANTENSES").

E foi o que ocorreu: MONIZ FREIRE não só sistematizou toda a nova legislação como projetou e lançou a infra-estrutura econômica estadual.

Em seu discurso de posse, o Presidente Moniz Freire

SO AUGUSTO MOREIRA PENA — o qual, justamente um ano após, retribuiu a visita.

A troca de abraços entre os dois Presidentes amigos comandava os interesses econômicos das duas unidades da Federação que administravam, objetivando, precipuamente, a ligação ferroviária pelo vale do Rio Doce.

Ao mesmo tempo, para realizar a ligação com Cachoeiro de Itapemirim e o Rio de Janeiro, MONIZ FREIRE criou a “Estrada de Ferro SUL DO ESPÍRITO SANTO” — que seria obra de âmbito estadual, com os recursos que o Tesouro do Estado conseguisse!

Sentindo os reduzidos limites da área da Capital do Estado, decidiu MONIZ FREIRE orientar o seu crescimento para zona salubre — valendo-se, então, dos conhecimentos do Engenheiro-Sanitarista SATURNINO DE BRITO, nomeando-o a 11 de junho de 1895 Diretor da “Comissão de Melhoramentos da Capital” (órgão criado a 9 de abril daquele mesmo ano).

Desse projeto de ampliação de Vitória resultou o delineamento existente hoje, da Praia do Suá até a Ponte da Passagem — resguardando a beleza e estabelecendo a funcionalidade das amplas avenidas dos mais aristocráticos bairros residenciais da Vitória moderna.

Exmas. Sras. e Senhores : — tornou-se necessário que discorrêssemos ligeiramente sobre páginas de nossa história, talvez alongando-nos em demasia.

Perdoem-nos por este “passeio” através do tempo, em recordações talvez nostálgicas!

Resumiremos, doravante, apenas alguns dos feitos prediletos do Presidente MONIZ FREIRE, em revisão cronológica :

— em 1893 : chega ao Porto de Vitória o primeiro lote dos materiais destinados à “Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo”, criada, como dissemos, nos primeiros dias do Governo Moniz Freire.

— em 1895 : três os acontecimentos de destaque: — assina-
dos os contratos para a construção dos trechos ferroviários — VIANA-VITÓRIA-MATILDE e CACHOEIRO-PIUMA; — a 13 de Julho, comemorando ao mesmo tempo o aniversário do Presidente MONIZ, os vitorienses festejaram a inauguração da “Estação de Viana”, na etapa inicial da ferrovia “Sul Espírito Santo” — significando a abertura do caminho para o Rio de Janeiro; — e, ao final do ano, início da

montagem do TEATRO MELPÔMENE, de origem e pré-fabricação da indústria francesa!

— em 1896 : aos 23 de Maio, o Dr. MONIZ FREIRE passou a faixa Presidencial ao seu sucessor, Dr GRACIANO DOS SANTOS NEVES, deixando para trás inumeráveis e expressivas providências administrativas, de conteúdo eficaz inigualável — atuação que lhe valeu vir a ser, novamente, eleito Presidente do Estado, para o quadriênio 1900 a 1904.

Foi assim que MONIZ FREIRE, a 23 de Maio de 1900, assumiu o Governo pela segunda temporada — época em que passou a suportar, estoicamente, as conseqüências de emergente e insidiosa crise econômico-financeira, provocada pela acentuada baixa dos preços do café!

No entanto, apesar de tal dificuldade, MONIZ FREIRE venceu os obstáculos, sua atividade não decresceu — pois acreditava que a força de vontade também constrói!

Assim pensando e agindo, deixou estes marcos:

— em 1902 : em Marco de 1902 inaugurou o trecho ferroviário ARAGUAIA-MATILDE, da “Sul Espírito Santo — enquanto via a “LEOPOLDINA RAILWAY” chegar a São João do Muqui, a caminho de Cachoeiro de Itapemirim.

— em 1903 : este ano foi dádioso e dois acontecimentos podem ser destacados: — a 2 de Fevereiro, ali em Argolas, MONIZ FREIRE assistiu à instalação dos trabalhos de construção da “Estrada de Ferro VITÓRIA A MINAS — obra que bem revelava a realidade do “Pacto de Aliança Econômica” que, dez anos atrás, firmara, em Vitória, com o Presidente AFONSO PENA; — e, a 25 de Julho, MONIZ foi acolhido efusivamente em Cachoeiro de Itapemirim — pois a “Leopoldina Railway” marcara para aquele dia o ato inaugural da sua “Estação”, naquela progressista cidade sulina.

— em 1904 : Entretanto, os dias se passavam e o lutador pelas vias de comunicação de seu Estado não conseguia recursos capazes de acelerar a conclusão do custoso trecho MATILDE-CACHOEIRO — último troço que o impediria de fechar com “chave-de-ouro” seu segundo período administrativo e de brindar os vitorienenses com as vantagens já auferidas, desde Julho de 1903, pelos cachoeirenses, com a ligação Vitória com o Rio de Janeiro.

Mas, por certo que MONIZ FREIRE se sentiria par-

cialmente compensado daquele óbice ao assistir à solene e formal inauguração do trecho da ferrovia entre PEDRO NO-LASCO e ALFREDO MAIA — primeira etapa da “Estrada de Ferro Vitória a Diamantina” — mais tarde VITÓRIA A MINAS. Esta efeméride ocorreu a 13 de Maio de 1904 — ou seja, dez dias antes do término do último mandato Presidencial de MONIZ FREIRE em seu Estado natal!

Aquela inauguração do primeiro trecho da “Vitória a Minas” de hoje, ato presidido pelo Dr. LAURO MULLER, então Ministro da Viação e Obras Públicas, representando o Presidente da República, Dr. RODRIGUES ALVES, compareceram, além do Presidente MONIZ FREIRE, ainda o Dr. Sabino Barroso, representando Minas Gerais, Leopoldo de Bulhões, então Ministro da Fazenda; e Diretores e Engenheiros da Cia. da estrada-de-ferro, juntamente com autoridades locais e jornalistas do Rio e de Vitória — e todos asinaram a ATA que registrou o marcante acontecimento!

Indiscutível, pois, a importante presença do Espírito Santo, através do insigne estadista MONIZ FREIRE, na concretização deste empreendimento que, atualmente, representa uma das mais atuantes forças dinâmicas do progresso da terra capixaba.

* * *

No Parlamento Nacional, cumprindo brilhantemente seus deveres de SENADOR da República, no longo período de 1907 a 1916, MONIZ FREIRE advogou e praticou o jornalismo, na Cidade do Rio de Janeiro, com destaque maior na divulgação dos direitos dos cidadãos e da liberdade e sigilo do voto eletivo.

Jurista de escol, legislador previdente, sagaz e competente administrador público, dotado de oratória fluente, o ilustre precursor do VOTO SECRETO em nosso país veio a falecer, prematuramente, a 3 de Abril de 1918, aos 57 anos de idade — 36 dos quais pugnando pela grandeza da sua Pátria!

As homenagens prestadas, neste momento, aos dois Eminentíssimos cidadãos capixabas — JERÔNIMO MONTEIRO e MONIZ FREIRE — nestas evocações históricas e até certo ponto sentimentais — desejamos estendê-las aos Dignos Membros desta Casa de Culto à História.

Expressamos, assim, de público, com profundo respeito, a nossa gratidão veemente e o agradecimento cordial, aos Ilustres Membros do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO — ao qual nos vinculamos, tão recentemente, por extraordinária concessão e excelsa afabilidade dos seus componentes, nossos amigos e companheiros do presente.

DISCURSO DE POSSE

**Pronunciado a 11.11.81 pelo novo
Consócio Prof. HEGNER ARAUJO.**

Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico
do Espírito Santo;

Ilustres Membros deste Instituto;

Caros colegas que, como eu, têm a honra de ingressarem neste tradicional e notável Instituto;

Meus Senhores e minhas senhoras.

Que minhas primeiras palavras sejam para reafirmar de maneira enfática a honra e o orgulho com os quais os novos membros receberam suas eleições para o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Permitam os senhores que eu faça minhas nesse momento; como intróito as palavras usadas pelo Desembargador Josias Soares; ao ser recebido neste mesmo Instituto no dia 19 de julho de 1925. Depois de dizer da surpresa honrosa que a indicação lhe causou, aquele antigo membro do Instituto disse textualmente:

“Quando, dias depois, se me avisou também que eu seria o timoneiro desta ilustre plêiade de novos sócios que comigo faz hoje o seu ingresso no Instituto, maior foi ainda a minha surpresa”.

“Uma e outra eleições eu levo mais à conta da excelsa bondade dos que para aqui me trouxeram, que do meu valimento e aptidões que são nenhuns”.

Porque uma manifestação de tanto reconhecimento; por pessoas já afeitas a posição e despídas de vaidades, como ontem a daquele Desembargador, hoje a deste humilde professor? Acontece que o Instituto Histórico e Geográfico não é uma instituição como as outras; sua idade, seus serviços, seus objetivos, sua tradição, sua seriedade, honram mesmo a todos aqueles que tem dedicado sua existência ao ensino

e ao saber, principalmente no campo da História e da Geografia.

Fundado em 12 de junho de 1916, considerado de Utilidade Pública por Lei Estadual em 1917 e por Lei Federal em 1920, o Instituto foi partejado, entre outros, pelos seguintes e ilustres nomes: Afonso Cláudio de Freitas Rosa, Bernardino de Souza Monteiro, Padre Elias Tommasi, Professor Adolfo Fernandes de Oliveira, Dr. Arnulfo Matos, Dr. Archimimo Martins de Mattos, Dr. Antônio Francisco de Atayde, Dr. Carlos Xavier Paes Barreto, Prof. Elídio Pimentel. Logo surgiram como seus sócios efetivos as figuras mais representativas das Artes, das Ciências e das Letras dos Espírito Santo, de modo que o Instituto foi, desde seu nascimento, a mais legítima representação da qualidade científica do pesquisador e do intelectual capixaba.

Mas não é só o passado de glórias e de nomes ilustres que me eleva ao ser recebido nesta casa de Domingos Martins: o seu presente é também altamente propício ao entusiasmo, pela previsão do muito que ele ainda poderá representar em favor da elevação do nível cultural do nosso Estado.

Depois de lutas enormes, de marchas e contra-marchas, de abnegações, sacrifícios, hoje o Instituto está nestas magníficas instalações, modernamente erguidas do seu antigo terreno. E, tão importante quanto a galeria dos seus fundadores e sócios famosos, é para mim a oportunidade extremamente feliz, de participar de uma instituição, juntamente com meus ex-professores de História: Nelson Abel de Almeida, Alberto Stange Júnior, Renato José da Costa Pacheco, Nilo Martins da Cunha e Luiz Guilherme Santos Neves, que aí estão atuantes, úteis, ajudando, como atlas modernos, a carregar esta instituição tão cara às tradições capixabas.

Nós aqui estamos para aprender cada vez mais a amar a História, a Geografia, o Estado e a Pátria.

Aqui estamos para somar em favor do estudo, da pesquisa e do trabalho intelectual sério.

Aqui estamos, para que com a nossa contribuição elevada e altruística, agradeçamos aos senhores a honra da escolha e a Deus o favor de nos ter proporcionado um momento tão importante em nossa vida intelectual.

Muito obrigado.

A SEARA INGRATA

(Saudação aos novos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, proferida por Evandro Moreira, em 12.06.82).

Diz-nos Vieira que “duas são as forças do mundo: querer e poder. Divididas são elas nada, pois o querer sem o poder é fraco; o poder sem o querer é ocioso”. Unidos querer e poder, tudo se torna possível, pois se o querer é disposição subjetiva consciente, o poder é força outorgada em determinadas circunstâncias. Todavia, faz-se mister, para exercitarmos essas forças combinadas, capazes de tudo modificarem o conhecimento. Só os néscios almejam o ignorado, só os tolos tentam o impossível.

Os arrogantes filhos de Zebedeu foram indagados pelo Cristo se podiam beber do cálice que Ele beberia. Pronunciadamente responderam: — Podemos! Indagou-lhes ainda o Mestre o que era o cálice e que bebida continha. Como não soubessem, repreendeu-os o Messias:

— Como dizeis poder fazer o que não conheceis?

As vezes, mesmo depois de conhecer o que pode ou não pode, pode o homem não poder o que disse poder. É o caso de Davi, citado pelo mesmo genial Vieira: A Davi, animoso de enfrentar Golias, disse Saul ser impossível a proeza para um menino fraco e inexperiente das armas e da guerra. Insistiu Davi, com a paciência da certeza, que sabia poder fazê-lo, exemplificando que os ursos já vencidos por ele eram também mais fortes e inimigos tão maiores e mais temíveis que o aguerrido campeão dos filisteus.

Tinha Davi, sem dúvida, o conhecimento, a experiência, por isso dizia convicto poder o que queria. Concordando Saul, já cansado que se achava de dissuadi-lo, vestiu-lhe as próprias armas, pesadas e poderosas como as requeria tão fera e esperada peleja. E Davi, sucumbindo ao peso das armas, disse não poder. Confuso por quanto mais da incoerência do jovem, pergunta-lhe o rei por que dizia agora não poder o que antes afirmara poder com certeza tal.

Ora, dissera-lhe Davi poder vencer Golias mas não dissera poder fazê-lo com as armas de Saul. Queria e podia mas sabia que embora quisesse não poderia daquele modo. E desvestindo a armadura, com a simples funda mais malícia e

agilidade prostrou o imbatível Golias de tanta e tamanha fama cercado das duras pelejas com briosos soldados.

Isso esclarecido, peço-vos desculpas de haver assumido a arrogância dos filhos de Zebedeu e, mais, a coragem e confiança de Davi. Acontece, porém, que a situação presente, se não é bíblica, é caricatamente idêntica, pois ao receber o envaidecedor convite de aqui vos saudar, respondi ao ilustre e festejado poeta Elmo Elton — posso! E, como os filhos de Zebedeu, ignorava. Ignorava que tais e tão ilustres quanto ilustradas fossem as presenças, que tão respeitados fossem os nomes de meus companheiros neófitos que aqui vejo: o Magnífico Reitor da UFES, professor Rômulo Augusto Penina, educador emérito e dinâmica figura na disseminação do ensino superior, de que sou testemunha junto ao CAUFES, na minha adotiva terra alegreense; o excelentíssimo Deputado e Advogado Christiano Dias Lopes Filho que de geografia capixaba certo conhece mais que todos, mercê de seu trabalho sempre louvado como Governador do Espírito Santo, quando construiu a infra-estrutura econômica de praticamente todos os Municípios, sendo em Alegre tido como o ponto inicial de uma nova era histórica, por ser o incentivador e instalador de seu atual progresso, comparando-se, por sua visão administrativa ao saudoso Jerônimo Monteiro; o meu estimado amigo escritor e poeta recentemente laureado pela Academia de Música e Letras de Brasília, o professor Antonio Coelho Sampaio, teatrólogo e educador; nosso cronista Eugênio Sette, culto e incansável, também poeta e tradutor emérito; a figura respeitável de Heitor Beiriz, pesquisador dos fatos e da história da terra capixaba, mormente de sua terra — Iconha, e Cachoeiro; a simpática escritora Léa Carvalho Ferreira, autora de *A Casa de Meu Pai*, onde nos recorda um tempo que cumpre preservar: a mestra Luciana Osório da Costa, ilustre professora da UFES e Mestra de História da Universidade de São Paulo; o talentoso Reinaldo Santos Neves que além de todo seu elogiável trabalho ainda veio trazer novas perspectivas à nossa literatura com a sua polêmica *Crônica de Malle-mort*; o poeta e articulista Renato Bastos Vieira, um dos nomes mais conhecidos e respeitados de nossas letras; esse combativo jornalista Rogério Medeiros, que coloca o ofício da verdade acima de suas conveniências profissionais, pelo que merece ainda mais o nosso respeito, a nossa admiração por saber que vive numa época em que ser coerente e honesto é inseguro; essa pioneira que a história registra como a primeira mulher paraquedista, Rosa Helena Schorling, a quem louvamos duplamente, por seu espírito aventureiro e seu amor

à cultura, na preservação do Museu da Colonização Alemã, que mantém; o elegante poeta Sebastião Augusto Valle Guimarães; a professora de História e Mestra da Universidade Fluminense, Vilma Paraíso Ferreira de Almeida, cujo livro sobre a nossa escravidão brevemente será lançado e, finalmente, essa figura de juiz íntegro, de jurista acatado, autor de várias obras que conhecemos ainda nos tempos de Faculdade, o meu ilustre amigo da boa terra alegre, Waldir Vitral. Todos, enfim, que me fazem sentir orgulhoso tanto quanto intimidado de integrar essa equipe de escol, esses neófitos que são veteranos nas glórias da cultura e da arte, do sonho e da aventura ousada.

A Davi, então, vejo-me forçado imitar: quero e posso, mas não do modo como deveria, como eles merecem, pois tanto quanto ao legendário herói bíblico, faltam-me forças para terçar as armas de um rei; faltam-me termos para o discurso de um vero orador. Por isso aqui me tendes apenas com citações dos mestres e toscas palavras em desataviados argumentos, para saudação aos novos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, entre os quais aca-nhadamento me situo, mais pela benevolência de tantos amigos que pelos méritos dos poucos talentos que em seara custosa busco multiplicar, em cumprimento à ordem do Mestre.

E neste ponto de searas sofridas sou obrigado a refletir que me enganasse eu mais que os ilustres pares que aqui me trouxeram, ao contrário do que em princípio julguei. Teriam realmente andado em acerto, ao escolher-me para falar-vos, não por me ser acessível o dom da palavra, não pelo brilho dos conceitos e menos ainda por saber representar a emoção e a satisfação de todos vós, novos membros desta Casa, justamente escolhidos por seu trabalho em prol das letras, das artes, do conhecimento das coisas e da terra capixaba. Acreditei-me de direito indicado apenas porque em matéria de semear em terrenos áridos seja experiência que acumulo desde muitos anos, tanta quanto os mais que se dedicam ao ingrato cultivo do saber, em um país de poucos alfabetizados.

Operários das letras, garimpeiros de sonhos, bandeirantes do ideal que às vezes se ofuscam ao brilho enganoso das falsas esmeraldas ou chegam ao fim do caminho conhecido sem mais as fabulosas imagens nos olhos descrentes, não somos os escolhidos, não somos de raça diferente dos homens comuns. Apenas pertencemos a uma outra espécie, porque os bípedes implumes destruidores da Natureza chama-

dos Homens nos dividimos em duas espécies distintas: os que nascem para si e os que nascem para os outros.

Cientistas e entendidos poderão dizer que estamos confundindo termos, mas nos referimos a uma só raça — humana, e a duas espécies de seres humanos — os homens que colhem e os homens que plantam, os homens que consomem e os homens que constroem, os homens que vivem e os homens que sonham.

Uma espécie há que apenas colhem, consomem e vivem, ameahando os bens da natureza, e às vezes dos outros, para si próprios. São os donos exclusivos de quanto não criaram. Os da outra espécie preferem semear, construir e sonhar, multiplicando os bens, aperfeiçoando o mundo e fazendo que seus sonhos mitiguem alheias mágoas — não vivem, somente, ajudam que outros vivam.

Os poetas poderiam ser comparados aos semeadores, perdidos em sonhos chegam aos campos que plantaram a tempo apenas de respigar, vendo que muitos se fartaram de sua messe. E vive disso, é feliz assim, crendo que o espírito se alimenta do pão ideal. Ou são cigarras, que se alimentam da canção que cantam?

Assim também temos mourejado neste chão de letras, como todos vós por certo, não motivados pelo orgulho fútil de uma glória fugaz, mais breve que a memória dos homens. ingratos de natureza, e obtidas à custa de entidades nobilitantes às quais nos apoiáramos, eunucamente. Antes, motivados por um sonho que não cabe dentro das noites e nos leva a sonhar vida em fora, recolhendo louros que visem a dignificar a entidade a que pertencemos e que apenas em decorrência dos frutos colhidos, das oferendas que lhe trouxermos, se fará grande e forte.

Esta, ilustres senhores, distintas senhoras, companheiros neófitos, a principal diferença entre as duas espécies de homens há pouco referidas. O homem comum, que vive para si apenas por ter nascido sem talentos, tem o direito legal e às vezes a descuidada oportunidade de ingressar em instituições como esta. E usa o seu nome, pomposamente, como se pudesse tornar sua a glória alheia, e atesta sua pretensa importância que breve se esfuma como um balão. Vivendo para si somente, ele acredita-se o centro do mundo e crê tudo vive em função dele. para beneficiá-lo, para prestigiá-lo e, quase sempre, curvar-se ao seu dinheiro ou poder sem querer. É mero espelho a refletir glórias que não pode fixar definitivamente. usufrui, suga os conceitos vigentes como membro ocioso de uma instituição dinâmica, ao contrário dos ou-

tros homens que, conscientes de seu exato valor, de seus feitos e virtudes, porfiam no estudo, na pesquisa, no labor cotidiano para construir suas pequenas glórias, que empresta ao seu Instituto, à sua Academia, à sua Terra.

Assim, entendo que o Instituto Histórico não se engrandece com nossa presença. Nós é que nos engrandecemos com seu chamamento e nos obrigamos a provar de que espécie somos — se dos que ceifam ou dos que semeiam, se dos que consomem ou dos que constroem, se dos que vivem ou dos que sonham. E podemos, desde que queiramos, a partir de agora, construir a memória que amanhã nos lembrará aos nossos filhos se fomos sonhadores ou mero viventes.

Mas, indagarão alguns, será desdouro ser vivente? Não, que na verdade o somos. O insulto consiste em nos contentarmos com ser **apenas** viventes, que viventes são as aves coloridas e fúteis; são os bovinos, mansos e úteis; são os equídeos, trabalhadores e conformados; são os suínos, rotundos e preguiçosos; são os répteis, abjetos e peçonhentos; são os vermes, oportunistas e desprezíveis.

Por isso talvez os poetas, os sonhadores e a sua luta hercúlea de manter viva a chama do espírito, única prova de nossa supremacia na escala zoológica. E o consolo, disso decorrente, de que embora um dia tenhamos o mesmo fim que todos os viventes e nos tornemos pasto dos vermes, restará sempre algo que escapa à voragem dos gusanos, algo que perdurará mesmo quando as últimas cinzas do corpo se consumirem adubo de uma flor qualquer.

Peço-vos perdão por haver tanto mudado os caminhos em que me iniciara. Isso acontece invariavelmente com os afoitos e inexperientes que ousam percorrer estradas desconhecidas, dóces apenas aos caminheiros experimentados. Mas retorno, pedindo vênias para particularizar exemplos, ao ponto das difíceis searas de que trago calejadas as mãos.

Nessa ambição indormida e até hoje indomada de buscar os sonhos altos reestruturamos com João Baptista Herkenhoff e outros poucos, nos idos de 1960, a Academia Estudantil Cachoeirense, por onde haviam já passado tantos nomes importantes em minha terra — Cachoeiro de Itapeirim, criada que foi num tempo em que os estudantes primavam pelo gosto às artes mais que às orgias e havia empenho pela conquista do saber, mais que pela do diploma. E a Academia se extinguiu por falta de verdadeiros estudantes naquela terra abençoada onde hoje tudo se transforma em mármore, onde o rio do velho poeta Newton Braga se trans-

forma em esgoto, criminosamente, por culpa de governantes que podem mas não querem, ante o desespero dos poetas que querem mas não podem.

Em 1962 novamente levantamos a bandeira e foi criada a Academia Cachoeirense de Letras, durante alguns anos o grande incentivo a inúmeras publicações e intercâmbio cultural com outras muitas entidades culturais de todo o Brasil. E lá em Minas Gerais, onde me encontrava por força da profissão de bancário, recebo a constrangedora notícia de que os meus ilustres colegas imortais haviam deixado morrer o sodalício que lhes conferia **imortalidade**. Em 1977 novamente a constituímos, com o apoio das minorias cansadas. Outros, daquela espécie que apenas ceifa sem semear, fazendo questão do título, nunca se prontificaram a reviver a Academia. Atualmente voltou ao recesso, pelo comodismo imperante e contagioso, pela omissão dos que podiam e não quiseram.

Poderá parecer, é fato, ousadia, se não imodéstia, vir este semeador interiorano proferir em rudes vocábulos exemplos de pequenas experiências a luminares capixabas das letras, das artes, da poética, da cátedra, do conhecimento, enfim, e da aventura. Mas tal se faz necessário nesta fase áurea do Instituto em que ora ingressamos. Necessário, durante a fartura, lembrar que existe a miséria e, considerando que o Instituto já teve seus bíblicos anos de **esquálidos vacuns**, não podemos esquecer jamais de que do trabalho de cada um de nós depende a sua abastança, para que ele continue a ser, como é, das mais importantes obras culturais do Estado, por seus objetivos sempre coimados de incentivar à pesquisa, de preservar a cultura. E vós, que tendes o privilégio de administrar uma entidade tal, vós que tendes, como eu, a honra de nela ingressar não podeis talvez aquilatar a inveja que me toma neste momento, de ver a sua independência saudável, mercê do apoio constante de elementos dedicados do gabarito de um professor Alberto Stange Junior, de um pesquisador do porte de Renato Pacheco, de um poeta da altitude de Elmo Elton, de um historiógrafo do quilate de Levy Rocha e muitos outros igualmente acatados e valerosos que tanto vêm fazendo por esta Entidade.

Inveja sim, digo bem, pois ainda hoje garimpamos e semeamos em terreno árido, quando não inóspito, como aqui presente bem pode atestar esse companheiro de ideais, dr. José Soares Domingues, que conosco tem ombreado na luta

diuturna, sendo um dos alicerces fortes de que dispõe a Casa da Cultura de Alegre, de idênticos objetivos, embora a distância que a separa do Instituto, pela carência de recursos humanos e materiais. Faltam-nos as ferramentas apropriadas, falta-nos a terra fértil muitas vezes, falta-nos a compreensão principalmente dos que detêm o poder naquela terra, atestando que ainda não está devidamente erradicado o coronelismo político nos interiores capixabas, onde broncos elementos manipulam votos que os mantenham indefinidamente no poder. É verdade, senhores e senhoras, viemos hoje de uma terra dadivosa mas de filosofia controversa, pois sendo uma cidade de alto nível cultural a maioria de seu povo, como todo o povo brasileiro, infelizmente, teima em premiar valores negativos, elegendo elementos semi-alfabetizados, despreparados de cultura e educação mínima, de modos civilizados mesmo, paradigmas da pouquidade mental e da incoerência moral, que se posicionam como os medievos suseranos, autoridades únicos dos feudos, antepondo barreiras a qualquer trabalho que vise a levar o conhecimento ao povo de que dependem para manter a sinecura. Por isso preferem conservar o povo humilde na ignorância mais ignóbil, mercê de demagógicas promessas jamais realizadas. São os que podem e não querem nunca.

Em ambiente tal é quase milagre que a Casa da Cultura e o Museu Histórico de Alegre, fundados em 20 de outubro de 1979 prosperem aos níveis atuais, contando com poucos operários abnegados, o apoio oficial apenas do Prefeito Antonio Lemos Júnior, a quem, de público, rendemos nossa homenagem sincera, pois tem arrostado calúnias e oposições históricas de uma Câmara inconsequente e movida apenas por interesses pessoais de seus carentes membros para auxiliar uma obra que conta com a simpatia de todo o povo alegreense, de entidades similares de todo o Brasil, constituindo-se, sem dúvida, na mais importante obra alegreense de uma década, marco do renascimento cultural do Município de Alegre, graças aos esforços heróicos mesmo de um diminuto grupo que muito quer, embora pouco possa.

E a recompensa de toda essa luta, onde já fomos caluniados e maltratados, está no crédito conseguido junto ao povo, com a organização do Museu Histórico que conta já com respeitável acervo de real valor, concursos literários e palestras em todos os educandários, dois jogos florais de âmbito nacional de bastante sucesso, um encontro de Escritores, semanas de arte, apresentações musicais e coreográficas,

dezenas de apresentações teatrais de alto nível e participação direta em todas as manifestações culturais da comunidade. E agora, quando o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, de tantas tradições e glórias, congregando a inteligência capixaba aqui representada pelos ilustres poetas, escritores, professores, artistas e pioneiros, reconhece o trabalho desenvolvido e, por nosso intermédio, presta homenagem à Casa da Cultura de Alegre, à qual transfiro as honrarias do galardão recebido nesta hora, memorável e consagradora. Nós queremos e podemos, muito mais.

Somente por isso, senhores e senhoras, aqui estamos hoje, nós os novos membros deste Instituto Histórico e Geográfico, não por vaidade mas por amor a esse ideal que desde o início do mundo vem sendo mantido por uns poucos homens dedicados a semear para todos e, principalmente, para as futuras gerações que somente nos conhecerão por intermédio de nossos atos, nossos feitos, nossas obras e idéias aqui preservadas. E essa obra de cada um, por mais humilde que possa parecer, sabemos todos atestará, no futuro, que lutamos para preservâr os valores eternos que no mundo atual se esquecem e desmerecem, ante a filosofia utilitarista reinante, ante as obras imediatistas ditadas pelo interesse tão somente. Os que nos sucederem terão a certeza de que quisemos fazer, e bem, a nossa parte, embora nem sempre possamos, acossados pela maioria esmagadora e vulgar que, com a desculpa de não poder, jamais se dispõe a querer.

Mas existe a esperança, renascendo com a figura lendária da fênix das cinzas de cada ideal derrotado, de que o desânimo gerado pela obtusidade circunjacente, a timidez ante o desafio constante, a dúvida quanto à utilidade ou necessidade do trabalho não nos abatam. Somos frágeis e quase sempre queremos mais do que realmente podemos mas nos anime sempre o exemplo fabular da responsável andorinha, que me permito lembrar a todos vós.

A floresta amanheceu em chamas. Todos os animais, todas as aves fugiam e só uma andorinha acreditou que se pudesse combater o incêndio. E quis fazê-lo. Chamou a atenção dos que corriam apavorados, acovardados, buscando salvar-se e aos filhotes, ante as chamas que devoravam todos os seus valores naturais. Tomados de pânico, não a ouviram. E ela, sozinha, buscou a fonte, onde mergulhava e, sobrevoando as chamas, sacudia as penas pequeninas na vã tentativa. E o fogo continuou, avassalador, destruindo tudo em seu caminho, da mesma forma como agora vemos o in-

teresse, o materialismo, a violência, a impiedade que consome os ideais, a fé, a paz e a fraternidade entre os homens.

A tardinha, quando o único incêndio restante era o sol avermelhando o poente, voltaram os demais habitantes da mata, dispostos, tardiamente, a auxiliarem a andorinha. Voltaram cautelosos, antepisando com medo das brasas que tomavam as trilhas calcinadas, que se ocultavam traíçoeiras nas coivaras fumegantes. Triste quadro encontraram. Nem uma flor de beleza, nem uma folha de esperança. Só o carvão que os homens venderiam com grande lucro, só a terra adubada de cinzas onde surgiriam as lavouras para enriquecer os mesmos homens impiedosos. E mais triste que tudo, junto ao regato, exânime, com as penas chamuscadas, a louca e sonhadora andorinha, recebendo a recriminação acre dos companheiros, por sua insensatez. Não sabia ela que não poderia, sozinha, deter o fogo, embora tanto fosse o seu querer?

— Eu sabia que não poderia, mas era meu dever tentar . . .

Que somos nós, poetas de todos os sonhos — sonho de voar, de erigir, de cantar e purificar, senão esse pássaro tonto que engalana as tardes quentes com seu gorjeio, indiferente às vezes ao mal que lá em baixo prospera, apenas atestado pelas lágrimas inocentes?, que são os heróis de nossa liberdade — Domingos Martins e tantos outros. Esse pássaro insensato que pretende, sozinho, conter o incêndio que devora as virtudes, os ideais, mesmo sendo forte, livre e . . .

Sabemos que nunca mudaremos o mundo, sempre povoado de seres mesquinhos e ingratos, despidos de sensibilidade. Sabemos que jamais modificaremos o homem, fátuo e crente de que possui o mundo inteiro e a vida eterna. Mas vamos morrendo aos poucos, todo dia, com vãs esperanças e inúteis esforços, deixando quando muito o eco de nossas vozes roucas, numa canção logo esquecida pelos próprios homens.

E que essa canção, nas pautas da eternidade, seja o nosso réquiem, seja a mensagem de confiança de que tínhamos um dever a cumprir. E embora nos faltasse poder, nunca faltará o querer para cumpri-lo, se não como queríamos, ao menos o fizemos como podíamos.

Tenho dito

DOMINGOS MARTINS

(Palavras proferidas pelo nosso consócio Elmo Elton, ao pé do monumento de Domingos José Martins, em Vitória, a 12 de junho de 1982).

Ainda no ano passado, ao ser recepcionado como membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, recordava eu as vezes em que, ainda menino, compareci a este local, com o propósito de participar, mesmo de longe, das homenagens comemorativas do arcabuzamento de Domingos José Martins, aqui levadas a efeito, sempre a cada 12 de junho. Menino em busca de novos conhecimentos e descobertas, minha presença nessas solenidades levava-me, então, à curiosidade de melhor conhecer a vida, os feitos, o martírio do herói espírito-santense, sem jamais supor, — a vida nos reserva muitas surpresas —, que um dia, e esse dia se fez hoje, fosse eu, por vontade da diretoria do Instituto, o escolhido para, ao pé deste sagrado monumento, vos recordar, como o fizeram outros consócios em ocasiões idênticas, ainda uma vez, a presença de Domingos José Martins na Revolução Pernambucana de 1817.

É bem verdade que outro nome deveria ter sido o indicado para melhor vos falar, nesta hora solene, mas dita diretoria pensou de modo diferente, de forma que, assim, apenas por obediência a determinação superior, é que, aqui, ora me vedes revestido das funções de orador, antes desculpando-me pelo pouco que posso representar neste encontro, sobretudo diante dos demais sócios desta entidade, todos sabidamente muito mais instruídos no estudo de figuras e coisas ligadas à história espírito-santense.

Minhas palavras serão breves, não se alongarão numa palestra, embora a participação de nosso herói naquele movimento seja matéria ampla, de estudo e interpretações exigentes, mas servirão tão somente para rememorar, quando nada aos mais moços, o idealismo de um patricio que, não trepidando em arriscar fortuna, posição social, a paz larária, amigos, tudo trocou pela incerteza, pela incompreensão, até chegar ao martírio extremo, visto que guiado apenas por um único e sublime ideal: — o de livrar sua terra das garras, do jugo estrangeiro, dando-lhe a independência ansiada não só por ele mas por todo um grupo de ardorosos patriotas.

A Revolução Pernambucana de 1817, já estudada e interpretada com justeza por historiadores eminentes, contribuiu, sabemos todos, decididamente para a emancipação do Brasil da tutela de Portugal. De sua importância como tal, Oliveira Lima acentuou ter sido a mesma "a única revolução brasileira digna deste nome e credora de entusiasmo pela feição idealista que a distinguiu e lhe dá foros de ensinamento cívico, e pela realização prática que por algum, embora pouco tempo, lhe coube, tendo sido, a um tempo, um movimento demolidor e construtor, como nenhuma outra, em grau superior, na América Hespânica".

Antes, no século XVIII, contra a prepotência da Coroa Portuguesa, com seus impostos extorsivos, com a contínua exploração de nossas riquezas naturais, e mais com a afrontosa discriminação entre brasileiros frente aos lusos, já a idéia de libertar-se a colônia desse vexatório estado de coisas se fizera sentir, através da pregação, dos protestos de Felipe dos Santos, logo cruelmente martirizado, como através do movimento libertador, mas frustrado, da Inconfidência Mineira.

Após a chegada de Dom João VI ao Brasil, 1808, em nada ou quase nada melhorara a situação dos brasileiros, o jugo português, sempre massacrador, daí que forças vivas continuaram a reagir energicamente, tanto fora como dentro da colônia: — aqui pelas sociedades secretas, pelos pronunciamentos e motins patrióticos, já que estes, embora mal sucedidos, se repetiam com frequência; ali pela pena de Hypolito José da Costa, que, após 20 anos de perseguição sofrida em Lisboa, fixara-se em Londres, onde, de 1808 a 1823, redigiu o *Correio Braziliense*, em cujas páginas se debatia ardorosamente pela integral independência de seu país. Enquanto esse valente jornalista, na Inglaterra, pugnava em defesa das liberdades da colônia brasileira, em Paris, o general venezuelano Francisco Miranda arquitetava o plano de resgatar as colônias hispano-americanas do domínio espanhol.

Domingos José Martins, capixaba de nascimento, mas residindo em Londres, entrara em contato com esses dois audazes defensores da liberdade, imbuindo-se de seus ensinamentos, contagiando o próprio espírito de novas idéias redentoras, de um sentimento patriótico, nativista, antes ainda não experimentado. Trabalhando em Londres, após haver passado algum tempo em Lisboa, ali associou-se à firma de Dourado, Dias & Carvalho, prosperando grandemente, sendo que, em pouco tempo, esse estabelecimento fundava sucurs

sais no Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, "fazendo o serviço das feitorias uma frota de propriedade exclusiva do patriota".

Em visita a sucursais de sua firma, já então abrasado pelo propósito de ver sua terra livre da prepotência portuguesa, ei-lo agora no Brasil, visitando Pernambuco e outras províncias do norte, e, assim, nessas andanças, mais se conscientizando da necessidade de colaborar com aqueles que, entre nós, se identificavam com suas idéias, logo se juntando a estes com a promessa de dar-lhes, sem maior tardança, não só apoio integral, mas sua participação ativa e continuada.

"De volta a Londres, Domingos José Martins retoma a direção das relações mercantis que encontrou comprometidas, amplia as transações e entrega a casa matriz aos sócios, reintegrada no crédito e no conceito de que por tantos anos gozara na praça londrina, e, célere, retorna a Pernambuco em 1815.

Menos de dois anos se tinham passado e já Domingos Martins, proprietário de engenho no Cabo e de casas no Recife, que, segundo afirmam cronistas pátrios, foram por ele transformadas em hospedarias dos seus correligionários e amigos, reunia os elementos que deviam em breve proclamar a República do Equador.

Tal República, segundo era pensamento dos revolucionários de 1817, tendo por sede Recife, abrangeria as capitânias que vinham do Maranhão à Bahia, o governo sob forma federativa, a cujo influxo teria de obedecer o sul do país fatalmente, e, em prazo mais ou menos curto, seria eliminado o regime monárquico da América do Sul.

Domingos José Martins, espírito ardoroso e destemido, não esconde seus objetivos, tem freqüência assídua junto aos oficiais pernambucanos que detestavam os de armas portuguesas, incitando-os, conclamando-os à revolta, e tanto prega o nacionalismo entre seus concidadãos, que, em março de 1817, diante da atitude dos revolucionários contra a tropa portuguesa, o capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que administrava Pernambuco, mandou prender militares e civis tidos por conspiradores, entre estes o nosso herói conterrâneo.

Na mesma ocasião, o brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa inflige pesados castigos aos oficiais do regimento de Artilharia, que comandava, sendo que, irritado com tal procedimento, o capitão João de Barros Lima, o famoso Leão Coroadado, puxou da espada e cravou-a no peito do prepotente

militar, sem que official algum se interpusesse em defesa da vítima.

A rebelião estava formada: cadeias foram arrombadas, prisões relaxadas, conseguindo os revoltosos a adesão das tropas de guarnição e das fortalezas. Dia seguinte, o Governador Montenegro foge para o Rio de Janeiro, "contribuindo não pouco para o êxito da conspiração e apaziguamento das primeiras divergências", fazendo-se então notória a participação patriótica e immediata do clero pernambucano em favor dos revolucionários.

Organiza-se, assim, o Governo Provisório, Domingos José Martins é escolhido para Ministro do Comércio, sendo estas as primeiras providências tomadas pela nova Junta: — "a impressão do manifesto à nação expondo a attitude dos patriotas do Recife no jornal **O Preciso**, aumento do soldo às tropas, promoção dos officiaes que tiveram parte na jornada, adoção da bandeira branca, símbolo da paz, tratamento de vós nas relações officiaes, abstenção de recebimento de subsídios por parte dos ministros escolhidos, e, finalmente, a abolição dos impostos vexatórios".

Infelizmente, tal governo teve vida curta, já que os monárquicos, logo depois, retomaram o poder, mediante total derrota dos antes vitoriosos adversários. José Inácio de Abreu Lima, vulgo Padre Roma, dos mais brilhantes revolucionários, foi arcabuzado, Teotônio Jorge e mais oito companheiros subiram ao patíbulo, suicidando-se o Padre João Ribeiro, todos ativos integrantes do movimento.

Domingos José Martins, embora diante dessas ocorrências funestas, não esmoreceu, não capitulou, jamais se entregaria facilmente aos inimigos, e, pondo-se à frente de 300 pernambucanos, jurou, sem embargo das lágrimas da esposa, salvar a pátria e por ela vencer ou morrer. Mas, finalmente, preso, não sem antes travar renhida luta com as forças contrárias, foi, com alguns restantes companheiros, remetido para a Bahia e aí julgado por crime lesa-majestade, sendo, dia seguinte, arcabuzado, no mesmo sítio de execução do Padre Roma.

Pouco antes de fuzilado, da masmorra onde fora metido, endereçou à esposa este soneto, com o qual seu nome se fixa, cronologicamente, na literatura espírito-santense, entre os nossos poetas primeiros:

Meus ternos pensamentos, que sagrados
me fostes, quase a par da Liberdade,
em vós não tem poder a iniquidade;
para a esposa voai, narraí meus fados.

Dizei-lhe que nos transes apertados,
ao passar desta vida à eternidade,
ela da alma reinava na metade
e com a Pátria partia-lhe os cuidados.

A Pátria foi o meu nume primeiro,
foi depois a Esposa o mais querido
objeto de desvelo verdadeiro.

E na morte, entre as duas repartido,
será de uma o suspiro derradeiro
e será da outra o último gemido.

Homem de fibra, admirável, convictamente democrata, Domingos José Martins jamais fraquejou frente à perseguição dos donos do poder, de seu algozes, não fugiu da morte que lhe veio em forma de martírio, e, assim, diante de seus verdugos, bravo e resoluto como sempre o fora, como que indiferente à tragédia daquela hora extrema, a de seu arcabuzamento no Campo da Pólvora, eis que ali pronuncia sua derradeira frase: — **Soldados, vinde executar as ordens de vosso sultão! Eu morro pela liberdade**, uma confissão que condensa em si todo o escopo de uma vida heróica, levada, finalmente, ao holocausto pelo ardente amor à sua terra.

Focalizada, de raspão, a presença de Domingos José Martins na Revolução Pernambucana de 1817, sabem, os que me ouvem, que os ideais de nosso herói, que as razões motivadoras daquele movimento, se tinham por objetivo único a libertação de nosso solo do jugo português, esses ideais e essas razões, ainda que hoje se apresentem sob outros aspectos e circunstâncias, persistem no espírito de todos os brasileiros sinceros. Nossos patrícios de ontem romperam com os grilhões que nos escravizavam a Portugal, sacudiram e baniram a Monarquia e implantaram a República, cabe, pois, a cada um de nós, agora, o firme propósito de livrar o Brasil de qualquer ameaça de servidão, de comprometimento escuso com organizações, com atividades que lhe possam ser lesivas aos múltiplos interesses nacionalistas. É preciso que estejamos alertas, vigilantes, contra as

ciladas que nos possam armar os de fora, até mesmo os maus brasileiros, na certeza de que, só assim, com o desejo de liberdade e cooperação patriótica de seus filhos, o Brasil poderá, dia a dia, mais se elevar na grandeza de sua independência, na soberania de suas ações construtivas, na superioridade de nação consciente de seu próprio destino. Faz-se mister que se conserve e se amplie nossa independência, que nosso território seja intocável, sempre nossas as nossas riquezas, em toda a extensão e vigor de sua potencialidade, sempre nossas as nossas decisões, decisões essas nunca tomadas por imposição de forças estranhas, importadas, sobretudo no campo político e social.

A homenagem hoje prestada a Domingos José Martins, ao pé deste monumento, que também é altar, testemunha que seu nome e seu sacrifício não serão jamais olvidados, já que seus ideais e sua luta hão de sempre tonificar e abrasar a alma da nacionalidade, viverão no coração de cada brasileiro autêntico, neste constante anseio de querermos o Brasil sempre livre e sempre unicamente nosso.

O PROJETO RONDON COMO FATOR DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E APOIO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (*)

DOMINGOS GOMES DE AZEVEDO

Coordenador Estadual do PRO.

I — INTRODUÇÃO

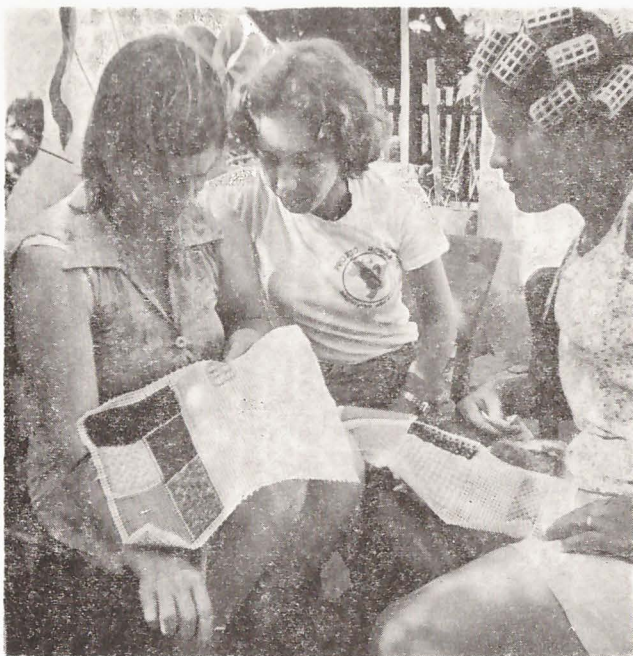
Movimento surgido em 1967, o Projeto Rondon se apresentou não só como uma força inovadora e integradora da Universidade à realidade do País, mas também como peça estratégica da reforma universitária brasileira.

A atuação do Projeto Rondon se faz sentir na valorização do homem, dando-lhe oportunidade para que seja um agente ativo e consciente no processo de desenvolvimento de sua comunidade, levando-o a conhecer o seu papel, sua capacidade de iniciativa e criatividade.

Assim, através deste processo participativo visa contribuir para o desenvolvimento harmonioso e integral de todas as áreas do país. Além do mais, busca viabilizar a integração da Universidade na comunidade, mediante a participação crescente do jovem universitário e da comunidade nacional como um todo nesse processo.

A institucionalização sempre progressiva do Projeto Rondon e a sua rápida consolidação no meio estudantil, no seio da Universidade e no âmbito da comunidade, demonstram hoje, após 15 anos de conhecimento e ação, não só a validade da idéia, mas também que a experiência se tornou vitoriosa.

(*) Palestra pronunciada por nosso distinto consócio no dia 18 de maio de 1982.



Ensinar a pescar é o lema da atuação do Rondon. Estudantes orientam a comunidade na confecção de artesanato.



**Estudantes capixaba
Mutirão numa co**

II — ORIGEM

Na década de 1960, profundas manifestações da juventude universitária ocorreram em vários países de todo o mundo, propondo uma nova Universidade, mais próxima e mais meável às determinações da realidade circundante. Simultaneamente, a juventude universitária brasileira buscava novos caminhos para a adequação da estrutura universitária às exigências do mundo moderno, num contexto em que o Estado e a Sociedade se empenhavam na realização de projetos desenvolvimentistas, na afirmação de uma consciência nacional, na preservação da integridade territorial e na ocupação de vazios demográficos.

Nesta conjuntura, surge o Projeto Rondon não de um Decreto Governamental, mas de uma maneira espontânea dentro do meio universitário.

Foi constituído então um grupo de 27 estudantes da Universidade do Estado da Guanabara, em 1967, que partiu para Porto Velho com objetivo de conhecer a realidade do norte do País e entender a sua problemática.

O grupo foi e sentiu que, realmente, era impossível divorciar a Universidade do processo de desenvolvimento nacional. Algo deveria ser feito a fim de acabar o hiato existente entre nossa Universidade e a realidade brasileira. O Projeto Rondon surgiu então como uma aspiração dos próprios jovens universitários no sentido de adequar o Ensino Superior Brasileiro à realidade contemporânea.

O desenvolvimento do país, a integração nacional e a eliminação do descompasso existente entre as diversas regiões brasileiras, constituem-se grandes desafios que devem ser enfrentados a fim de encurtar a distância social, técnica e científica que ainda nos separa das grandes potências. Nesta luta sem trégua, mais do que nunca se faz necessário, unir esforços de todos e, de modo particular, de nossa juventude universitária para que se possa realizar a integração das áreas desocupadas, eliminar os contrastes existentes, acelerando deste modo o processo de desenvolvimento.

Dentro desta perspectiva foi que surgiu o Projeto Rondon que, depois da realização de sua primeira experiência piloto, em Porto Velho, mereceu o apoio oficial do Governo e a confiança da opinião pública nacional.

A idéia ganhara corpo. De simples movimento, inspirado numa experiência pioneira de professores e alunos da

Universidade do Estado da Guanabara, tinha-se agora um órgão público, através do qual o Governo passaria a canalizar recursos para que aquela iniciativa pudesse atingir os objetivos que lhe foram deferidos e contribuir para a integração e para o desenvolvimento econômico e social do povo brasileiro.

É bom frisar que o ato governamental que promoveu a oficialização do Projeto Rondon não pretendia transferir para o poder público a paternidade de movimento, cujas raízes se encontram na Universidade. Cuidou-se apenas de sistematizá-lo, de conferir-lhe o indispensável ordenamento jurídico, pois sem isso as autoridades ver-se-iam impossibilitadas de fornecer-lhe os recursos humanos, materiais e financeiros de que necessitava.

A realização das primeiras Operações Nacionais demonstrou, sem sombra de dúvida, que havia boa receptividade por parte da juventude universitária. De uma para outra operação, crescia de forma altamente significativa o número dos que desejavam garantir sua participação em tal empreendimento.

III — FUNDAÇÃO PROJETO RONDON

Criada pelo Poder Executivo em 15 de dezembro de 1975, a Fundação Projeto Rondon vem posicionar a Entidade no contexto da Administração Pública Federal, introduzindo alterações estruturais que contribuirão certamente para dar-lhe maior flexibilidade e autonomia de forma a imprimir uma nova dimensão qualitativa e quantitativa ao seu trabalho.

Dentro desta orientação, a Fundação Projeto Rondon continuou tendo os princípios e finalidades que nortearam o Órgão desde sua origem:

a) Motivar a participação voluntária da juventude estudantil no processo do Desenvolvimento, da Integração Nacional e da Valorização do Homem, em cooperação com o Ministério da Educação e Cultura;

b) Atuar como canalizador de recursos humanos qualificados para participar da execução dos planos de desenvolvimento das entidades governamentais;

c) Colaborar no desenvolvimento social das comunidades carentes de recursos inclusive promovendo treinamentos especializados de nível médio para aprimoramento da mão-de-obra;

d) Despertar no universitário, através do conhecimento crítico da realidade brasileira, uma nova consciência, vol-

tada para o espírito comunitário de forma a permitir a formação de técnicos, pesquisadores e professores com mentalidade voltadas para os valores culturais, conquistas e objetivos nacionais.

IV — A CONSOLIDAÇÃO

O Projeto Rondon, com apenas 15 anos de existência, já se apresenta como uma experiência consolidada no seio da opinião pública brasileira. Cada dia que passa, constatamos um envolvimento progressivo do Rondon manifestado basicamente através de três grandes comprometimentos: com a universidade, com os universitários e com a comunidade.

Quando digo comprometido com a universidade, quero referir-me a “uma universidade sem fronteiras, que está onde estão as necessidades nacionais”.

Uma universidade comprometida com a análise, com o debate, com a reflexão e com a busca de soluções autenticamente nacionais para os nossos problemas.

Uma universidade que, com sua criatividade e inteligência, com o potencial de seus docentes, mestres, doutores e a força dos jovens, possibilite a construção de um projeto de síntese cultural dos diversos Brasis, não somente partindo de uma diretriz de Governo, mas, sobretudo, de sua própria base cultural e, conseqüentemente, de inspiração nitidamente democrática.

O Projeto Rondon tem outro compromisso, que é com o universitário. Primeiro com sua dimensão humana, seu valor como pessoa que pensa, sente e quer participar. Idealista, generoso, disponível e desejoso de ser útil. Segundo, com a formação da consciência social desse universitário, enquanto pessoa, enquanto futuro profissional e enquanto cidadão, através do conhecimento da realidade brasileira. Por último, com a formação de sua consciência histórica de compromissos, enquanto futuro dirigente, com o estudo e solução dos problemas das comunidades mais carentes do País, ou seja, o Projeto Rondon quer dar aos jovens a oportunidade de participar do processo de desenvolvimento nacional.

Na verdade, podemos afirmar que o Projeto Rondon é uma presença constante no meio universitário. Traz consigo um sentido inovador na medida em que colocar o estudante diante da realidade do País, em contato direto com

a realidade em toda a sua dimensão. O Rondon é um espaço que o estudante vai pouco a pouco descobrindo que pode agir. É o espaço que tem para o exercício da potencialidade de sua criatividade.

Com efeito, a participação do estudante, o exercício de sua criatividade, a construção de soluções a partir de sua ação, constitui um dos aspectos fundamentais da legitimação da idéia Rondon.

O Projeto Rondon se define também comprometido com a participação ativa e consciente das populações mais carentes do País na solução dos seus próprios problemas.

A comunidade, célula básica e ponto de partida para todo e qualquer desenvolvimento, é a mola propulsora de todo o processo da própria emancipação e realização do homem, enquanto homem. O Projeto Rondon, consciente da importância do papel da comunidade e da deficiência de toda e qualquer ação que a marginaliza e que subordina a elementos que lhe são externos, centraliza nela toda sua ação na realização de sua filosofia e objetivos. Nesta perspectiva a comunidade e o Projeto Rondon, unidos como um todo, realizam uma ação única, porque voltada para o mesmo fim.

O Projeto Rondon, mediante os seus diversos programas, parte do pressuposto de que os indivíduos e as comunidades dispõem de capacidades e potencialidades naturais para o seu próprio desenvolvimento. Assim sendo, visa através de sua ação identificar estas energias, enriquecendo-as e colocando-as em movimento de tal forma que, assim dinamizadas, contribuam com o seu esforço para o seu próprio desenvolvimento. Desta maneira, a comunidade toma consciência de sua capacidade e sente-se responsável pelo seu próprio destino.

O Projeto Rondon, agindo com a comunidade, procura soluções para os problemas de desenvolvimento que se apresentam, muitas vezes, de modo dramático nas comunidades interioranas.

O Projeto Rondon, sistematizando a continuidade da ação da juventude Universitária e da própria Universidade em benefício de municipalidades ainda bastante carentes, contribui para uma adequação sempre crescente da própria Universidade às necessidades do desenvolvimento, proporcionando o seu engajamento no processo ora em curso.

Com efeito, cada vez mais, se torna evidente que o

desenvolvimento depende em larga escala e primordialmente da utilização dos recursos humanos. Na verdade, a educação e a ciência representam investimentos fundamentais para o desenvolvimento de um país. Ele não se realiza por medidas de fora para dentro, mas por um esforço interno, baseado na aquisição de conhecimentos mais extensivos e de novas técnicas. A educação engendra o seu próprio progresso e faz do homem o agente de sua história e a ciência garante, a cada país, as condições internas de seu próprio desenvolvimento. Além do mais, o desenvolvimento não depende simplesmente dos recursos naturais, pois, eles só se tornam riqueza pela ação do homem que os transforma, através do trabalho.

Na busca da consolidação de sua ação o Projeto Rondon desenvolveu esse trabalho educativo com as comunidades, auxiliando-as a descobrirem o seu próprio caminho. Sair da atitude passiva determinista e fatalista em que se encontram para uma atitude ativa, de participação na procura de soluções para os seus próprios problemas. Deixar de ser espectadora para ser atora de sua própria história.

O Projeto Rondon, como vimos, começou com trabalhos comunitários que foram evoluindo e aumentando o nível de participação da comunidade ao ponto de ter hoje, no Ministério do Interior, um programa de desenvolvimento de comunidades, utilizando a Metodologia da ação comunitária.

V — CONCLUSÃO

Em suma, podemos dizer que a contribuição que sua ação tem trazido ao estudante brasileiro (hoje são mais de 700 mil que já participaram do Rondon em seus 15 anos), aos órgãos, à Universidade brasileira, na sua procura de uma nova forma de ser e principalmente ao homem pobre deste país, se constituem as pilastras básicas de sua institucionalização e consolidação.

HOMENAGEM A CARLOS XAVIER PAES BARRETO

Discurso do Presidente do Instituto,
Dr. Alberto Stange Júnior.

A História tem o poder de marcar o tempo, rever os fatos e distinguir os homens.

Continua a ser escrita e a registrar os acontecimentos.

Na História há destruições e construção. Com o passado, qualquer que ele seja, é que se faz o presente.

Assinala o tumulto das influências: terremotos, pestes, invenções, guerras, etc. Nero destruiu, Napoleão guiou transformações, Cristo implantou uma nova fé, Pedro II pacificou e soube manter o colosso deste Brasil.

Jamais o homem esteve ausente da História.

Carlos Xavier Paes Barreto participou e ajudou a fazer um bom pedaço da História de nosso pequeno e querido Espírito Santo. Foi uma figura destacada em um período histórico que a posteridade lembrará sempre, pois foi um vulto marcante em uma fase decisiva de nossa evolução, ao lado de Jerônimo Monteiro, Ubaldo Ramalhet, Ceciliano Abel de Almeida e outros.

Carlos Xavier veio de Recife onde nasceu a 11 de novembro de 1881. Procedia da estirpe dos Barretos agraciada pelas monarquias de Portugal e de Castela. Sua origem, pois, é nobre.

A família Barreto possuía em Pernambuco uma dezena de engenhos e na Casa Grande havia uma bela igreja cujo sino de bronze viera de Portugal.

Carlos Xavier foi aluno de tradicional Faculdade de Direito de Recife onde desenvolveu grande atividade e conquistou a admiração e a amizade de todos.

Foi sócio fundador da "Sociedade Patriótica 7 de Fevereiro", redator da Revista "Cultura Acadêmica" e orador do "Cenáculo Jurídico". Como estudante já demonstrava suas qualidades de líder e seu talento intelectual.

Foi aluno de Clovis Bevilacqua, de quem se tornou grande amigo. Caráter firme, honesto, estudioso e muito inteligente, Carlos Xavier era uma figura central na Faculdade, terminando o curso com distinção em todas as matérias.

Era conhecido como o "Xenofonte" da Faculdade.

Para se ter uma idéia do círculo intelectual em que Carlos Xavier viveu, basta dizer que um dos seus amigos era

o insigne poeta Augusto dos Anjos que já o chamava de mestre.

Em 1908, pelas mãos de Jerônimo Monteiro, e atraído pelo seu irmão Manoel Xavier Paes Barreto, a quem estava ligado por laços de sangue e de coração, veio para o Espírito Santo, onde logo se destacou como advogado, promotor e juiz.

Defendeu os limites geográficos do município de Pau Gigante, tendo por isso seu retrato inaugurado no Paço Municipal.

Em 1910, foi Prefeito de Vitória, quando teve a oportunidade de saudar o Presidente da República Nilo Peçanha, em nome do povo do Espírito Santo, na Praça João Clímaco.

Em 1912 foi Secretário Geral de Jerônimo Monteiro, Governador do Estado.

Em 1913 assim se expressava Jerônimo Monteiro, — Diário da Manhã de 13.11.1913 —: “Reconheci em Carlos Xavier a operosidade, a segurança de caráter, a competência e muito mais, a honestidade” ... “a conduta deste moço serve de espelho, para servir de norma a todos aqueles que queiram ser homens de bem”.

Isto dito por Jerônimo Monteiro é o maior elogio que alguém possa ter recebido.

Foi Procurador Geral do Estado em 1915.

Em seu coração sempre palpitava o desejo de servir, de ser útil, prestimoso, por isso conquistou a admiração e a amizade do povo capixaba, e a prova eram suas festas de aniversário que passaram a ser de 2 a 3 dias consecutivos. Reuniam-se em sua casa Presidentes, altos dignatários da justiça, deputados, bispos, pastor protestante, homens do povo, do comércio, funcionários públicos, professores, alunos, militares e civis.

Digo isto com absoluto conhecimento pois participei de muitas dessas festas e senti o quanto Carlos Xavier era considerado e estimado. Tinha uma atenção especial para com todos.

Na grande disputa política entre Jerônimo Monteiro e Bernardino Monteiro que gerou o governo Nestor Gomes, Carlos Xavier ficou com Jerônimo Monteiro. Coerente e sincero.

Em 1922, Nestor Gomes mesmo conhecendo a posição política de Carlos Xavier o nomeou representante do Estado no VII Congresso Brasileiro de Geografia.

Carlos Xavier, administrador, jurista, historiador, es-

critor, jornalista, professor e grande orador, foi sempre um homem bom, de caráter reto.

Como jurista realizou uma obra nacional, defendendo a expressão Direito Penal em substituição a Direito Criminal, em Congresso de Juristas contra a opinião de Alcântara Machado.

Sua participação nos limites inter-estaduais com a Bahia foi brilhante e decisiva ao lado de Ceciliano Abel de Almeida, merecendo do Governador da Bahia, Goes Calmon, esse elogio:

“Espíritos cultos e de uma elegância de trato encantadora, os distintos emissários do Governo do Espírito Santo nos trabalhos que precederam ao estabelecimento definitivo das bases do convênio feliz”.

Do Presidente Florentino Avidos, ainda sobre a questão de limites com a Bahia, recebeu o seguinte agradecimento:

“Cumpro, prazerosamente, o dever de vos agradecer os valiosos serviços prestados ao Espírito Santo e particularmente ao meu Governo, pelo desempenho inteligente, hábil e elevado que destes à missão de meu delegado junto ao Governo daquele Estado vizinho e amigo para uma solução de velha pendência de limites, felizmente encontrada do modo mais honroso e satisfatório para ambos os povos interessados”.

Como escritor Carlos Xavier deixou imensa obra científica, jurídica e literária.

“O Crime, o Criminoso e a Pena”, 2 volumes adotado como obra didática por todas as Faculdades de Direito do Brasil.

“Indeliqüentes”, “Concurso em Matéria Penal”, “Estatutos Penais” e “Crime contra o Patrimônio”, foram sua contribuição valiosa e indiscutível, como Criminalista.

Foi Presidente da Sociedade de Escritores Brasileiros.

O total de seus livros publicados é de 59 obras, entre elas, “Os Primitivos Colonizadores Nordestinos”, oferecido à Academia Brasileira de Letras.

Em “Fronteiras da Ética” Carlos Xavier é o pensador profundo, analista cuidadoso de todo um mundo de filósofos,

sabendo unificar seu pensamento num labirinto de concepções.

Carlos Xavier, o orador, foi extraordinário. Falava de improviso, com segurança e notável facilidade. Voz penetrante, memória prodigiosa, raciocínio rápido e sobretudo clareza em defender uma idéia ou exaltar um momento. Era ágil em decidir o que ia dizer, e a convicção com que falava era contagiante, deixando sempre a certeza da sinceridade de seus pronunciamentos.

Tinha o dom de convencer e entusiasmar, alcançando o aplauso dos ouvintes.

Tive a ventura de conviver com Carlos Xavier. Era repetidor das aulas de seus filhos. Frequentava sua casa diariamente.

O retrato que Messias Chaves traçou daquele grande homem foi justo, breve e fiel:

“Se não tivesse vencido pelo talento o teria feito pela expressiva bondade”.

Simples, muito humano como se pode comprovar no Direito Trabalhista e Direito Social, sendo patrono da cadeira nº 14 da Academia Nacional do Direito do Trabalho, Carlos Xavier foi permanentemente ativo e prestimoso ao extremo.

Recebia visitas desde as primeiras horas do dia. Tinha tempo para tudo.

Em sua casa nasceu a Faculdade de Direito do Espírito Santo. Desde 1913 alimentava a idéia de ver fundada no Espírito Santo uma Faculdade de Direito.

Em 1930 um grupo de estudantes liderados por Heráclito Amâncio Pereira foi ouvir sua opinião para criação do curso de repetição de aulas para estudantes do Rio de Janeiro que não frequentavam lá a Faculdade.

Carlos Xavier foi além e se demonstrou a favor da criação de uma Faculdade de Direito aqui em Vitória e não de um mero curso de aulas práticas.

As conversas, os planos e as decisões eram realizados na casa de Carlos Xavier.

Foi constituída uma comissão organizadora: Carlos Xavier, Presidente; Walter Siqueira, Vice-Presidente; Bataíha Ribeiro, Oscar Faria Santos e como Secretário, Heráclito Amâncio Pereira.

Em 4 de outubro de 1930 foi fundada a Faculdade de Direito do Espírito Santo, sob regime de ensino livre.

Mais tarde, quando o Capitão João Punaro Bley já era

o Interventor no Espírito Santo, foi-lhe comunicada a iniciativa que mereceu todo seu apoio.

Otimista, vibrante e incansável, Carlos Xavier semeou no Espírito Santo muitas idéias que se tornaram realidade até nossos dias.

Sabia estimular e projetar os outros. Ajudou e deu chance a muitos.

Nada fazia sozinho e os que com ele trabalhavam tinham a oportunidade de aparecer.

* * *

A Academia Espírito Santense de Letras na qual era ocupante da cadeira nº 1 e o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo do qual foi um dos fundadores em 12 de julho de 1916, com Archimimo Mattos e Francisco Athayde, realizam hoje uma sessão conjunta para prestar a este grande brasileiro e capixaba de coração uma merecida homenagem pela passagem do 1º Centenário de seu nascimento.

Muito bem disse o ilustre ex-Governador Carlos Lindenberg:

"Dr. Carlos Xavier fez muito pelo Espírito Santo com seu espírito de iniciativa, invulgar capacidade de trabalho, saber e cultura jurídica, merecendo com justiça todas as homenagens que já lhe foram prestadas e as que ainda vai receber".

A Academia Espírito Santense de Letras muito lhe deve como seu representante na Federação das Academias de Letras do Brasil.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, agradecendo os móveis de escritório que a viúva d. Edith Wanderley Paes Barreto ofereceu, inaugura, nesta hora, a Sala Carlos Xavier Paes Barreto e mandará cunhar uma medalha alusiva ao 1º Centenário de seu nascimento.

NOSSO AGRADECIMENTO

Palavras do Dr. Clovis Paes Barreto na sessão de homenagem ao Centenário de seu genitor Des. Carlos Xavier Paes Barreto.

1. Não me é dado descrever a grande emoção que sinto neste instante ao participar da homenagem conjunta que a ACADEMIA ESPIRITOSSANTENSE DE LETRAS e o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO prestam a CARLOS XAVIER P. BARRETO, pelo transcurso do centenário de seu nascimento. Relevai-me, pois, Senhores, o embaraço. Ele é o reflexo do estado emocional que tange os filamentos de minha alma neste momento tão marcante e de grande sensibilidade como o que se apresenta vindo ser apreciada a vida de meu saudoso e inesquecível genitor.

Por isso é que, ao penetrar neste salão, parece que estou a vislumbrar a minha figura paterna, vendo-a ora sentada numa das cadeiras acadêmicas, ora na curul presidencial do INSTITUTO, como a relembrar a todos, que ele foi o Titular da Cadeira n. 1 da "Casa de Saul de Navarro" e que presidiu a "Casa do Espírito Santo".

2. Já disseram que a "VIDA DOS MORTOS CONSISTE NA MEMÓRIA DOS VIVOS".

Efetivamente, meus Senhores, o ser humano não se finda de vez enquanto existir alguém de sua época que, tendo com ele privado, venha dizer coisas suas, afirmar suas qualidades, esclarecer suas atitudes, decantar suas virtudes, lembrar suas expressões fisionômicas ou simplesmente informar seus movimentos vitais. Após seu desaparecimento terreno, dele não se dá a morte-total, senão no dia em que desapareça também o último de seus semelhantes, que refletiu sua imagem nos variados momentos da revelação de seu mundo. Ai, então, os pormenores das recordações que se erguem, caminham e se cruzam, numa multiplicação de imagens, fazem com que haja uma simultânea, complexa e numerosa magia de sua presença invisível aos olhos de alguns, mas que se apresenta de forte clarividência no âmago de

nosso ser. E, se o que deixou esta terra foi um dos que não se limitou a passar “pela vida em branca nuvem”, mas, ao contrário, foi um daqueles que viveu intensamente seus 87 anos, dedicando-os à família, à sociedade, à cultura e, acima de tudo, à bondade, aí, então, a imagem que deixou, reflete-se exuberante na memória de seus pos-contemporâneos.

Assim não fosse e não estaríamos, por todo o 2º semestre deste 1981, a recordar o homenageado de hoje, em várias partes do país, galanteando-lhe preto de sentimento de nossa saudade e tributo sincero de nosso respeito. É por isso que na tela de nossa mente continua ele vivendo e, no íntimo de nosso órgão emotivo, robustece sua figuração em suave, doce e admirável recordação.

É a denominada “CONTINUIDADE DO PASSADO NO FUTURO”.

3. Perdoem-me os presentes por esta digressão e permitam que eu expresse o fundamental de minha presença neste auditório, que é dizer da gratidão de minha família pelas homenagens que lhe estão sendo prestadas.

Efetivamente, meus senhores, meu genitor desde 18 de Agosto passado tem sido alvo de atos evocativos de sua personalidade em 11 locais diferentes, inclusive a de ontem no Palácio Domingos Martins, quando, conjuntamente os Poderes Legislativo e Judiciário, presente o representante do Executivo, prestaram-lhe o reconhecimento do Estado pelos seus relevantes serviços, pelas palavras dos Presidentes da Câmara e do Tribunal, de 2 Deputados líderes do PDS e PMDB e do Desembargador Crystallino de Abreu Castro. Realmente, tal festa muito nos comoveu.

E, para culminar, esta solenidade, sob os auspícios de duas associações culturais as quais o venerado de hoje dedicava grande afeição e maior culto acadêmico. Realmente, esta manifestação toca nossa sensibilidade porque brotada no seio de entidades a que ele pertenceu com muita dedicação e fidelidade: o “INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO”, de que foi sócio-fundador, orador oficial, orador honorário, presidente e presidente honorário e a “ACADEMIA ESPÍRITOSSANTENSE DE LETRAS” de que foi Titular da Cadeira n. 1, hoje ocupada pelo

la palestra que pronunciou, justificando sua fama de orador que sabe prender uma plateia. Com riqueza de fraseado, com imagens vivas e sempre novas de sua privilegiada inteligência, agradou a todos. Jurista laureado pela Faculdade Nacional de Direito, forjado no exercício nobilitante do magistério ginasial do Estado e superior federal, ora aposentado dos 2 cargos (de professor catedrático da Escola Normal Pedro II e Titular da Universidade Federal do Espírito Santo) S. Exa. foi Secretário de Educação e Cultura, Diretor da Faculdade de Filosofia, Diretor do Colégio Americano de Vitória, Presidente da Assembléia Legislativa estadual e membro proeminente dos Conselhos Penitenciário, de Moral e Civismo e Estadual de Educação. No campo lítero-social ALBERTO STANGE Jr., além de ser titular destas 2 casas de cultura, faz parte ainda da Associação Espiritossantense de Imprensa, da Associação dos Juristas do Espírito Santo, do Rotary Clube de Vitória e da Maçonaria capixaba. O Comendador da Ordem meritória Jerônimo Monteiro e Venerável de Honra da Maçonaria é o consagrado autor de "Ciclo Cósmico", "Montanhas de Vitória", "Um Sonho", "Bernardo Horta" e "Pesquisas Antropológicas". Como se vê, ALBERTO STANGE JR., além de educador emérito, é uma das mais lúcidas inteligências entre os que militam no campo sócio-cultural desta capital, ou como dele disse meu saudoso pai: "... talento polimorfo e superiormente culto, espírito arejado caráter formado e retemperado na forja dos bons princípios" Desnecessita, pois, maiores encômios, dada sua exuberante personalidade. Dou-lhe, pois, o meu abraço fraterno, reconhecendo-o como meu irmão pelos laços da afetividade.

7. Ao terminar, quero apresentar também minha gratidão aos que se fizeram presentes a esta festa, bem como aos que, por qualquer meio de expressão do pensamento, se fizeram ouvir nesta oportunidade.

Muito obrigado, mesmo!

eminente poeta capixaba Des. CARLOS TEIXEIRA DE CAMPOS. Apesar de pertencer a diversas instituições de cultura o "INSTITUTO" era a entidade do Estado que ele mais amou e pela qual mais se interessou. Na narração da vida deste sodalício o seu nome é inapagável e há de aparecer sempre num halo de respeito e de admiração, não só pelo seu devotamento aos assuntos internos da organização, como porque a História e a Geografia do Estado foram estudadas por ele com carinho especial, em mais de uma dezena de livros publicados. Já a "ACADEMIA", que ele ingressou em 1937, em cadeira que teve como patrono o Padre Marcelino Duarte, não pode dedicar muita atividade em Vitória, eis que, no ano seguinte, já residia no Rio de Janeiro e era o Delegado acadêmico na F.A.L.B. Mas, a sua camaradagem com as letras desta terra era constante, tendo publicado os elogios de todos os patronos, de Marcelino Duarte a José de Anchieta. ELPÍDIO PIMENTEL, um dos fundadores desta Academia, no necrológio que fez à beira de seu túmulo, dissera que ele "amanhecerá um dia pensando alto às margens do rio Beberibe, passou a vida em erudição e intelectualidade ao sopé do Convento da Penha e adormeceu para sempre, após grandiosa obra literária, sob a proteção do Corcovado". EURÍPEDES QUEIROZ DO VALLE considerava-o "o mais fecundo escritor espiritossantense de todos os tempos".

5 Agradeço, Senhores, em meu nome e de meus familiares, a estas 2 Casas de Cultura, especialmente aos respectivos presidentes ALBERTO STANGE JR. E NELSON ABEL DE ALMEIDA, ambos meus professores no Colégio Americano, de que o primeiro era o Diretor, duas personalidades marcantes na vida educacional e literária capixaba. NELSON ABEL DE ALMEIDA, advogado conceituado em Vitória, professor secundário e universitário, filho do grande Engenheiro Ceciliano de Almeida e compadre de meu pai, é membro de ambas as instituições e é o condutor dos homens de saber da terra de Domingos Martins, eis que preside há bastante tempo a "ACADEMIA" e o faz com erudição, eficiência e conceito, demonstrando, à saciedade, o seu grande valor intelectual e administrativo e o acatamento constante de seus confrades. Não há quem não o conheça nestas plagas.

6. Ao ilustre conferencista ALBERTO STANGE JR. cabe especial reconhecimento dos PAES BARRETO pela be-

E ELES ERAM ASSIM... (1981)

Nelson Abel de Almeida

Uma vez mais, e esta não será a última, está o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo reunido.

E como sempre tem acontecido, dentro do possível, o passado do Espírito Santo é lembrado, é cultuado a fim de que as gerações atuais fiquem conscientizadas de que sobram razões ao insígne Professor Fernando Magalhães quando, na sua sempre oportuna "CARTILHA DA PROBI-DADE", sentenciou — "Os vivos são, cada vez mais, governados pelos mortos".

O que vim eu fazer aqui, nesta hora e neste sábado — 29 de agosto de 1981?

— Nada mais, nada menos, que falar, para os ilustres consócios, ora presentes, sobre alguns dos confrades que conviveram conosco, que prestaram relevantes serviços ao Brasil e ao Espírito Santo e que, afinal, cumpridas as suas missões, partiram ao encontro do Criador nos deixando, a todos, envolvidos na saudade.

No dia 12 de junho do corrente ano de 1981, na sessão solene em homenagem a Domingos José Martins, recordei, ainda que palidamente, os vultos de Américo Poly Monjardim, Américo Ribeiro Coelho, Aristóbulo Barbosa Leão, Carlos Nicoletti Madeira, Darcy Moraes de Matos, Euripedes Queiroz do Valle, Francisco Generoso da Fonseca e João Milton Varejão.

Agora, nesta sessão, volta-se o meu espírito, enternecidamente, para outros vultos que, em tempos passados, foram partes integrantes deste Sodalício, comungando dos mesmos ideais que ainda alimentamos.

Corria o ano de 1968; estava-se no mês de março, quando no dia 28, às 19.20 horas falecia, nesta cidade, em sua residência, na rua Coronel Monjardim nº 147, o médico Afonso Schwab, filho do casal Francisco Carlos Schwab Filho (ela Alzira Jacome da Penha Schwab), nascido que fora no dia 11 de maio de 1901.

Para o Curso Primário foram seus pais matriculá-lo no tradicional e sempre lembrado Liceu Filomático, dirigido pela conhecida Professora Ernestina Pessoa, a D. Nenen como

era tratada pelos seus alunos meninos e pelas pessoas de sua intimidade, nesta cidade de Vitória.

Ficava o Liceu Filomático localizado na atual rua Caramurú, nos velhos tempos chamada, pelos habitantes da antiga Vitória, de rua do Fogo.

Estava o Colégio situado do lado direito de quem sobe a referida rua, sendo a segunda ou terceira casa desse referido lado direito.

A seguir, adquiridas as primeiras letras e, devidamente, alfabetizado, passou Afonso Schwab a frequentar o "Colégio Paroquial", então dirigido pelo Padre Luiz Parenzi.

Por volta de 1913, em Niterói, contando eu oito anos de idade, fui encontrar no Colégio São Carlos, do qual fui aluno interno, o já adolescente Afonso Schwab e que, do mesmo Colégio também foi aluno, em regime de internato; era o Colégio São Carlos dirigido, e de propriedade de um velho, e experiente educador — o Professor Charles Charnaux.

Regressando a Vitória passou a frequentar o Ginásio S. Vicente de Paulo e, afinal, concluiu o curso ginásial no tradicional, venerando e jamais esquecido Ginásio Espírito Santense, cujo corpo docente, ao tempo, era constituído pelos mais destacados Professores, todos catedráticos, cumprindo salientar, para conhecimento de muitos, aqui presentes, os nomes de Adolfo Fernandes de Oliveira, Carlos Mendes, Ceciliano Abel de Almeida, Padre Elias Thomazi, Jonas Meira Bezerra Montenegro, Heráclito Amâncio Pereira, Hércules Pena e quantos outros.

Para a obtenção de seus estudos superiores o ilustre médico Afonso Schwab fez, de início, o Curso de Farmácia em Juiz de Fora. E concluído este referido Curso de Farmácia, como o permitia a legislação da época, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a tradicional Escola da Praia Vermelha, colando grau de Doutor em Medicina depois de ter defendido a necessária tese, subordinada ao título "COMPRESSÕES MEDULARES", assunto relacionado com a Cadeira de Clínica Neurológica.

Referida tese foi aprovada com distinção, tendo o diploma de Doutor em Medicina lhe sido outorgado no dia 31 de março de 1924, sendo expedido no dia 2 de abril do mesmo ano, levando a assinatura do eminente Médico Professor Aloysio de Castro, então Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Afonso Schwab foi, em realidade, um profissional liberal. Jamais teve emprego, pois vivia, e viveu sempre, do auferido em seu Consultório.

No Rio de Janeiro, quando acadêmico, foi interno de uma das Enfermarias do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, cargo conseguido por concurso, indo servir, no citado Hospital, sob a orientação do Professor Antonio Austregesilo.

Ao longo de sua vida, vivendo a sua profissão, deixou publicados, sobre assuntos médicos, alguns trabalhos e os subordinou aos títulos que seguem — “DOENÇA DE HEINE MEDIM”; “SINDROME DE LANDRY”; “SINDROME CEFALOPLÉGICA” de Fernando Figueira, suas relações, profilaxia e tratamento, isto nos idos de 1937; outras publicações se seguiram, que também vão citadas — BRUCELOSE; RAÇÃO ALIMENTAR — Novembro, 1942; TRATAMENTO DA BURSITE SUB ACROMIAC AGUDA — “Revista Brasileira de Medicina, Volume IX — de janeiro de 1942, nº 1.

Nos Boletins da Associação Médica do Espírito Santo estão transcritas as orações que proferiu em homenagem a colegas seus, podendo ser citadas:— Ano IV — nº 29 — maio 1962 — Saudação ao Dr. José Pascual; Ano IV — nº 72 — março 1962 — Saudação ao Dr. Jesse Teixeira; Ano IV — nº 80 — outubro 1962 — Saudação ao Dr. Américo Monjardim.

Após o seu falecimento, no ano de 1979 foi publicado o Volume II, Coleção “Mario Aristides Freire”, livro que se intitula “A IRMANDADE E A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO ESPÍRITO SANTO” — “Memória organizada no ano de 1945, quando das comemorações do IV Centenário da Irmandade da Misericórdia de Vitória, sendo seu Provedor o Irmão Pietrângelo De Biase”, tendo sido a publicação de referido livro, que é de autoria de Afonso Schwab e Mário Aristides Freire, ilustres consócios nossos, promovida pelo ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL em 1979.

Além do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo era o saudoso confrade, também membro da Associação Médica do Espírito Santo.

Eram diversões suas:— a arte fotográfica, a leitura, as caçadas e pescarias, os banhos de mar, os passeios para contemplar a natureza.

Após cinco anos de prolongada moléstia, aos 28 de março de 1968, vai dormir o sono final deixando, desoladas, suas queridas esposa e filha Zélia de Novaes Schwab e Maria do Carmo Novaes Schwab respectivamente e, lamentando a sua falta, ficaram os seus amigos, clientes e admiradores.

É que ele, fiel aos ensinamentos recebidos, fizera da Medicina um sacerdócio.

E, para confirmar o que fora e o que fizera este nosso

ilustre consócio Afonso Schwab nesta cidade de Vitória, nos quarenta anos em que exerceu a profissão que abraçara por vocação e, não por “mercado de trabalho”, vieram as manifestações, à sua memória, a seguir enumeradas.

O “Jornal da Associação Espírito Santense de Imprensa”, nº 30 — Março-Abril de 1968, em sua sétima página, estampa a sua fotografia e detalhada notícia sobre o infausto acontecimento.

Já o Dr. José Moysés, ao tempo Presidente da Associação Médica do Espírito Santo (AMES), publica em o Jornal da Associação Médica Brasileira, de 6.5.1968, sob o título “Afonso Schwab, símbolo de uma geração”, artigo em que faz o elogio do colega desaparecido, concluindo-o com o informe — “A Associação Médica do Espírito Santo tomou a iniciativa de perpetuá-lo na perenidade do bronze, colocando o seu busto em uma praça pública de Vitória, símbolo de uma época, exemplo às gerações futuras”.

Hoje, quem for ou passar pela Praça Josefa Hosanah, ali nas proximidades do antigo Colégio do Carmo, encontrará com o busto de Afonso Schwab inaugurado pela Associação Médica do Espírito Santo em 15 de agosto de 1968, busto esse esculpido pelo notável escultor Mauricio Salgueiro.

Naquele dia se manifestaram, em sentidos discursos, depois reunidos em delicado opúsculo:— Dr. Arthur Meirelles, pela Classe Médica do E. Santo; Dr. Setembrino Pellissari, ao tempo Prefeito Municipal desta cidade de Vitória, em nome do Município; o Engenheiro Asdrubal Soares em nome dos amigos do homenageado; Dr. Darcy Monteiro pela Turma de 1923, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Também o Boletim Semanal do Rotary Clube de Vitória, de 5 de abril de 1968, presta, em sua quinta página, a homenagem dos rotarianos ao ilustre morto.

Ainda, em 30 de março de 1968, A Gazeta, em artigo da lavra de Edgar Castro, A Tribuna, em Notícia, bem como a secção **Informa e Comenta** do mesmo jornal e de responsabilidade do jornalista Djalma Juarez Magalhães e O Diário, em nota da autoria de Plínio Marchini registram o ocorrido. o mesmo acontecendo em 2 de abril de 1968, sob o título SCHWAB recebe homenagem na secção “O Diário” Noticiário.

Manifestam, ainda, lamentando o fato:— Ciro Vieira da Cunha, em “A GAZETA” (16.4.1968); Washington Muqui Banhos (“A GAZETA” — 17.4.68); Mauro Law Pereira (“A GAZETA” — 22.4.1968); Desembargador Vicente de Vasconcellos (“A GAZETA” — 3.4.1968).

No Senado Federal, o Senador Dirceu Cardoso comu-

nica a inauguração do busto de Afonso Schwab, como se verifica do "Diário do Congresso Nacional", de 16.8.1968, às págs. 5221; no Rio de Janeiro "O JORNAL", de 14.9.1968, estampa o artigo "Gratidão de um Povo", do jornalista Theomar Jones.

E é bem possível que, muitos aqui presentes ou mesmo os habitantes desta querida cidade, não tenham conhecimento da Lei Estadual nº 3.106, de 1º de dezembro de 1976, a seguir transcrita:

"LEI Nº 3.106 — O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo: Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º — Fica criada a Ordem do Mérito Médico Capixaba "Dr. Afonso Schwab" como homenagem a ser conferida pela Assembléia Legislativa, no dia 18 de outubro de cada ano ao médico que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Espírito Santo ou ao Brasil, ou que tenha alcançado projeção nacional ou internacional no campo da medicina.

Art. 2º — A indicação da personalidade a ser distinguida com a Ordem do Mérito Médico Capixaba "Dr. Afonso Schwab" caberá a Associação Médica do Estado do Espírito Santo.

Art. 3º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Domingos Martins, em 1º de dezembro de 1976

JOSÉ LUIZ CLAUDIO CORRÊA
Presidente da Assembléia Legislativa

Publique-se.

Vitória, 10 de janeiro de 1977.

DERCÍLIO GOMES DE ALBUQUERQUE
Secretário de Estado da Justiça

Selada e publicada nesta Secretaria de Estado da Justiça do Estado do Espírito Santo em 10 de janeiro de 1977.

Maria Elisabeth Conte de Souza
Chefe da Secção de Documentação e Comunicação
da Secretaria de Estado da Justiça

DIÁRIO OFICIAL de 10 de janeiro de 1977 — Quarta-Feira — 3ª página.

Sobre ele, Afonso Schwab, assim se pronunciou a sua filha Maria do Carmo Novaes Schwab, hoje Engenheira Arquiteta e, em outros tempos, minha mui querida aluna, no tão querido, de todos nós desta cidade, Colégio do Carmo.

Que fale a filha, com o coração pleno de saudades:

“MEU — DR. AFONSO SCHWAB

Exemplo de dignidade e probidade.

Médico por excelência, estudioso, dedicado à profissão. Humano, viveu sua vida doando-se ao próximo. Médico de família. Tratou do corpo e da alma. Atendia a todos os chamados de ricos e pobres, sem distinção, durante o dia e durante a noite (por isso, frequentemente indormidas). Austero, trabalhador, exigiu muito de todos, mas principalmente, de si mesmo.

Inteligente, atualizado, conhecia profundamente a alma humana, o mundo em que viveu. Desprovido de vaidade e ambições, abria sempre mão de suas oportunidades para os outros.

Simples. Acanhava-se com as distinções, com elogios.

Agradecido, era sensível às atenções.

O maior amigo de todos os seus amigos.

Sincero, leal, correto.

Não admitia a mentira.

Respeitador, exigia que fosse respeitado.

O dono da sala. O centro de todas as atenções, nas reuniões em que comparecia.

Era um erudito.

Entendia de tudo um pouco. Tinha conversa para todos e para qualquer idade.

Entendia até de culinária, que tinha como “hobby”.

Quando pescava gostava de preparar o peixe que trazia para casa.

Caçava uma vez por ano, quando dizia que tirava férias. Entretanto, passava todo o tempo consultando os pobres da redondeza e distribuindo medicamentos.

Na região de Mucuri, onde ia com os amigos.

Era charmoso, alegre, sabia se igualar ao mais humilde e ao mais renomado de sua época.

Organizado, metódico, dividia o seu tempo com o trabalho, o estudo, o repouso e o lazer.

Sua competência, seu caráter, e, principalmente, sua bondade são reconhecidos até hoje.

Viveu para o trabalho e para a família. Foi, sem dúvida, o meu maior amigo. Pai amoroso, dedicado.

Não me lembro de ter lhe pedido alguma coisa. Ele

vivia a minha vida e sonhava os meus sonhos, antecipava os meus desejos.

Dele recebi não só carinhos, mas lições, conselhos sábios, exemplos que me têm servido como lição de vida”.

Aí o retrato fiel de Afonso Schwab, preparado por Maria do Carmo Novaes Schwab, sua filha querida a quem estou surpreendendo ao revelar para os eminentes membros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo esta belíssima página de amor filial.

Corria o ano de 1918, quando chegou à Vitória, um jovem Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, curso concluído em 11 de dezembro de 1911 na Faculdade de Direito do Recife, Pernambuco.

Este jovem, nascido no município de Palmares, iniciou, e concluiu o seu curso primário na cidade sede do município de nascimento, ou seja na cidade de Palmares já referida.

O curso secundário, ou o Curso Ginásial, como se usava dizer ao tempo, foi feito na tradicional cidade de Olinda.

Ainda, bacharelando em Direito já exercia, o jovem estudante, o cargo de 1º Promotor Público da cidade do Recife para o qual fora nomeado em 16 de novembro de 1911.

Concluído o Curso de Direito, em seu Estado Natal, transferiu-se em 1914 para a capital da República onde, no Externato Maurel, foi lecionar História do Brasil e História Universal.

Em 1918 chega, como já se referiu no início, ao Espírito Santo e estabelece a sua banca de Advogado, tendo se exercitado na advocacia por pouco tempo, eis que ingressou no Ministério Público como Promotor Público da Comarca de Santa Leopoldina vindo, logo a seguir, para esta cidade de Vitória onde, convidado pelo Prefeito Municipal passou a desempenhar as funções de Procurador dos Feitos da Fazenda Municipal.

Já em 1919, em decorrência de sua aprovação em concurso, é nomeado pelo Decreto 3.525, de 15 de março desse ano, Juiz de Direito da Comarca de Alegre.

Por merecimento, foi removido para a Comarca de Cachoeiro de Itapemirim e daí para a de Vitória, onde permaneceu até março de 1926, quando foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

Em 1930 os eminentes Desembargadores, que compunham o Egrégio Tribunal de Justiça, o elegem Presidente do mesmo Tribunal. Estava ele, nessa época, com quarenta anos

de idade e já tinha chegado à função mais elevada da Magistratura do Estado — Chefe do Poder Judiciário.

Não correu, em brancas nuvens, a passagem deste magistrado, e nosso consócio, pela Presidência do Tribunal de Justiça, pois providenciou ele acomodações condignas tanto para os Desembargadores, como para os Juizes de Primeira Instância, tendo também criado o Diário da Justiça, publicado como parte integrante do Diário Oficial do Estado.

Quando Promotor Público de Santa Leopoldina, este nosso ilustre confrade promoveu a criação da Caixa Escolar, naquela cidade, para assistência aos alunos carentes.

Em sua mocidade dedicou-se ao jornalismo, colaborando em órgãos de Recife quando defendeu a reforma dos Ensinos Primário, Secundário e Superior, além de propugnar em favor das nossas reservas florestais e da urbanização das cidades, com a consequente instalação de parques agrícolas nos diversos Municípios.

Pertenceu à Academia Espírito Santense de Letras, integrando-a desde os seus primeiros dias, quando ocupou a Cadeira Catorze tendo escolhido, para patrono da mesma, a Domingos José Martins também patrono deste Sodalício.

Era ainda membro da Associação de Juristas do Espírito Santo, deste Instituto, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (fundador) e da Associação Espírito Santense de Imprensa.

Falava, corretamente, a língua francesa e tinha conhecimentos especializados de Antropologia.

Em 1922, na Presidência Nestor Gomes, foi nomeado para representar o Espírito Santo no Congresso Internacional de História da América.

Era Professor Catedrático de Direito Judiciário Civil, da Faculdade de Direito do Espírito Santo que, nos dias atuais, integra a Universidade Federal do Espírito Santo.

Também era dedicado ao estudo do Direito Constitucional, tendo participado de duas Comissões que tiveram a função de apresentar anteprojetos de Constituição do Estado, sendo a primeira participação em 1935, nomeado pelo Interventor Federal Capitão João Punaro Bley e, mais tarde em 1946, quando foi indicado pela Congregação da Faculdade de Direito do Espírito Santo.

Deixou publicados — “Saudação a Dom Benedito” (3º Bispo do Espírito Santo), oração em nome do povo espírito-santense quando da posse do eminente sacerdote na Diocese do Espírito Santo — 1918; “Concurso para Juiz de Direito” — Vitória, 1919; “Conferências” — 1919; “A Carta Consti-

tucional de 1824 e as Idéias nela Dominantes" — Vitória — 1924; "As Constituições Estaduais Seleccionadas Num Projeto" — Rio — 1928; "Correição nos Distritos" — Cachoeiro de Itapemirim — 1928.

Gostava de praticar a natação e tinha, como diversão preferida, a Música, especialmente Piano e era apreciador do Compositor Chopin.

Em 1948, em janeiro, aposentou-se passando a residir no Rio de Janeiro, dedicando-se à advocacia.

Representava a Academia Espírito Santense de Letras como seu Delegado, na Federação das Academias de Letras do Brasil, que lhe outorgou o título de Membro Vitalício pelos bons serviços prestados no exercício da Delegação.

Era, este nosso ilustre consócio, casado com a Senhora Alice Monteiro Wanderley e deixou, de seu feliz consócio, os filhos — Gilson, Dinah, Elza, José Roberto, Heitor, Manoel Henriques.

No dia 1º de março de 1976 faleceu, na cidade do Rio de Janeiro, na rua Toneleros 146 — Apartamento 702, em Copacabana, este nosso eminente confrade que, em vida, foi o Desembargador José de Barros Wanderley, filho do casal Manoel Henriques Wanderley/Joanna Francilina de Barros Wanderley.

O ano de 1977 ainda não tinha chegado à sua metade e o mês de abril estava no seu penúltimo dia, ou seja tinha alcançado o dia 29 quando chegou a notícia de que, na cidade do Rio de Janeiro, na rua Joaquim Nabuco nº 50, no apartamento 501, em Copacabana, falecera o engenheiro Luiz Serafim Derenzi, vulto destacado da cultura capixaba, homem que bem servira ao Brasil e ao Espírito Santo, que lhes ficaram devendo preciosos serviços.

Filho de Serafim Derenzi e Amália Sgrignolli Derenzi, nascido nesta querida cidade de Vitória aos 20 de março de 1898.

Luiz Derenzi, ou Derenzi como era tratado pelos de sua intimidade e do seu tempo conheceu, em sua meninice, a Vitória dos bondes de burro, a Vitória do "Porto dos Padres", ali na vizinhança da Casa Dadalto; conheceu o mangue sobre o Parque Moscoso, mangue este que seu pai, o velho Serafim Derenzi, empreiteiro de nacionalidade italiana, possivelmente ajudou a aterrar atirando, sobre o mesmo, numerosas carroças de terra.

A esse tempo, na Presidência Jerônimo Monteiro, o menino Luiz, então com dez anos de idade, frequentava esco-

las da Vitória antiga até que, chegado o tempo próprio, foi levado para Nova Friburgo onde, no Colégio Anchieta, foi fazer o seu Curso Secundário.

Naturalmente, o menino e depois adolescente Luiz foi encontrar a sua vocação para a profissão que abraçou e ilustrou — a Engenharia Civil — nos trabalhos de empreiteiro e construtor desempenhados pelo seu progenitor.

E, assim, em 1922 está ele diplomado em Engenharia Civil, diploma conquistado na tradicional Escola Politécnica, sediada no Rio de Janeiro, no Largo de São Francisco de Paula.

Ainda não tinha concluído o Curso Superior e já era Professor de Matemática e Física no Curso Sinésio, em 1918, na Capital da República.

Diplomado, no Espírito Santo, exerce o magistério no Colégio Pedro Palácio, de Cachoeiro de Itapemirim em 1923; no Ginásio S. Vicente de Paulo nesta Capital, em 1929; no Liceu Muniz Freire, em Cachoeiro de Itapemirim em 1934 e, novamente, em Vitória, na Escola Normal Pedro II, de 1935 a 1937.

Antes de concluído o Curso de Engenharia já exercia atividades de Engenheiro, como Topógrafo da Comissão da Carta Geográfica do Estado do Rio de Janeiro (1919) e Astrônomo do levantamento da mesma Carta (1920/1921).

Após a conclusão do seu Curso de Engenharia foi:— Membro da Comissão Mista de Limites entre os Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

No Estado do Espírito Santo foi:— Diretor de Obras e Viação da Secretaria de Agricultura (1923); Diretor Gerente dos Serviços Reunidos de Cachoeiro de Itapemirim (Força, Água e Esgoto — 1924/1925); Diretor de Obras da Prefeitura Municipal de Vitória (1927/1930); Diretor de Obras e Chefe do Serviço Cadastral da Prefeitura de Vitória (1935/1938); Diretor de Engenharia da Prefeitura de Vitória (1939); Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo — 1951 a 1955, quando introduziu no Brasil o método de pavimentação — tratamento superficial sobre base estabilizada e foi, também Fiscal da Construção da Hidro-Elétrica Rio Bonito, hoje Excelsa S.A.

Ainda, servindo à Engenharia Brasileira, exerceu as funções de Engenheiro Chefe da Construção do Parque Nacional da Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná (1940-1944), quando construiu também o Aeroporto e o Hotel das Cataratas.

Engenheiro da Construtura SOCIMBRA, levou a efeito

a construção de quarenta quilômetros de Estrada de Ferro, onde estão pontes e túneis nos Estados de Santa Catarina (Crisciuma) e Paraná — Ramal de Monte Alegre (1944-47).

Perlustrou, também, Luiz Derenzi o comércio e a indústria sendo sócio das firmas Politti, Derenzi & Cia. (1925-1927); Escritório de Consultoria Técnica (Cachoeiro de Itapemirim — 1932-1935); Escritório de Consultoria Técnica — Belo Horizonte — 1939; Sócio Diretor da Construtora NOVIL Ltda. e Comércio e Construções Fredolaport Ltda., quando construiu cinquenta quilômetros de Estrada de Ferro, com dois túneis no Estado do Paraná (1947-1964); Sócio Diretor da INCOSPAL S.A., indústria de premoldado concreto, firma desta Capital — 1963-1971, hoje ainda em atividade sob a denominação INCOSPAL INDÚSTRIA DE CONCRETO S. PAULO S.A.

Não se esqueça, entretanto, que Luiz Derenzi foi um homem de privilegiada cultura, conferencista, jornalista, escritor, pensador de escól.

Deixou publicados trabalhos de vulto e merecimento. Ei-los:— “Os Melhoramentos Urgentes de Vitória — Estudos e Conferências no Rotary Club de Vitória — 1936/1937/1938”; “O Dia da Árvore”, também no Rotary Club de Vitória; “O Parque Nacional da Foz do Iguaçu” — Revista Florestal, nº 1, 1943; “DIA DA ÁRVORE”, discurso proferido na comemoração festiva realizada no Parque Nacional de Teresópolis, como convidado do Ministério da Agricultura — 1944; “Impressão sobre Arte” — Aula inaugural da Escola de Belas Artes — 1944; “Diversas publicações e artigos em A Gazeta”.

Ainda deixou publicados livros, como:— “Biografia de uma Ilha” que trata do desenvolvimento de Vitória; “História do Palácio Anchieta” — 1971, premiado em concurso promovido pelo Governo do Estado do Espírito Santo; “Os Italianos no Espírito Santo”, contribuição do nosso eminente confrade para marcar o centenário da imigração italiana para o Espírito Santo.

Deixou ainda “Jerônimo Monteiro” — Conferência proferida na Federação das Academias de Letras do Brasil em 27 de junho de 1970, in Revista das Academias de Letras, nº 77.

Era “Cidadão Terezensense”, “Sócio Fundador do Club Italo-Brasileiro do Espírito Santo”, “Comendador da Ordem da Solidariedade da República Italiana”, Comenda que lhe foi outorgada pelo Governo Italiano em 1970.

Sócio deste Instituto e membro da Academia Espírito

Santense de Letras, ocupando a Cadeira Onze que tem por Patrono Deocleciano Nunes de Oliveira, eleito que foi para suceder a Abner Mourão; era ainda Sócio Correspondente do Geographic Institute of the United States of America.

Luiz Derenzi, homem simples, afável, sereno, foi jovem até o dia em que fechou os olhos para a vida, vivendo-a sempre com otimismo, sempre preocupado com a leitura de biografias, de história, religião e em ouvir uma boa música, ao vivo ou em discos.

Viveu a vida que sempre desejou, considerando importantes todos os acontecimentos que presenciou, ainda que muitos o tenham decepcionado.

Hoje o relembramos com saudade; a esposa querida, Senhora Paulina Valéria Avancini Derenzi que ele considerou o seu "anjo tutelar de todos os dias" e os filhos Ione Derenzi Roxo, Luiz e Fabio Serafim Derenzi, ora residindo no Rio de Janeiro, lhes cultuam a memória, seguindo as lições de bondade e honradez que ele lhes incutiu nos seus corações.

"Elogios lidos na Sessão realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, no dia 29 de agosto de 1981, às dez horas, em sua sede, na Avenida República — Vitória.

E ELES ERAM ASSIM... (1982)

Nelson Abel de Almeida

Possivelmente no mundo dos dias atuais, quando os acontecimentos são os mais contraditórios, para muitas pessoas, uma sessão como esta que, ora se está realizando aqui, no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, é um ato inteiramente superado, um ato inútil e que não mais se admite e nem mais se compreende.

E é quase certo que muitos, que se julgam modernos e imbuídos de idéias novas, sorriam e, entre dentes, digam de si para si — Coitados dos sócios da Casa de Domingos Martins —, como são ingênuos, como são inocentes e como são teimosos, pois ainda insistem em manter algo já ultrapassado.

É natural que pensem assim, eis que no mundo de nossos dias, aqui no Brasil, não mais se está falando aos jovens dos vultos do passado e nem se está cuidando de lhes referir os fatos históricos, sobre os quais se alicerça a estrutura da nacionalidade.

E, entretanto, muito se fala em preservar a memória nacional, muito se bada sobre os monumentos históricos mas, em realidade, não se cuida de preservar nada, não se fala dos vultos da nossa História, não se quer ter o trabalho de, como em tempos idos, se comemorar o Doze de Junho de 1817 e, bem possível é que, muitos dos jovens de nossos dias, ao ouvirem falar em Domingos José Martins, indaguem qual o clube de futebol que ele defendeu e em que posição ele jogava?

Hoje, entretanto, nós outros aqui estamos reunidos para, como em outros anos, cuidar de preservar a História do Espírito Santo e, também recordar aqueles consócios que foram chamados pelo Senhor, após terem cumprido as suas missões, aqui na terra.

E partiram, e deixaram saudades.

O ano de 1981 abriu claros, bem sensíveis, no quadro social da Casa de Domingos Martins.

Assim é que, no dia 22 de novembro desse referido ano, em um domingo, quando estava na casa de uma família amiga, desfrutando momentos felizes, aquele Médico e Professor ilustre, bem conhecido nesta cidade, — Serynes Pe-

reira Franco —, aos setenta anos e oito meses de idade, pois nascera em 21 de março de 1911, nesta Capital, fechou os olhos para a vida.

Era ele filho do casal Sertório Miranda Franco/Inistela Pereira Franco e, pelo lado materno, era neto do Professor Amâncio Pereira, historiador emérito e autor de um livro precioso — *Homens e Cousas Espírito Santenses* — e, também autor de outros livros versando assuntos históricos, comédias infantís e etc.

Os Cursos Primário e Secundário este nosso ilustre consócio os completou aqui mesmo, nesta querida Vitória, devendo ser acentuado que o Curso Secundário foi feito pelo regime de Exames Parcelados no antigo e jamais esquecido Ginásio Espírito Santense.

O diploma de Médico ele o conquistou após brilhante curso, feito na antiga Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, situada na Praia Vermelha.

Aqui em Vitória, com dedicação e competência, exerceu ele as profissões que elegeu para delas viver — a Medicina e o Magistério — consagrando-se a ambas de corpo e alma.

Pertenceu ao Corpo Docente de vários estabelecimentos de ensino, neste Estado, dentre os quais se destacam — Faculdade de Direito do Espírito Santo, que depois veio a integrar a Universidade Federal do Espírito Santo; Faculdade de Direito de Colatina; Escola de Farmácia e Odontologia do Espírito Santo; Colégio Estadual do Espírito Santo; Colégio Americano de Vitória; Escola de Comércio de Vitória; Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Carmo); Escola de Polícia Científica da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo; Escola Preparatória de Oficiais da Polícia Militar do Espírito Santo; Escola Técnica de Assistência Social do Espírito Santo, além de outros.

Foi médico da Companhia Leopoldina Railway, da Assistência Pública de Vitória (hoje Pronto Socorro), do Instituto de Aposentadoria e Pensões de Transportes e Cargas, Médico Legista da Polícia Civil do Estado, da Caixa Beneficente Municipal de Vitória, Médico Psiquiatra da CABES, da Patronal do INPS, da Santa Casa do Estado da Guanabara, do Colégio Americano de Vitória, Médico Psiquiatra do Serviço de Psicotécnica da Companhia Viação Itapemirim.

Integrou o Conselho Penitenciário do Estado e, do mesmo, foi Presidente; foi Chefe da Diretoria de Saúde Pública, Deputado à Assembléia Legislativa Estadual e Prefeito Municipal de Vitória.

Também pertenceu às Sociedades de Medicina Legal e Criminologia do Brasil, dos Estados de S. Paulo e Minas Gerais.

Aqui, no Estado do Espírito Santo, era membro da Academia Espírito Santense de Letras, ocupando a Cadeira nº 30 que tem por Patrono Jonas Meira Bezerra Montenegro e da Academia de Letras "Humberto de Campos", de Vila Velha, e da Associação Espírito Santense de Imprensa.

Era, ainda, Acadêmico Correspondente da Academia Rio Grandense de Letras (Rio Grande do Sul), Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, do Instituto Genealógico do Brasil, da Sociedade Brasileira de Geografia e da Associação de Juristas do Espírito Santo.

Dedicado, inteiramente, ao estudo da Psiquiatria, da Neurologia e da Medicina Legal, integrava o eminente Serynes Pereira Franco a Academia Latino Americana de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal.

Sempre interessado pela Psicanálise publicava, constantemente, em A Gazeta, nesta cidade, artigos sobre referida ciência, dela tratando com desenvoltura e proficiência, sendo da mesma, no Brasil, mestre respeitado e conceituado.

Era, em suma um apaixonado da Psicanálise tanto que, em nossa Pátria, foi ele o único Professor e Cientista que se correspondeu com Freud, o grande Filósofo.

No Espírito Santo, introduziu ele o tema versando "Exercícios Práticos de Medicina Legal" e, no programa da matéria que lecionava, acima referida, incluiu o estudo do "Aspecto Médico Legal da Energia Atômica" e da "Andrologia Forense".

Criou, ainda, "termos, conceitos médicos legais, químicos e psiquiátricos", dentre os quais podem ser salientados — "BIOLOGIA FORENSE. ALIENOFRENIAS, DESAMONIZAÇÃO, UREICA, RESÍDUOS ATÔMICOS, SÉRIE POLIÁCIDICA, SILICOSA, REAÇÃO FÓRMICA, TRIAMINADA, METILAÇÃO DAS FÓRMULAS LACTONICAS DOS CLICIDES, HORMONOS, FILHOS ARTIFICIAIS, POLIPSOCOSSES, LIDIDOSSES, GINECOLOGIA E ANDROLOGIA FORENSE", termos esses que receberam o endosso do Ministério de Educação e Cultura do Direito da Criança no Brasil.

Deixou publicados inúmeras teses originais e, a título de curiosidade, a seguir algumas:— Desintegração da Alma em Face do Direito; A Alma da Lágrima; o Dente e o Direito; O Movimento das Montanhas; A Mulher na Filosofia; Psicomma, Psicodisplepsiae Sensidelicos; Neuroses Matrimoniais; Feticídio por Combustão; Interpretação Soviética do Crime.

No IV Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia que foi realizado em 1960 apresenta um trabalho que, intitulado — Aspecto Médico Legal da Hipnose —, mereceu do insigne Professor Flaminio Fávero, destacada crítica, salientando ser o tema “bastante oportuno e digno de ser lido e meditado”. E prossegue o eminente Mestre afirmando — “Pondo em realce vários matizes do emprego da hipnose na prática, visa a esclarecer os estudiosos do assunto, chamando a atenção para as vantagens e os perigos da preciosa técnica de sugestão”

E, ao concluir a sua apreciação ao trabalho do nosso ilustre consócio, afirmou Flaminio Fávero — “quero felicitar o ilustre autor pelo que fez e pela coragem de enfrentar tantas opiniões adversas à sua tese”.

Como Professor, Serynes Pereira Franco, sempre suscitou a admiração daqueles que lhes ouviam as aulas; nelas ele sempre colocou todo o seu coração, toda a sua alma, toda a sua dedicação; foi Professor por vocação, exercendo o magistério com amor; jamais guardou ódios ou perseguiu qualquer aluno.

Foi também um entusiasta da Imprensa, tendo dado a sua colaboração a jornais e revistas de nosso Estado, do Estado de S. Paulo (O Neuronio, Revista de Medicina Legal e Ciências Afins), Portugal (Arquivos de Antropologia Criminal), Argentina (Revista de Ciências Penais e Identificação), Peru (La Reforma Médica), Colombia (Revista de Instituto Médico Legal de Bogotá), Minas Gerais (Revista de Medicina Legal).

Foi Chefe de Família na ampla acepção da Palavra.

Na sua vida, entretanto, havia um “Maktub” dos árabes, havia um “Estava Escrito” que o haveria de atormentar e, possivelmente, concorrer para que a sua partida, para a viagem última, se antecipasse de alguns anos.

É que, quando residia ali na rua Presidente Pedreira, no Parque Moscoso, a sua dedicada Leonor, um dia, caminhou em busca do Senhor.

Contraiu novas nupcias, agora com a minha mui querida ex-aluna Maria Alice, reiniciando a vida para a qual nascera, de inteira e completa dedicação ao novo lar, ao lado de Maria Amâncio e Maria Emília, as duas flores que lhe deixara, para encanto e consolo, a sua querida Leonor.

Já das segundas nupcias lhe nasceram José Sertorio e Inesmara. A sua felicidade ficaria, assim, consolidada mas, um dia, que esta vida tem sempre um “mas” o seu boníssimo

coração iria ser martirizado, iria ser torturado, seria dilacerado por uma chaga que, certamente, jamais cicatrizara.

Essa chaga foi o lamentável acidente que vitimou a sua querida Inesmára, na rodovia que liga Manguinhos a Jacaraípe, balneários no vizinho município da Serra.

O desaparecimento dessa filha estremecida marcaria o início de sua caminhada para o fim, ocorrido em 22 de novembro de 1981, um domingo, domingo esse passado na residência do casal Camel/Marly Daher, dia esse que ele, em manifestação espontânea a todos os que estavam presentes àquela reunião íntima e amiga, considerou extremamente feliz, compensando, assim, os momentos e os instantes de sofrimento nos últimos tempos vividos.

E, como se tivesse um pressentimento de que o seu último dia estava se aproximando, deixou escritas recomendações para José Sertório, filho do segundo matrimônio, recomendações essas publicadas dez dias após a sua morte, em A Gazeta de 2 de dezembro de 1981, sob o título "A HERANÇA DE UM HOMEM DE BEM".

E inicia — "Serynes Pereira Franco e Maria Alice Coelho Franco — Para meu querido e amado filho José Sertório — Meu Filho: Seu pai foi sempre um homem pobre, mas honrado e respeitado por todos.

Algun dia morrerei, como é o destino de todos. É a "Lei da Evolução". Morrer para nascer em seguida e evoluir no caminho da Eternidade. Mas antes, desejo deixar para você conselhos, que aprendi com a experiência da vida, com a intuição espiritual e com a fé que jamais me abandonou. A riqueza da herança que lego a você, querido filho, constitui o conteúdo destes conselhos, a instrução e a educação que eu e sua mãe ofertamos a você, juntamente com o nosso carinho e com o nosso amor. Este é o perfume que me foi possível deixar, para alfazemar a sua vida. Leia, meu filho, com o mesmo ardor que dedicamos a você e com toda a atenção que você sempre nos dispensou. Algun dia, eu e sua mãe seremos apenas uma lembrança no seu espírito, uma sombra em seu coração. Lembrança e sombra que sempre quiseram bem a você e tudo fizeram pela sua felicidade".

E continua — "Não se afaste nunca de Deus. ELE é a fonte suprema, absoluta e eterna do Amor, da Bondade, da Sabedoria, do Poder da Justiça. E ELE disse: "Faz um pouquinho que eu te ajudarei".

Mais adiante acrescenta: "Perdoe aos que te ofendem, perseguem e odeiam. Ore por eles, mas tenha cautela com eles".

Quanto aos livros, acentua para o seu filho: "Os livros são os nossos sinceros amigos. Como eles, só os nossos pais e a nossa família".

E ainda, sabiamente, prossegue em seus conselhos: "Não fale mal de ninguém, não julgue os outros, não se preocupe com a vida do semelhante, salvo quando solicitarem um socorro ou uma caridade".

Lembra, ao filho, como deve escolher aquela que vai ser a companheira de todos os dias, de todas as horas: "Escolhe para companheira uma criatura que tenha mais dotes morais, espirituais, do que beleza física. Que tenha sido boa filha. Que tenha mais virtudes que defeitos. A ideal é a mulher pudica, honesta, leal, simples, solidária, boa e com fé, altruísta e que faça do lar o seu santuário".

E afirma: "No lar devem reinar Paz, Harmonia, Condição e Amor". Afinal, demonstrando o sentimento que dominou e orientou a sua vida, diz ao seu filho: "O homem só se comunica com Deus, quando tem merecimento e fé. "A fé remove montanhas", já dizia o Nazareno".

Privei da amizade de Serynes Pereira Franco; fui seu companheiro de magistério na Academia de Comércio de Vitória, ao tempo do Professor Alfredo Gonçalves Filgueiras, estabelecimento de ensino este localizado onde, em tempos idos funcionou o querido Ginásio Espírito Santense, depois Ginásio do Espírito Santo, ali no fim da Avenida Capichaba; também fui seu colega de magistério na Faculdade de Direito do Espírito Santo, no Colégio Americano de Vitória, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, o querido Colégio do Carmo que, inexplicavelmente, teve as suas portas cerradas.

Vi e senti a dedicação e o amor com que exercia Pereira Franco as profissões de Médico e Professor.

O ano de 1981 caminhava para o seu fim; os acontecimentos, diariamente, iam se sucedendo no mundo descontrolado de nossos dias.

Possivelmente, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, passado o impacto da perda sofrida, também caminhava para retomar as suas atividades.

E o mês de dezembro chegou, chegou despertando alegria nas crianças que já sonhavam com o Natal e com os presentes de Papai Noel e, também sonhando com o ano de 1982 que já vinha em viagem.

Já se estava vivendo o oitavo dia do mês de dezembro, o dia 8, dia Santo de Guarda para a Igreja Católica Apostólica Romana por ser o Dia da Imaculada Conceição,

enquanto que para o Poder Judiciário é o Dia da Justiça, e, para o mundo o Dia Nacional da Família.

E, nesse dia 8 de dezembro de 1981, foi a Casa de Domingos José Martins abalada, novamente, com mais uma perda, consequente do falecimento de Maria Stella de Novaes, professora e historiadora, permanentemente interessada pelos problemas da Educação e sempre vivendo, em todas as horas da sua vida, os fatos da História do Espírito Santo e bom é que se esclareça, vivendo e enaltecendo os fatos da História, mas da História do Espírito Santo, embora aqui ela não houvesse nascido, pois vira a luz do dia no Estado do Rio de Janeiro.

Filha do casal Manoel Leite de Novaes Melo/Maria Sousa de Novaes Melo nasceu a nossa querida consócia Maria Stella de Novaes no dia 18 de agosto de 1894, na cidade de Campos dos Goitacás, Rio de Janeiro.

O seu progenitor era natural do Estado de Alagoas e foi médico de conceito, enquanto que sua veneranda genitora nascera em Cachoeiro de Itapemirim, a Princesa do Sul.

Com pendores para a atividade política, o Dr. Manoel de Novaes Melo foi Deputado Provincial e Deputado Federal e, tendo o seu pai — João Machado de Novaes Melo sido agraciado, pelo Imperador Pedro II, com o título de Barão de Piaçabuçu, o que aconteceu em 1859 quando S. Majestade visitou a Cachoeira de Paulo Afonso tendo ficado, por alguns dias, hospedado na Fazenda de propriedade do mesmo Manoel de Novaes Melo, Fazenda esta situada em Pão de Açúcar no atual Estado de Alagoas.

Ao ensejo desta visita, além do título de Barão de Piaçabuçu, recebeu o agraciado, ainda, do Imperador uma baixela de ouro, formada de libras esterlinas.

Vê-se, assim, que, pelo lado paterno, a nossa eminente consócia era neta de um Barão do Império Brasileiro.

Quando ainda era menina vieram os seus pais para o Espírito Santo, fixando-se em Cachoeiro de Itapemirim.

Na Princesa do Sul, depois de ser alfabetizada no lar, vai completar o Curso Primário no Colégio Nossa Senhora da Penha, enquanto que o Curso Secundário — Normal foi feito, e completado, nesta cidade de Vitória, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora ou Colégio do Carmo.

Complementou os seus estudos em cursos especiais de línguas, aperfeiçoando-se em Francês, Inglês e Italiano.

Diplomada Professora Normalista, pelo já referido Colégio do Carmo, não se contenta apenas com o diploma recebido, eis que vai aperfeiçoar os seus conhecimentos em Filo-

sófia, Pedagogia, Psicologia, Desenho, Pintura, Artes Aplicadas, Trabalhos Manuais, Arte Culinária e etc. pois entendia que estas complementações eram necessárias para o melhor exercício do magistério.

Com tendências para a Música foi estudar Piano e Violino. Certo, entretanto, é que Maria Stella de Novaes nasceu já apaixonada pelas plantas, pelas flores raras, pela natureza e daí a sua especialização em História Natural, para o que fez, no Rio de Janeiro, sob a direção do Cientista Dr. Candido Melo Leitão, um Curso Especial de História Natural, aproveitando as férias escolares para frequentar e fazer as suas observações no Jardim Botânico e no Museu Nacional.

A sua caminhada, como Professora Primária, Professora de Desenho, de Álgebra e de História Natural, iniciou-se no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Carmo). Depois, na veneranda, querida e tradicional Escola Normal Pedro II, aqui mesmo em Vitória, iria lecionar Desenho e Caligrafia.

Em 1923, no tempo do Professor Catedrático, para o que se era obrigado a escrever uma tese, o que era feito sem "orientador", e depois defendê-la, publicamente, perante uma Comissão Examinadora, foi ela Professora Catedrática de Física, Química e História Natural da já referida Escola Normal Pedro II.

Em 1925 está Professora Catedrática de História Natural do Ginásio do Espírito Santo, depois de se ter submetido a Concurso Público.

A tese que defendeu, em 1923, para a Cátedra da Escola Normal Pedro II, estava submetida ao título — "UM TRAÇO DE UNIÃO ENTRE A FÍSICA E A QUÍMICA (ELETRICIDADE)", enquanto que, no Concurso para Professor Catedrático do Ginásio do Espírito Santo, em 1925, a Tese versou sobre a ENTOMOLOGIA ECONÔMICA.

Aposentada, depois de três décadas de bons serviços prestados ao Magistério, se dedica à uma série de pesquisas.

Assim, deixou minucioso estudo sobre as Orquídeas do Espírito Santo.

Com a ajuda de três mil crianças capixabas, tendo o apoio do Secretário de Educação e Cultura, que encaminhou o inquérito para as Escolas Primárias do Estado registrou — **125 Cantigas de Rodas e variantes; 160 BRINQUEDOS FALADOS, ENCENADOS E FATURADOS; ACALANTOS, SORTES BRINCAR**, trabalho este que foi ilustrado pelos informantes e colaboradores e está precedido de um estudo relacionado com os "Brinquedos e seu Valor Educativo" (este estudo permanece inédito).

Deixou, ainda, **“Os Moluscos nas suas Relações com a Geologia, a História e as Artes”**.

Também estudou o Folclore no Espírito Santo, em trabalhos intitulados **“Botânica e Folclore”, “Da Natureza ao Folclore no Espírito Santo”, “Folclore da Guerra Holandesa”, “O Fogo e a Pirotécnica no Folclore”**.

A ela coube divulgar a idéia do **“Dia do Capichaba”**, comemorando-se o mesmo, em todo o Estado, a 23 de Maio de cada ano.

Sempre interessada na História do nosso Estado, sob as suas mais variadas modalidades, foi levada a estudar a Colonização Italiana no Espírito Santo, fato esse que determinou a edição de mais um livro seu — **“OS ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES NO ESPÍRITO SANTO”** e, em A Gazeta de 19 de abril de 1981, o jornalista Julio Fabris publica ampla reportagem, abordando a vida da nossa eminente consócia como historiadora.

Nessa reportagem, indagando o jornalista **“quais seriam os documentos mais importantes que ela guarda no arquivo”**, recebeu ele resposta sintética — **“Todos os documentos têm a sua importância — é muito difícil destacar algum”**.

E, aqui, cumpre-nos ressaltar que **“Os Italianos e seus Descendentes no Espírito Santo”** foi publicado, por iniciativa do Instituto Jônes dos Santos Neves.

Historiadora e Escritora incansável, e fecunda, Maria Stella de Novaes, às vésperas de sua partida, ainda pretendia escrever um livro sobre a **“Catedral do Bispado de Vitória”**.

O livro **“Os Italianos e seus Descendentes no Espírito Santo”**, antes de ter sido editado, concorreu para que fosse a sua autora agraciada, com uma condecoração, pelo Governo da Itália — **A ESTRELA DA SOLIDARIEDADE**.

E nos revela ela — **“nessa época o Cônsul da Itália esteve aqui (em sua residência) e conversou comigo sobre o livro. Levou-o para ser examinado na Embaixada. Apesar de estar inédito o livro foi tão apreciado que o Governo da Itália concedeu-me uma condecoração pelo trabalho, a Estrela da Solidariedade”**.

A esse tempo era Hilário Soneghet, poeta de escól e membro titular da Academia Espírito Santense de Letras, o Vice-Cônsul da Itália, aqui em Vitória. Foi ele quem contribuiu para o que se vem de registrar nesta hora.

O tempo, entretanto, ia caminhando; Maria Stella de Novaes já estava com o seu organismo combalido e, no dia 8 de dezembro de 1981, como já se referiu, adormeceria para

o último sono, ocorrendo o desenlace em sua residência, nesta cidade, à rua Coronel Monjardim nº 65.

Ao partir deixou, ela inéditos, os seguintes livros — DA APRENDIZAGEM DAS CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS; OS BRINQUEDOS E SEU VALOR EDUCATIVO (Pedagogia e Folclore); ORQUÍDEAS DO ESPÍRITO SANTO (Catálogo Ilustrado) — Literatura, Aquarelas, Fotografias, etc.; CARAMURÚS E PEROÁS (História e Folclore); MARIA ANTONIETA TATAGIBA (Biografia); POSSIBILIDADES TURÍSTICAS, NO ESPÍRITO SANTO; POPULÁRIO CAPIXABA; HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO (3 volumes); O FOGO E A PIROTÉCNICA, NO FOLCLORE; A MULHER NA HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO (História e Folclore); A MISERICÓRDIA DO ESPÍRITO SANTO (História).

Pena é que na Terra e no Vilão Farto de Vasco Fernandes Coutinho, onde tanto se fala em preservar a memória do Estado do Espírito Santo e se pensa até em tombar, como monumento histórico, calçadas de bate-papo e bar, não se pense em tombar a casa em que viveu a nossa querida Maria Stella de Novaes (a D. Stelinha para todos) e não se providencie a publicação das obras inéditas que ela, por amor à esta terra que adotou por sua, escreveu para perpetuar a memória e o passado de seu povo.

Com a palavra o Governo do Estado e o Departamento de Cultura.

Bem afastados já estão os dias em que Vitória, esta cidade querida, era isolada, bem isolada mesmo, das suas co-irmãs aqui no nosso Estado do Espírito Santo.

Hoje, entretanto, tem-se a Grande Vitória que se não incorro em equívoco compreende além de Vitória propriamente dita, as cidades vizinhas, a seguir enumeradas — Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, bem como os balneários e arrabaldes destas mesmas cidades.

Em outros tempos, para se ir até qualquer uma destas cidades, necessário era que se fizesse uma viagem em lombo de burro, ou de cavalo, como no caso da Serra, ou nos velhos trens da Diamantina ou da Leopoldina se se tratasse de Cariacica ou Viana, ou por uma lancha ou bote se o destino fosse Vila Velha. Mais tarde, ao tempo do inolvidável Jerônimo Monteiro, Vitória e Vila Velha se aproximaram, ligadas que foram pelo bonde elétrico.

Hoje não mais existe o bonde elétrico e para se ir até Vila Velha se tem a lancha, o ônibus e o automóvel; nos tempos modernos ninguém diz lancha e por mar o transporte

é denomniado "aquaviário" sendo possível que, mais um pouco, os que forem até aquela cidade, de ônibus ou de automóvel, passem a usar o "ônibusviário" ou o "automo-velviário".

Certo é, entretanto, que estas cidades, e aliás todas as cidades do Espírito Santo, não se cansam de presenteá-lo com filhos de escól, com vultos ilustres que se têm projetado em todos os rincões da nacionalidade.

E, dentre estes viveiros de vultos ilustres, está uma cidade, sede de um município que abriga um porto de minério, cidade esta da qual nos dias atuais, muito se fala e muito se comenta e que, a todo instante, é bem referida nos programas de Rádio e de Televisão.

Nesta cidade, mais que centenária, um dia viu a luz do dia e do sol um dos nossos eminentes consócios que, por toda a sua vida, se destacou como aluno, como integrante do magistério espírito santense, como político, como escritor, como pessoa de convicções religiosas bem acentuadas, sempre interessada em olhar para os seus semelhantes, ajudando-os e incentivando-os.

O seu curso primário, até o 3º ano, foi feito em sua cidade natal; depois se transferiram os seus pais para a nossa Vitória e, aqui, vai o nosso destacado confrade cursar um dos mais laureados estabelecimento de ensino desta Capital, estabelecimento este, hoje, de atividades encerradas.

Concluído o curso, nesse referido estabelecimento, está o jovem de posse de um diploma que lhe vai permitir exercer o magistério e, assim, já em 1932, conquista, após brilhante concurso, a Cátedra de Ciências Pedagógicas da Escola Normal Pedro II; ainda vai o mestre ilustre honrar, com a sua presença, o corpo docente do Ginásio S. Vicente de Paulo lecionando nos Cursos Secundário e Normal do conceituado estabelecimento de ensino, então dirigido pelo seu tio — o sempre lembrado Professor Aristóbulo Barbosa Leão.

Com a reconstitucionalização do País, após a Revolução de 1930, ingressou na vida política, tendo tomado posse de sua Cadeira de Deputado, na Assembléia Constituinte do Estado, em 29 de março de 1947.

Obteve a sua reeleição para os períodos 1951-1955, 1955-1958 e, em 1963, obtendo 2.800 votos, permaneceu como quarto suplente, condição em que, por duas vezes, foi chamado a exercer o mandato de Deputado.

No seu município — a Serra — foi o 1º Secretário do PSD, então Partido Oficial.

Foi autor de inúmeros projetos de interesse público,

dentre os quais podem ser destacados os que tiveram, como objetivo, o conceder benefícios ao homem do interior, ao Magistério Público, à Religião, visando concorrer para que, no Estado do Espírito Santo, fosse celebrado o "Dia de Ação de Graças".

Sempre pensando na causa pública interessou-se para que a Companhia Telefônica do Espírito Santo levasse, até Nova Almeida e à sede do município da Serra, os serviços telefônicos (Projeto de Lei 48/35, de 2.6.1955); outros projetos foram apresentados, objetivando a construção de Escolas, de Posto Médico, de Estrada, de Serviços de Água, etc.

Estendeu a outros municípios, como Baixo Guandu e Rio Novo do Sul, os benefícios de sua atuação, como representante do povo capixaba, e obteve recursos financeiros para que os Ginásios dessas edilidades prestassem, gratuitamente, à comunidade escolar os seus serviços de ensino.

Não foi pessoa dedicada, exclusivamente, à política, eis que era também dotada de ímpar cultura humanística, com livro e teses publicados.

No antigo Diário da Manhã, órgão da Imprensa Capixaba e também órgão oficial do Governo do Estado, publicou discursos de paraninfado, além de artigos em que tratava de Problemas Sociais e de Educação.

Deu sua colaboração às revistas "Vida Capixaba", "Canaan", "Revista de Educação" e "Revista do D.S.P." (Departamento do Serviço Público) aqui no Estado.

A sua atividade intelectual foi também exercida, através de palestras na Rádio Espírito Santo, na "Semana da Polícia", ao ensejo das comemorações do 115º Aniversário da Polícia Militar do Estado, na Legião Brasileira de Assistência, em aulas para um Curso Intensivo de Assistentes Sociais, quando proferiu dissertações sobre os temas "A Moral Familiar e a Social — Responsabilidade dos Pais" e "Leis da Unidade e Estabilidade das Massas Sociais — O Indivíduo e sua Valorização Integral"; ainda, na "Semana Catequética" dissertou sobre o tema "A Religião e a Vida Doméstica"; no Colégio Salesiano, a convite do seu Diretor — Padre Emílio Miotto, na "Semana da Pátria", proferiu uma Conferência subordinada ao título "Educar é Amar — disse Dom Bosco".

Foi membro de várias instituições científicas, literárias e beneficentes, que viu citadas:— Associação Espírito Santense de Imprensa, Cruzada Pró-Dia de Ação de Graças (Rio de Janeiro), Academia Anapolina de Filosofia, Ciências e Letras (Anápolis — Goiás), Associação Feminina de Combate ao Câncer, Orfanato Cristo Rei, Asilo dos Velhos, Insti-

tuto Luiz Braille, Casa do Menino, Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Campanha da Bondade (Promotora de Movimentos para angariar recursos financeiros para a construção do Preventório "Alzira Bley"), Academia Feminina Espírito Santense de Letras da qual foi fundadora.

Ainda, era Membro do Quadro Ordinário da Ordem Estadual do Mérito Jerônimo Monteiro (Grau de Comendador).

A partir de sua aposentadoria gostava de passar o seu tempo lendo, excursionando e dando atenção ao seu lar.

Além da Pedagogia e da Psicologia tinha, este ilustre sócio, especialização em Pintura a Óleo, Aquarela e Crayon.

Era assim a criatura à qual, neste momento, estou me referindo; era assim Judith Leão Castello Ribeiro, filha do Casal João Dalmácio Castello/Maria Grata Leão Castello e esposa dedicada, e solícita, de Sr. Talmão Lopes Ribeiro.

Eu a conheci, há mais de meio século, quando seus pais residiam em um sobradão, existente na rua José Marcelino.

Lembra-me bem que, no ano de 1981, um dia bateu o telefone de minha casa; atendi era ela — Judith Leão Castello Ribeiro — que desejava saber como receberia a Academia Espírito Santense de Letras a sua inscrição, para a vaga do ilustre e saudoso Acadêmico Clóvis Rabello.

Disse-lhe que, em nossa Academia, nunca tivemos o problema de portas fechadas para a cultura, que esta não tem sexo.

E acrescentei — além do mais a Cadeira 32, ocupada pelo eminente poeta, orador, professor e humanista José Paulino Alves Junior, está sob o patrocínio daquele admirável glória da poesia capixaba que foi Maria Antonieta Tagiba, ajuntando, para mais esclarecer, que Elora Possolo Chaoul e Dinah Silveira de Queiroz tem a categoria de Membros Correspondentes da nossa Academia.

Ela se inscreveu e foi ocupar, como sucessora de Clóvis Rabelo, a Cadeira 12; a sua inscrição data de 19 de junho de 1981 e a sua eleição processou-se em 20 do mesmo mês e ano.

No dia 10 de setembro do ano p. passado foi ela recebida, em Sessão Solene, realizada no Palácio Domingos Martins, sede da Assembléia Legislativa Estadual, no Salão em que a Assembléia realiza as suas sessões normais, tendo o Presidente Vicente Silveira, em comovente homenagem à Acadêmica Judith Leão Castello Ribeiro preparado, carinhosamente, o recinto para aquela noite de esplendor, ainda hoje

recordada pela sociedade e pela intelectualidade espírito santenses.

O mais todos conhecem. Poucos dias após a sua posse viajou ela para o Rio de Janeiro e, afinal no dia 23 de março do corrente ano de 1982, recebemos a notícia dolorosa e conflagradora — Judith Leão Castello Ribeiro falecera.

Mas antes de falecer ela, que concorrera para que fosse fundada a Academia Feminina Espírito Santense de Letras e que a presidira, viu plenamente, satisfeito, o grande ideal de sua vida — ter integrado a Academia Espírito Santense de Letras.

Recordando, em recolhimento, a emoção da Acadêmica Judith Leão Castello Ribeiro ao lhe dar eu a notícia de sua eleição, tenho, para mim, que ela já sabia que a sua partida, para a Casa do Senhor, não iria demorar muito. Confortame a consciência e o coração o saber que, em seus últimos meses de vida, contribuí para os instantes de alegria vividos por ela.

— — — — —

Aqui, no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, cuidamos de exaltar a memória do Brasil e da Terra Capixaba recordando, sempre que oportuno, aqueles que souberam bem servir à Pátria e à nossa gleba.

Lá no sul do Estado, na Barra do Itapemirim, em 18 de agosto de 1893, o Casal Fanny/Nicolão Tolentino Pereira Gonçalves viu o seu lar aumentado, e enriquecido com o nascimento dos gêmeos Almir e Walter dos Santos Gonçalves.

Mal sabia Almir dos Santos Gonçalves como iria ser a sua vida mas certo é que, por seus queridos pais, fora educado dentro dos austeros princípios de Cristo.

Como era comum ao tempo frequentou, em Rio Novo do Sul, onde estavam seus progenitores, o Curso Primário enquanto que o Curso Secundário seria feito no antigo Ginásio Espírito Santense.

Em 1935, aos quarenta e dois anos de idade, está Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Espírito Santo.

Aos dezessete anos de idade, em 1910, tornou-se batista e foi, então, batizado pelo Pastor Fernando Drumond.

Constituiu família aos vinte e dois anos de idade, em 1915, mas só seria Pastor ao completar vinte e oito anos, em 19 de julho de 1921.

Formou um lar, realmente cristão, ao lado de D. Filhinha, a esposa querida que lhe deu sete filhos.

Caminhou na vida, como Pastor e como Professor, embora fosse um auto-didata.

Lecionava Portugues e Ingles e a sua competência, como Professor, é atestada por todos os jovens que foram seus alunos, tanto no Colégio Americano, como no Colégio Estadual do Espírito Santo, nesta Capital.

Sei que, no Colégio Estadual, ele e meu pai — Ceciliano Abel de Almeida — no intervalo das aulas, no período de descanso se entretinham, por muito tempo, conversando e trocando idéias. Sei também que muitos professores, no Colégio, comentavam o fato tendo em vista que as mesmas não eram as religiões professadas por ambos.

Esqueciam-se eles, os professores, que o importante para Almir e Ceciliano era que o Cristo era o mesmo para ambos, como os mesmos eram os princípios que eles seguiam e praticavam.

Aqui, em Vitória, foi Almir Gonçalves, na Primeira Igreja Batista, Co-Pastor de Loren Reno até o ano de 1929, quando este último lhe passou a responsabilidade total do Pastorado, que se estendeu até 1946, quando foi o nosso eminente confrade transferido para o Rio de Janeiro a fim de, no novo campo, se encarregar da direção do Jornal Batista, encargo exercido, por ele, até o ano de 1964.

Em 1965, rodeado pelos seus filhos, netos e bisnetos, pôde o casal Almir Gonçalves agradecer, ao Senhor, as suas bodas de ouro matrimoniais; em 1971, ainda acompanhado da família querida, festejou o seu jubileu de ouro como Pastor.

De extrema modéstia, ninguém diria que Almir Gonçalves deixou valiosa bagagem literária, tanto como autor e como tradutor de obras.

Publicou: "A Era Isabeliana da Literatura Inglesa". tese de Concurso para a Cátedra de Inglês do Colégio Estadual do Espírito Santo; "Discurso de Posse na Academia Espírito Santense de Letras", 1943; "Estudinhos Vernáculos", publicados no jornal Diário da Manhã, Vitória; "Discurso de Posse na Academia Evangélica de Letras", Rio de Janeiro; "Marcos Irremovíveis", discurso proferido quando da Assembléia da Convenção Batista do Rio de Janeiro, 1962.

Deixou, ainda, publicados os livros: "Meditações Sobre a Vida Cristã"; "Lar Doce Lar"; "Antes de Atravessar o Rio"; "A Teologia de Jesus Cristo"; "O Livro dos Salmos" (Em fase de impressão).

Traduziu os livros que seguem: "A Pessoa de Cristo", de Philip Schaff; "A Oração", de James H. Mc Coukey;

"Hudson Taylor", autobiografia (do castelhano); "Treinamento dos Membros da Igreja", de I. J. Van Ness; "A Igreja no Lar", de Robert Speer; "O Princípio do Individualismo em Suas Expressões Doutrinárias", de A. B. Langston; "A Vontade de Deus", de Leslie D. Weatherhead; "A Magnificência de Jesus", de Harry Rimmer; "A Maior Casa do Mundo", de Henry Drummond; "Heróis e Mártires da Obra Missionária", de Juan C. Varetto (Do Castelhana); "Revelação de Deus", de W. T. Conner.

No ano de 1947 visitou Copenhague, na Europa, como representante dos batistas brasileiros, junto à Aliança Batista Mundial.

Escrevendo sobre Almir Gonçalves, em O Jornal Batista, de 9 de agosto de 1981, dele disse Nair Romano de Salles, do Rio de Janeiro:— "Ele alumiu e ajudou a muitos. A candeia se apagou, mas o seu cheiro suave continuará ainda por muito tempo, beneficiando os que com ele conviveram, ou se relacionaram. Esse o chefe, o amigo, o santo que conheci. Se nossas palavras não dizem nada, o que ele foi, os seus livros, os seus escritos gritarão mais alto".

E ele, Almir Gonçalves, em artigo publicado em O Jornal Batista, já referido, intitulado "PAIS NO DIA DOS PAIS" o conclui, como segue: "Prestemos hoje a nossa homenagem aos pais, e oremos:

Senhor, abençoa os teus servos que são Chefes de Família e os pais em geral, e permite que eles possam condignamente honrar o seu título. Que sejamos verdadeiros pais em Israel. Abençoa, Senhor, os Pais de Famílias Cristãs no Brasil. Amém e Amém! Amém"!.

Foi o nosso ilustre consócio Professor de Português, Inglês, Latim, Espanhol e História, no Colégio Americano de Vitória, Ginásio S. Vicente de Paulo e Colégio Estadual do Espírito Santo; foi também Professor de Jornalismo no Seminário Betel do Rio de Janeiro, Secretário da Missão Batista Vitoriense, Presidente da Junta do Seminário Batista do Sul do Brasil, Secretário da Convenção Batista Brasileira, Redator da Revista da Mocidade Batista Brasileira, Redator de O Jornal Batista, órgão da Convenção Batista Brasileira; Diretor do Departamento de Livros da Convenção Batista Brasileira; Membro da Equipe que revisou e imprimiu a Edição da Revista da Tradução Almeida da Bíblia no Brasil, para a Imprensa Bíblica Brasileira, em 1947.

Uma curiosidade do nosso querido confrade Almir Gonçalves — ambidestro, escrevia, ao mesmo tempo, com as duas

mãos e, por incrível que pareça, as duas mãos escreviam pensamentos diferentes.

Hoje a sua memória é venerada, e cultuada, por seus filhos, netos, bisnetos e por todos os seus parentes e amigos.

Nós, aqui do Instituto Histórico, o recordaremos sempre pela sua bondade, pelo seu carinho, pela sua autenticidade de cristão.

E no dia 17 de julho de 1981, trinta dias antes de completar oitenta e oito anos de idade, Deus o chamou.

Atendeu ele ao chamamento do Senhor, com aquela mesma suavidade e com aquela mesma simpatia que foram, sempre, o apanágio de sua vida.

Um jovem chega ao Espírito Santo, naquele longínquo ano de 1918, marcado na história da Humanidade por ter ocorrido aquela epidemia que ficou conhecida como "Espanhola", a qual deu cabo de muitos milhares de vida em todos os países do mundo.

Ele mesmo, o jovem, narra como aconteceu a sua primeira viagem para Vitória e diz — "o trem noturno para Vitória partia da estação de Maruí, em Niterói. Atravessei a baía de Guanabara quase em cima da hora, poucos minutos antes da partida do comboio. Quando fui comprar a passagem, não havia mais nenhum leito à venda. Decepcionado com o contratempo esbravejei, lamentando a falta de sorte. E já disposto a adquirir o bilhete sem leito, quando um cavaleiro ao lado virou-se para o agente e lhe disse: Ceda ao moço um leito na minha cabina de duas camas, pois só necessito de uma. Tratava-se de um respeitável senhor de austero cavanhaque e elegantemente vestido. Como o trem partia às 22 horas, entramos diretamente no beliche, eu encantado da vida e ele com um acolhedor ar de simpatia e cordialidade".

Estou sentindo que os meus ilustres consócios estão curiosos, desejosos de saber quem era o senhor de "austero cavanhaque" e quem era o jovem viajante que, aquele tempo, estava apenas com vinte e um anos de idade.

E como o "melhor da festa é esperar por ela", lá diz o vulgo, cumpre-me esclarecer que o jovem nasceu no dia 7 de abril de 1897, em uma Fazenda — chamada Fazenda da Boa Esperança, situada em Lage de Muriaé, no Estado do Rio de Janeiro.

A sua infância foi vivida na Fazenda da Cascata, localizada no distrito de Mirai, do Município de Cataguazes, em Minas Gerais, e foi, na Escola Primária, distante légua e meia (nove quilômetros) que completou o seu curso primário. Os

estudos secundários foram feitos no Ginásio Grambery, de Juiz de Fora, na filial instalada em Cataguazes.

Em chegando ao Espírito Santo foi exercer o magistério primário em Boa Família, hoje Itaguaçu.

E pouco tempo após foi chamado para uma outra função pública — ser Oficial da Gabinete do Presidente Nestor Gomes e, praticamente, seu Secretário Particular durante todo o seu quadriênio (1920-1924).

Redator-Chefe da Imprensa Oficial, ao tempo representada pelo Diário da Manhã, adquiriu as duas primeiras linotipos que passaram a ser utilizadas naquele Departamento de Serviço do Estado.

Naqueles idos, um livro de contos escrito pelo jovem Redator-Chefe teve a sua composição e edição, levadas a efeito nas oficinas do Diário da Manhã, devendo se acentuar ter sido este o seu primeiro livro editado, nesta cidade de Vitória.

Também, em 1921, o nosso jovem consócio e um outro ilustre membro desta Casa — Elpídio Pimentel — tiveram a idéia de fundar a Academia Espírito Santense de Letras. Além de Elpídio Pimentel foram, também convocados para a concretização da idéia os ilustres intelectuais Dom Benedito Paulo Alves de Sousa, Bispo Diocesano e Alarico de Freitas, Deputado Estadual e, no Clube Boêmio, situado ao tempo onde hoje está esta sede da Casa de Domingos Martins, nasceu a nossa Academia.

No velho órgão da nossa Imprensa, no Diário da Manhã, manteve o jovem jornalista, depois membro deste Instituto, uma coluna diária a que denominou de **Nota Ligeira**, o que concorreu para que se tornasse conhecido, em todas as rodas desta terrinha, como o “**Nota Ligeira**”.

Participou, ainda ele da reforma de ensino que, em 1928, foi levada a efeito, aqui no Espírito Santo, quando o Secretário de Educação foi o eminente Atilio Vivacqua, criando-se, para se efetivar referida reforma de ensino, um Curso Superior de Cultura Pedagógica.

Vitoriosa a Revolução de 1930, transferiu-se o nosso consócio para o Rio de Janeiro e, na Capital da República, vai dar início à uma nova vida, vai trabalhar em os **Diários Associados**, sendo redator de O Jornal, Diário da Noite, Meridional, além de colaborar com uma coluna assinada no Diário de São Paulo, coluna esta que deveria ser transmitida pelo telefone.

Trabalhou ainda, como jornalista, em o Globo, Gazeta de Notícias, A Notícia, O Dia.

Teve participação, mais tarde, na campanha política

de Armando Salles, quando foi ele candidato à Presidência da República, integrando o jornal A Batalha.

Em 1941 vai contrair casamento; estava ele à beira dos quarenta e três para quarenta e quatro anos quando, nos diz ele, começou “a ter um convívio mais íntimo” com uma prima. “Foi, é ele quem diz, “o maior acontecimento da minha vida, não só porque fiz a escolha certa, como pelas grandes qualidades que possui, entre as quais costumo destacar a coragem de ter casado comigo, jornalista pronto, mal saído de uma longa experiência de como não se deve viver. Se eu hoje posso enfrentar a velhice num lar bem organizado, sob a sua competente administração, a sua força moral limpa e inquebrantável, o seu caráter irredutível de autêntica representante da família Resende, o seu carinho, a sua dedicação, a sua inteligência, devo a ela esse prêmio”.

Pode-se, assim, avaliar que ela e ele, durante o tempo de vida conjugal, não saíram da lua de mel.

O nosso ilustre confrade foi uma pessoa discreta, de poucas palavras e, entretanto, foi um profundo observador, vivendo sempre a analisar a história e os fatos de seu tempo.

Estava ele em Vitória, quando do acontecido no dia 13 de fevereiro de 1930 e, para ele, tudo teve como causa “ordens mal dadas e providências improvisadas à última hora” motivadas pela onda de boatos.

Trabalhando em os Diários Associados esteve, no exercício da profissão, em Salvador, Aracaju, (Sergipe) onde o Interventor Federal era Maynard Gomes, em Maceió, no Gabinete do Interventor Freitas Melo, em Recife com Carlos de Lima Cavalcante e aqui, em Vitória, no Palácio Anchieta, com o Interventor João Punaro Bley que não quis dar a sua opinião sobre “a convocação da Constituinte” e, em compensação “abriu duas gavetas da sua secretária, retirando de ambas dois livros de escrituração comercial, nos quais mantinha o controle dos gastos do gabinete em gasolina e selos”.

Viu e sentiu a Revolução Paulista de 1932 e, para ele, o Presidente Getúlio Vargas não foi, integralmente, o vitorioso contra o Movimento de S. Paulo.

Viajou até a Argentina, ao tempo de Peron, quando da campanha presidencial naquele país, em que os candidatos a Presidente e Vice-Presidente eram o marido e a mulher e a propaganda foi feita, obedecendo ao rótulo — “Marido presidente e esposa vice”.

Além de Buenos Aires visitou, como jornalista, a Feira de Mendoza, cabendo-lhe a incumbência de organizar o Pavilhão Brasileiro.

Brasileiros notáveis foram, por ele, entrevistados e podem ser citados Gilberto Amado, Marcial Dias Pequeno, Artur Bernardes, Borges de Medeiros, Otavio Mangabeira, João Neves da Fontoura, Batista Luzardo, além de outros.

Viu e sentiu que, na Revolução de 1930, muitos se diziam **legionários** e nada mais eram que “os degraus da escada” para a subida de muitos outros que conseguiram, como no caso da Vale do Rio Doce, “empregos espetaculares, o mesmo acontecendo em outras autarquias. Defenderam-se”.

Enfim, viu muitos fatos acontecerem na vida política nacional e nos Estados, dentre os quais o nosso Espírito Santo quando, por aqui, ocorreu o sequestro de Gilberto Gabeira, Deputado. E todos estes foram registrados e historiados.

Este ilustre e eminente consócio, a quem venho me referindo, vai ter o seu nome revelado, neste instante — Foi Sezefredo Garcia de Rezende, fluminense de nascimento e capichaba de coração.

Pela sua vida exemplar, pelos trabalhos que prestou à comunidade, à causa pública, à Imprensa Brasileira, foi ele agraciado com o título de “Benemérito da Ordem da Árvore”, no grau de Comendador, ainda foi agraciado com a **MEDALHA DE MARIA QUITÉRIA** e respectivo Diploma pela contribuição que deu “para as homenagens cívicas prestadas à heroína da Independência do Brasil, no centenário da sua morte”, concessão esta datada de 17 de julho de 1954; é também portador de Medalhas de “A Gazeta de Notícias” e do “O Jornal”, dos Diários Associados.

Faleceu Garcia de Rezende, como era tratado pelos amigos, no dia 6 de outubro de 1978, em sua residência, na rua Francisco Emanuel Januzzi nº 18 — 3º andar —, no Bairro de Fátima, da cidade de Valença, do Estado do Rio de Janeiro.

Jamais esqueceu a terra que o recebeu de braços e coração abertos: também sempre se referiu, com veneração, carinho e gratidão, ao “respeitável senhor de austero cavanhaque e elegantemente vestido”, que falou, ao agente da Leopoldina, em Niterói — “ceda ao moço um leito na minha cabina de duas camas, pois só necessito de uma”.

Este senhor de voz branda, e sorriso suave, era o Coro-

nel Nestor Gomes, que foi Presidente do Espírito Santo de 23 de maio de 1920 a 23 de maio de 1924.

Cumpre-me, aqui, registrar que Sezefredo Garcia de Rezende deixou escritas as suas memórias, em livro.

No ano de 1981 passado foi, referido livro, editado pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida, da Universidade Federal do Espírito Santo, tendo a edição sido promovida pela Sra. Irene Rezende, sua viúva e aquela que possibilitou, a Garcia de Rezende, o poder viver a sua "velhice num lar bem organizado...".

E aqui quero ressaltar, para uma homenagem especial à Sra. Irene Rezende, a quem estou ligado por uma amizade nascida no Ginásio S. Vicente de Paulo, onde fui Professor, amizade essa que já passou de meio século, aqui, quero ressaltar, repito, que a Sra. Irene Rezende não providenciou a edição do livro MEMÓRIAS (1897-1978), escrito pelo seu querido Garcia de Rezende, para auferir lucros, para comerciá-lo. Não foi para isso; ela o editou para prestar uma homenagem de quase quarenta anos de vida conjugal em um lar onde "a compreensão, o carinho e o amor" foram uma constante.

Elogios lidos em Sessão de 12-6-1982.

DOCUMENTOS PARA NOSSA HISTÓRIA

O DR. PROGRESSO ACENDEU O CIGARRO NA LUA (*)

Rubem Braga

“Eu sou apenas o pai de Chico” — dizia Sérgio Buarque de Holanda quando alguém pretendia entrevistá-lo. Modéstia do orador e ao mesmo tempo orgulho (justíssimo) de pai. Esse homem que morreu agora ocupava um lugar todo especial em nossa cultura pela penetração e equilíbrio de seus ensaios de História e Psicologia Social. Mostrou-se grande logo em seu primeiro livro, “Raízes do Brasil”, tão famoso que faz esquecer os outros. Afonso Arinos protestava outro dia contra o relativo esquecimento em que caiu o livro “Do Império à República”; eu por mim tive um grande prazer há pouco tempo de ler “Caminhos e Fronteiras” que fui encontrar, com uma dedicatória carinhosa, mas todo fechado ainda, no caos de minha estante. Um livro de grande erudito, mas livro saboroso em que aprendemos muita coisa séria através de trivialidades antigas — o monjolo, a rede, a tanajura, a canoa, o moquém, a cutia, o mel de pau...

Mas para nós, de Cachoeiro de Itapemirim, Sérgio Buarque de Holanda era também o Dr. Progresso.

Foi o caso que em 1925, o jornalista e caricaturista Vieira da Cunha fundou em Cachoeiro um jornal diário chamado “Progresso”. Vejo, em uma publicação antiga, o clichê muito reduzido da primeira página do número 11, de 1º de maio de 1925. Aí um correspondente do Rio manda opiniões de vários escritores sobre o jornal. São elogios de Graça Aranha, Prudente de Moraes Neto, Américo Facó, José Geraldo Vieira, Eloy Pontes, Olegário Mariano e, entre outros, Sérgio Buarque de Holanda. Pouco depois Vieira da Cunha convenceu Sérgio a ir para Cachoeiro dirigir o jornal. E ele partiu. Manoel Bandeira saudou essa “aventura” dizendo que ele era o Coronel Fawcett de Cachoeiro de Itapemirim lembrando um explorador inglês que se perdeu na Amazônia.

(*) Transcrição feita, com a devida vênia, por sugestão do nosso confrade Levy Rocha.

Não sei quanto tempo Sérgio ficou lá em Cachoeiro. Lembro-me que logo pegou o apelido de "Dr. Progresso" e que usava óculos. Pouco antes segundo atestam Afonso Arinos e Manoel Bandeira ele usava monóculo. Escreve Bandeira em uma crônica recolhida no livro "Flauta de Papel":

"Nunca me esqueci de sua figura certo dia em pleno Largo da Carioca, com um livro debaixo do braço e no olho direito o monóculo que o obrigava a um ar de seriedade. Naquele tempo não fazia senão ler, estava sempre com o nariz metido num livro ou numa revista — nos bondes, nos cafés, nas livrarias. Tanta eterna leitura me fazia recear que Sérgio soçobrasse num cerebralismo..."

E mais adiante:

"Lia todas as novidades das literaturas francesa, inglesa, alemã, italiana e espanhola. Sérgio não soçobrou: curou-se do cerebralismo caindo na farra. Dispersou a biblioteca, como se já a trouxesse de cor (e trazia mesmo, que memória a dele!) e acabou emigrando para Cachoeiro de Itapemirim".

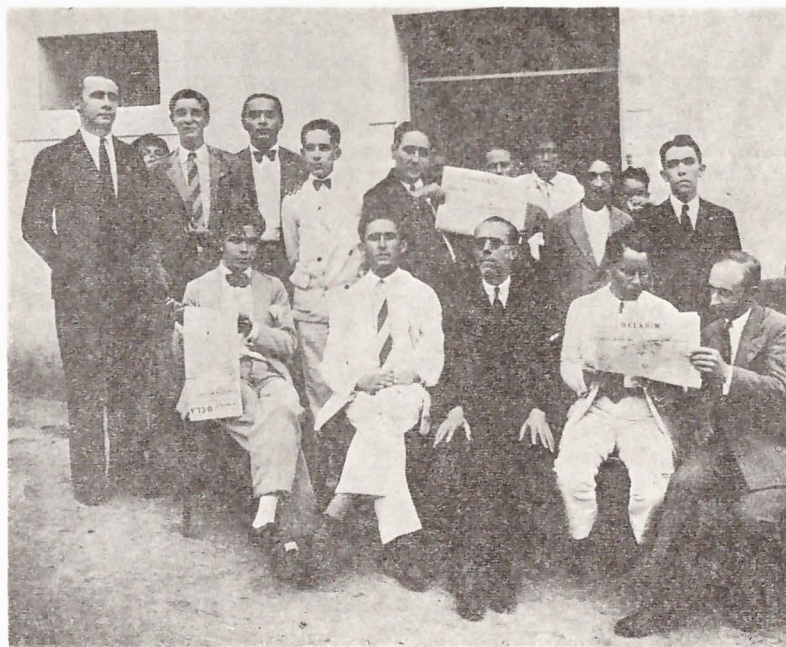
Escreve, a seguir, Bandeira, que quem poderia contar as andanças de Sérgio em Cachoeiro era "o Rubem Braga, que naquele tempo era ainda menino e suspeito que fez parte das badernas que acompanhavam de assuada os passos malseguros do Dr. Progresso. Por um triz que Sérgio se perde

e foi quando pretendeu ser professor no ginásio de Vitória. O Estado do Espírito Santo até hoje não sabe a oportunidade que botou fora quando o seu governador de então voltou atrás do ato que nomeava professor de História Universal e História do Brasil o futuro autor de "Raízes do Brasil". Benditos porres de Cachoeiro de Itapemirim! Eles nos valeram a devolução, em perfeito estado de Sérgio, enfim descebrebralizado, pronto para a aventura na Alemanha, de volta da qual já era a figura sem par a que me referi no começo destas linhas. Sérgio já não lia mais nos cafés, desinteressava-se bastante da poesia e da ficção, apaixonara-se pelos estudos de História e Sociologia, escrevia "Raízes do Brasil" e "Monções".

Sim, eu me lembro do Dr. Progresso, seus porres afinal não eram tão grandes, e ele nunca ofendia ninguém.

Costumava tomar umas e outras com o saudoso Cel. Ricardo Gonçalves e outros bons da terra, que formavam o "Clube do Alcatrão", assim chamado porque um deles era o representante local do Conhaque de Alcatrão de São João da Barra, que todos bebiam de brincadeira. Sérgio foi promotor adjunto. Logo que saiu de Cachoeiro, ele embarcou para a Alemanha, de onde mandava artigos e reportagens para "O Jornal". O pessoal de Cachoeiro via aquele nome no jornal: será o Dr. Progresso? Que o que! dizia alguém, então o Chateaubriand ia mandar um bêbado daquele para a Europa? Mas o Motinha do nosso "Correio do Sul" dizia que sim: ficassem sabendo que Sérgio era um homem muito culto, muito preparado, tanto assim que trocava língua com os alemães da fábrica de cimento. "Vocês acham que ele não vale nada é porque aqui ele não ia mostrar o que sabia, a verdade é esta, não tinha com quem conversar, nós aqui somos todos umas bestas" argumentava o bom Motinha.

Lembro-me sobretudo de uma noite de verão de lua cheia na saída de um baile — não em Cachoeiro, mas na Vila do Itapemirim. Ele dizia que ia acender o cigarro na Lua. E partiu cambaleando entre as palmeiras. Vai ver que acendeu.



Fotografia tirada no aparecimento da 2.^a fase do jornal cachoeirenses volta de 1931. Da esquerda para a direita, em pé: Roberto Tadei, Raul Jair Ramos (cronista), Antônio Romeiro, Tenerá (vendedor de jornal (tipógrafo), Rubem Braga (cronista), José Silva, Trófanos Ramos (tipógrafo). Sentados: Vieira da Mota (o Motinha-jornalista), Luiz Buarque de Holanda (escritor), José Azeredo (redator do jornal), Randolfo Freitas Burian (engenheiro).

Um depoimento sobre a História de Cachoeiro pelo Senador Carlos Lindenberg.

O historiador Levy Rocha trouxe-nos essa colaboração explicando que só estava esperando uma oportunidade, em nossa Revista, para divulgar a carta que transcrevemos, recebida em 25.4.1973:

“Meu caro professor Levy Rocha,

Minha visita.

Inicialmente quero agradecer sua atenção e sua gentileza vindo ao meu encontro quando visitávamos a Livraria Civilização Brasileira. Conheciamo-nos há tempos por tradição, pelos livros de sua autoria que me enviara e sempre muito apreciados. Pessoalmente, entretanto, só o acaso e sua iniciativa me deram esse prazer, pelo que sou sumamente reconhecido, pela atitude tomada, espontânea e sincera.

Recebi no mesmo dia “Crônicas de Cachoeiro” e “Os Vieira da Cunha e o Jornal O Martello” que sua bondade me enviou e que agradeço de todo coração. O Sr. não imagina, os li pressuroso, praticamente de uma sentada, não só pelo estilo, pelo modo simples, agradável, escoreito e realístico de escrever, como pelos temas e fatos escolhidos, fazendo-me voltar à infância e à mocidade.

É sempre gostoso voltar-se ao passado, - ainda mais com um guia da sua marca, que vai mostrando as coisas como se estivessem presentes. E o Sr. me deu esse prazer extraordinário, além dos conhecimentos que me proporcionou.

Pelo fato de “voltar à infância e à mocidade” vou dar-lhe alguns pormenores que, pelo menos, servirão a sua curiosidade.

O capitão Francisco de Souza Monteiro, meu avô por parte de mãe, nascido em Paulo Moreira, hoje Alvinópolis, era empregado de balcão de Bernardino Ferreira Rios, de cuja filha Henriqueta gostava.

Desejoso de efetuar o casamento e auxiliado pelo futuro sogro, passou a mascatear fumo com tropa, partindo em direção a Cachoeiro de Itapemirim certamente pela estrada Rubim, onde fez bons negócios. Durante alguns anos esse

Antonio Francisco Moreira teria na época cerca de 60 anos. Devia ser filho ou neto do de igual nome que construiu a 1ª Matriz das Cachoeiras.

Conheci muito João de Moulaz filho do suíço de igual nome. Era casado com D. Pitiá e tinha um filho de nome Genésio. Possuíam um sítio perto do Monte Líbano e muito amigos de nossa Família. Passavam às vezes muitos dias lá em casa.

João de Moulaz, já velho porém forte, amulatado, caladão e circunspecto ao contrário de Pitiá que era alegre, brincalhona e despachada, por isso mesmo muito estimada de todos.

Foi no Governo Jeronymo Monteiro administrador da penitenciária da Pedra d'Água recém fundada e Pitiá, uma espécie de mordoma da parte residencial do Palácio Anchieta.

Sobre os fatos aludidos no seu livro, eu nada conhecia, pois os Moulaz nunca falaram deles.

Conheci João Paulo Ferreira Rios ainda forte. Era irmão de minha Avó. Além dos ofícios que exerceu citados no seu livro, foi ao que ouvi dizer, tabelião em Rio Pardo. Irreverente e desabusado, quando não lhe agradavam os Juizes e Promotores, passava-lhes uma descompostura em termos de escritura pública, nos livros do Cartório para a posteridade.

Morto o seu cunhado Capitão Souza, se ofereceu a sua Irmã viúva para ajudar a tocar a Fazenda Monte Líbano. Pouco tempo durou porém essa ajuda, porque foi encontrado fazendo campanha da abolição da escravatura entre os próprios escravos da fazenda de sua Irmã.

Conheci duas filhas suas : D. Sinhá Velha e a professora D. Priama, ambas residentes em Rio Pardo, hoje Iúna e outros descendentes seus, entre eles, o ex-Prefeito do Município e ex-Deputado Estadual João Rios.

Conheço alguns descendentes do padre Manoel Leite, que quase todos os anos convidava meu Avô para "batizar uma criança que nasceu debaixo de nossas telhas". Não sei quantos foram batizados.

Tive um grande amigo Sabino José Coelho, oficial do Registro Civil em Cachoeiro, pai de homens ilustres como o Desembargador José Vieira Coelho, o professor Wilson Vieira Coelho e outros mais. Devia ser filho do Tenente a que alude o amigo.

A Igreja Senhor dos Passos construída pelo Capitão Souza, foi depois de sua morte doada pela Família à paróquia.

Vi a construção da fábrica de cimento, da fábrica de

foi seu negócio, tendo numa das viagens, adquirido por um conto e quinhentos mil réis uma posse de terras de cerca de 1.500 alqueires em matas que ia do Rio Itapemirim até o Itabira.

Acontece que seu futuro sogro exaltado membro do partido Liberal, passou a chefe político na zona de Abre Campo — S. Domingos do Prata, quando seu partido assumiu o poder no País, embora por pouco tempo. Tudo indica que tal chefia teria sido tumultuada, porque logo após a volta do Partido Conservador ao poder, Bernardino Ferreira Rios foi atacado em sua própria loja e perseguido a ponto de ser obrigado a fugir com a Família à sanha dos inimigos.

Seu futuro genro para evitar uma tragédia, o convenceu da fuga e conduziu a Família para Cachoeiro de Itapemirim pelo ano de 1850. Em Cachoeiro, Bernardino Ferreira Rios adquiriu a Fazenda Cachoeira Grande, bem em frente a Ilha da Luz, onde se instalou com sua Família. Houve o casamento de Francisco de Souza Monteiro com Henriqueta Rios, que foram então com o escravo Isac quase menino, abrir a Fazenda a que deram o nome de Monte Líbano.

Quando o Capitão Souza escreveu no "Correio da Vitória" a 22 de junho de 1859, tinha fundadas razões, pois seu sogro fôra ameaçado por várias tocaias não só em Minas como no Espírito Santo, das quais se livrou quase por milagre.

Esses fatos, ouvi muitas vezes de minha avó e do velho Isac a quem todos os netos de Siá Riqueta tomávamos a "bênção", beijando-lhe a mão.

Tive um grande amigo Antônio Francisco Moreira, com quem pelos meus 18 a 20 anos viajei de Vargem Alta onde ele residia, até o Castellinho, subindo o Rio Fruteira. Como encontrássemos ali uma forte epidemia de tifo, ao final de dois dias de viagem montados, nos hospedamos na casa do Sr. João Da Ross, onde havia duas de suas filhas doentes, e, em toda redondeza, o flagelo se alastrava morrendo muita gente, partimos, receiosos do tifo, pela madrugada, e já depois de meio dia Antônio Moreira, amigo de toda gente, parou na casa do Sr. Carlos Fassarelo, onde só estava sua esposa, pois todos os demais membros da Família se encontravam na roça trabalhando.

A Senhora muito alegremente percebendo que estávamos com fome foi logo dizendo que a hora do almoço já ia longe, mas, tinha uma boa polenta e melado quente que acabara de fazer. E nós dois juntos comemos numa bacia de ágatha muito limpa, aquele inesquecível angu com melado quente que gostaria de comer outra vez.

tecidos, da fábrica de papel, da Serraria Industrial, da fábrica de óleos, da Uzina de Paineiras.

Conheci Luiz Antonio Curvacho, morto por uma bala perdida num tiroteio político, com o qual nada tinha a haver, na Estação da Leopoldina em Cachoeiro.

Tenho na lembrança que a ponte metálica de Cachoeiro, tinha uma placa, bem no meio, dizendo Ponte Dr. Gil Goulart e que fora construída na sua administração. Aqui há uma discordância com seu livro.

Fomos mais de uma vez hóspedes do Cel. Simão Rodrigues Soares que era muito amigo de meu Pai e cuja amizade se prolonga até hoje, através de seus diletos filhos.

Subimos o Rio Itapemirim, minha Mãe e nós crianças, logo após a morte de meu Pai, até Cachoeiro, e, disso bem me lembro, em uma de suas embarcações a motor que faziam aquele tráfego em 1906. Aportamos no Itapemirim pelo navio do Loyd Brasileiro de nome Guarany, vindos do Rio de Janeiro porque todas as vias férreas estavam interditadas devido às chuvas.

Dr. Belizario Vieira da Cunha foi meu Diretor no Colégio e professor de português. Tinhamos por ele verdadeira adoração. Foram também meus professores o Dr. João Belizario e Professor Antuniquinho, todos muito inteligentes e ótimos mestres.

Embora bem mais moço, fui amigo de João Motta, Mário Imperial e Benjamim Silva e mais do que amigo, um admirador deles

Fui aluno do professor Domingos Ubaldo Lopes Ribeiro e colega de Luiz Semprini, de seu irmão Azulino e de seu primo Cezarini, de Atílio Vivacqua, de Francisco e Gil Gonçalves, de Romulo Finamore, de João Longo, Jeronymo Braga e tantos outros.

Dr. Novais Mello era casado com minha Tia e pai dos Engenheiros Henrique e Benvindo Novais e das Professoras D. Maria Stella de Novais e Irmã Tereza Novais.

Conheci o major Domingos Vicente, os Drs. Muniz Freire, Barros Júnior, Júlio Leite, Raulino de Oliveira, Gil Goulart, Professor Quintiliano, João de Deus Madureira, Car-

los Silva, Carlos Pinheiro, Rafael de Martini, Primo Viana e poderia contar alguma particularidade de cada um, mas, já estou cacete.

Para terminar, discordo do amigo no que tange à fotografia da Família Vieira da Cunha. A Senhora sentada de preto não é D. Eponina, é D. Lulu, que conheci de perto, filha do Dr. Belisário. Era muito parecida com ele, como mostra a fotografia. Não posso afirmar porque não me lembro bem de D. Eponina, mas, creio que ela é a que está ao lado do professor João Belisário. Glorinha conheci com dois anos.

Desculpa ter sido tão longo. Mas, como o Sr., gosto de reminiscências.

Peço que nos recomende a D. Ana Maria, que muito prezamos.

Abraços do amigo e admirador muito grato.

CARLOS LINDENBERG

A CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS (*)

A comunidade de Domingos Martins, por meio das entidades que a representam em seus diferentes segmentos, sabe-dora de que essa Secretaria estuda nova destinação ao prédio do antigo Fórum da Comarca deste Município, vem à presença de V. Exa. para expressar o desejo de ser esse colocado à disposição da população, recebendo uma programação cultural a par de suas tradições e de suas perspectivas de desenvolvimento sócio-econômico.

Pelas razões que se seguem, julgou-se oportuno o lançamento de um movimento comunitário capaz de recuperar os valores mais representativos de época, que bem refletem a cultura dos povos que a formaram, cujo legado está, gradativamente, desaparecendo. Por isso mesmo, propõe-se a união dos esforços, no sentido de reuní-los em apenas uma iniciativa, através da formação de uma CASA DE CULTURA, ficando essa sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Como já é do conhecimento de V. Exa., a cultura do povo de Domingos Martins está assentada na colonização alemã e italiana. A primeira delas, pelas 47 famílias de imigrantes, originários da Prússia Renana, que a fundaram no ano de 1847, como Colônia de Santa Isabel. Segue-se a essa, a vinda de italianos que se concentraram em sítios hoje pertencentes aos distritos de Araguaia e Aracê.

Para melhor entendimento dos propósitos aqui expostos, permita V. Exa. a apresentação de um pequeno relato de como foi assentada a colonização, a fim de que se possa melhor entender a proposta encaminhada. A ocupação inicial é resultante da penetração de 12 famílias luteranas, por volta do ano de 1851, que passaram a ocupar a região onde se situa a cidade de Domingos Martins, passando a sobreviver com o plantio de café e banana. O sítio foi dividido em glebas, cabendo a Igreja Luterana a metade da área dividida, onde foi construída a Igreja e a Casa Paroquial, surgindo, em seu entorno, algum comércio e poucas casas. Por volta de 1866 era inaugurada a

(*) Ofício em que o Prefeito de Domingos Martins pleiteou do Governo Estadual o Edifício que já foi o Fórum da Comarca, objeto de Mensagem do Exmo. Sr. Governador Eurico Rezende à Assembléia, pedindo autorização para a doação. Publicação que se faz a pedido do sócio Milton Caldeira.

Igreja, construída com barro batido e cobertura de madeira. Consta que, para diferenciar católicos e protestantes, o Governo proibiu a edificação de Igrejas Protestantes com torres. Entretanto, a revelia, a comunidade acabou erigindo a primeira igreja protestante com torre do Brasil e provavelmente da América Latina.

Em 19 de junho de 1886, a Colônia de Santa Isabel se emancipou do Governo da Província, ac qual estivera diretamente subordinada. A criação do município data de 20 de outubro de 1893, enquanto a lei estadual de 30 de dezembro de 1921 mudou a denominação de Santa Isabel para Domingos Martins, em homenagem ao herói capixaba que foi fuzilado a 12 de junho de 1817, quando participava da Revolução Pernambucana.

Hoje pouca coisa remanesce daquela época de colonização e os hábitos e costumes, passados de geração em geração, devido a influência de massa, a que está sujeita a população, em virtude do contato aos meios de comunicação de massa, vão aos poucos desaparecendo.

Os móveis e utensílios dos primeiros colonos, construídos em jacarandá e utilizando técnicas artesanais alemãs desaparecem aos poucos, o mesmo acontecendo com as expressões arquitetônicos. Não há quase legado arquitetônico, restando apenas, da época, o prédio da Igreja, a Casa Pastoral, a Prefeitura e a casa de Guilherme José Brickwedde (Willy). Seguindo a mesma tendência, desaparecem as edificações erigidas num período posterior, nas primeiras décadas deste século. Nesse cabedal insere-se o prédio do antigo Fórum de Domingos Martins, representativo de uma época de maior requinte e ostentação, cuja característica básica é uma mistura de estilos.

A culinária também se despoja de suas influências do período colonial. Com a implantação de hortas e da importação de sementes, a culinária primitiva reproduzia, quase que fielmente, os costumes mantidos na Prússia. Hoje, a geração nova passa a desconhecer os hábitos alimentares alemães, como é o caso do BLUTWURST, o LEBERWURST, a SÜLZE e o SCHWARTEMAGEN, os doces, as conservas, os licores, o vinho de laranja, o pão de milho e a torta de maçã conhecida como APFELSTRUDE.

A música também perde aos poucos a sua representatividade. Os grupos colonizadores nos legaram livros, trazidos da Alemanha, com músicas sacras e folclóricas.

Antes da primeira e segunda guerra mundial, através da igreja e com o apoio do Departamento das Relações Exte-

riores do Governo Alemão, vieram professores para as escolas comunitárias mantidas paralelamente às escolas públicas, onde ensinavam principalmente o alemão e o folclore alemão.

Canções como : LUSTIG IST DAS ZIEGEUNERLEBEN — A divertida vida dos ciganos.

MUSS I DENN — Eu tenho que partir
TRINK, TRINK, BRÜDERLEIN TRINK — Beba, irmãozinho, beba.

SAH EIN KNAB EIN RÖSLEIN STEHN — O rapaz e a rosa.

AUS GRAUER STADTE MAUERN — Sair dos muros cinzentos das cidades.

IM WALD UND AUF DER HEID — Na floresta e no campo.

EIN JAGER AUS KURPFALZ — O caçador.

KAM EIN VOGEL GEFLOGEN — Veio um pássaro voando.

As canções aqui citadas, ainda hoje são conhecidas. Se tocava o violino, piano, o Flügelhorn e harmônio.

Como última tentativa de preservação do acervo musical, ainda se mantém, precariamente, uma Banda de Música, que executa composições próprias de autoria de Guilherme José Brickwedde, o Willy como todos o conhecem na comunidade. A maioria das composições são dobrados, sendo os mais famosos O Martinense e O Bravo Camponês. A Banda também apresenta arranjos de músicas alemãs numa tradição que se renova principalmente por suas atividades religiosas.

No tocante à literatura, também essa sofre influências que colocam em risco o legado existente. Ainda existem, nos dias atuais, livros que datam de 1830, 1840 ou 1850, publicações feitas na Alemanha, como é o caso, ainda, de uma publicação editada em 1905 pelo Pastor Werneck, contando a história dos primeiros colonos. No tocante aos costumes, desde o início ficou delineada a participação da população junto aos acontecimentos religiosos como é o Natal, Domingo de Ramos, Semana Santa, além de acontecimentos como o Ano Novo, as Festas da Colheita realizadas de junho a outubro, época da colheita na Alemanha. Especialmente em Campinho comemora-se a Festa de São João como Festa da Colheita comemorada com danças folclóricas.

Constitui costume particular dos camponeses comemorar o Natal, a Páscoa e Pentecostes, ainda no interior por três dias consecutivos.

Como V. Exa. pode notar, podem ser reunidas inúmeras

ras motivações para que seja formado um movimento de preservação do legado histórico e cultural de Domingos Martins. Nesse sentido, prospera a idéia da formação de uma CASA DE CULTURA, sendo ela formada por um museu, uma sala de espetáculos musicais, um espaço reservado à arte, enfim, que reúna numa só iniciativa as diversas expressões que delineiam a cultura alemã.

Neste sentido, a comunidade entende ser oportuna a eventual utilização, como CASA DE CULTURA, o prédio do Fórum, uma vez que ele se caracteriza por representar um passado que aos poucos se desfaz no tempo. Tal empreendimento pode, naturalmente, ser coordenado pela Prefeitura Municipal, de Domingos Martins que teria, assim, a responsabilidade de zelar e adequar aquela edificação aos propósitos da referida proposta. No tocante aos recursos para tal empreendimento, esses ficariam a cargo de contatos com órgãos federais, sujeitos a apresentação de projeto de restauração e dimensionamento de custos. Quanto a formação e iniciativa decorrentes, a comunidade local se dispõe a coletar o material necessário, bem como a sua manutenção e difusão.

Sendo o que se apresenta para o momento, ficamos no aguardo de vossa manifestação apresentando os protestos de alta estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Elias Paganini

PREFEITO MUNICIPAL e mais 11 assinaturas